

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social

Larissa Moretti Blanco

**Contribuições da Teoria da Reprodução Social (TRS) à análise do trabalho de
assistentes sociais**

Mestrado em Serviço Social

São Paulo

2023

Larissa Moretti Blanco

Contribuições da Teoria da Reprodução Social (TRS) à análise do trabalho de assistentes sociais

Dissertação apresentada à banca examinadora, como exigência parcial, para a obtenção do título de mestre em Serviço Social pelo Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, sob a orientação da Profa. Dra. Raquel Raichelis Degenszajn.

São Paulo

2023

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Raquel Raichelis Degenszajn (Orientadora)
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUCSP

Profa. Dra. Maria Carmelita Yazbek (Titular Interna)
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUCSP

Profa. Dra. Rayane Noronha Oliveira (Titular Externa)
Universidade Federal da Paraíba - UFPB

Profa. Dra. Graziela Acquaviva (Suplente Interna)
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUCSP

Profa. Dra. Damares Pereira Vicente (Suplente Externa)
Assistente Social aposentada da Prefeitura de São Paulo
Docente aposentada

Membra da Coordenação do Semente – Núcleo de Saúde Mental e Direitos Humanos do
Instituto Sedes Sapientiae

À Laura, sobrinha-afilhada, criança que cresce
luminosa pelas mãos de mulheres.

Ao Mario (*in memoriam*), meu pai: ponto de
partida e de chegada.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001 – 88887.630589/2021-00.

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Finance Code 001 – 88887.630589/2021-00.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço aos meus pais Mara e Mario, com todas as suas luzes e sombras, limites e possibilidades. Agradeço por forjarem a minha forma de estar no mundo. Agradeço pelas janelas abertas, desde a infância, por onde permanecem entrando a brisa e o Sol, por onde sigo me dando conta das possibilidades inscritas no ato de *ser* humano.

Agradeço a minha irmã Natalia que tanto me ensina sobre a importância de saber *viver* a vida – ao invés de somente aprender a *pensar* sobre ela. E também agradeço a minha irmã pela oportunidade de fazer parte da existência da Laura – “que é nossa e o boi não lambe!”, nas palavras da minha mãe.

Laura, você é o sonho tornado realidade que nós nem sabíamos que sonhávamos... E é preciso dizer que a Teoria da Reprodução Social (TRS) ganha ainda mais sentido e relevância, para a minha práxis, a partir do momento em que ela me possibilita enxergar os processos reprodutivos ausentes e presentes implicados no seu florescer...

Infinitos abraços amorosos ao meu companheiro de vida Luiz Fernando. Juntos, escolhemos fundar, diariamente e no tempo miúdo e árido da rotina, um amor possível.

E às irmãs de alma Érica, Marina, Deborah, Valquiria e Litza, com quem já vivi tantas vidas em apenas uma! E saúdo especialmente a Érica que, no exato momento em que escrevo essas linhas, gesta a vida da Nina junto de seu companheiro Vini.

Também não me esqueço de Thamires e Suellen – e do nosso trio de pesquisa na graduação em Serviço Social da PUC-SP. Foi com elas que ganhou profundidade a ideia de contribuir com as análises críticas sobre o trabalho profissional. Que vocês tenham todas as condições de construir a vida bonita que merecem! Saudades!

É com muita alegria e gratidão que falo das seguintes companheiras que conheci no mestrado: Camila Ferreira, Camila Rocha e Aila dos Santos, mulheres, assistentes sociais, militantes, pesquisadoras, feministas, marxistas, professoras, apenas uma delas mãe, mas todas atravessadas pelo trabalho de cuidado que sustenta o mundo... Obrigada pelo afeto, paciência e radicalidade com que me inspiram a construir caminhos. As mãos de vocês escreveram comigo esta dissertação. Agradeço também a todas as demais companheiras do Grupo de Estudos sobre a Teoria da Reprodução Social (TRS) que fortalecem essa perspectiva em solo brasileiro.

Finalizo agradecendo a minha orientadora Raquel pela parceria e partilha de saberes, assim como agradeço a todas as professoras que contribuíram, direta ou indiretamente desde 2017, com a minha formação crítica em Serviço Social. E, é claro, a todas/os as/os assistentes

sociais que estão comigo na tarefa de manter vivo e pulsante, nas intervenções profissionais, o projeto ético-político da nossa profissão – e, nesse ponto, destaco e agradeço Ubiratan Dias pelas reflexões (e risadas sem fim).

Seguimos!

“Palhaço” - Egberto Gismonti (1980)
*Música que dedico a todas as crianças que já
contaram e ainda contam com o melhor do meu
compromisso ético-político. Crianças nas quais,
contraditoriamente, ao lidar com a sua força de
trabalho em formação, termino sempre por vislumbrar
um infinito de possibilidades mais humanas.
E me emociono.*

RESUMO

Esta dissertação objetiva buscar as contribuições da Teoria da Reprodução Social (TRS), em especial suas elaborações contemporâneas, à análise do trabalho de assistentes sociais. A perspectiva em questão surge na esteira dos debates feministas-marxistas sobre o trabalho doméstico, na década de 1970, e parte da crítica da economia política, isto é, da teoria do valor-trabalho de Karl Marx, para analisar o trabalho gratuito operado por mulheres, no âmbito privado dos domicílios, na produção e reprodução da força de trabalho, a mercadoria especial do modo de produção capitalista. O trabalho reprodutivo, materializado por múltiplos processos garantidores do nascimento e sobrevivência dos/as trabalhadores do ponto de vista físico e emocional, pode se dar na família, instância principal de realização dos trabalhos de cuidado por parte das figuras femininas; no mercado, através da mercantilização das necessidades básicas (como o acesso à saúde, por exemplo, que passa a ser mediado pelo aquisição de convênio médico); e também pelo Estado e suas instituições públicas responsáveis pela implementação de políticas e serviços sociais públicos – esfera majoritária de efetivação dos processos de trabalho de assistentes sociais. É nesse âmbito que, desde a gênese da profissão, assistentes sociais voltam-se ao atendimento das necessidades de sobrevivência da classe trabalhadora – necessidades sempre aquém das reais demandas desta classe, na medida em que o lucro subordina a vida na lógica capitalista, ainda que o capitalismo não possa prescindir da reprodução de sua mercadoria especial: a força de trabalho. Partindo de interpretação crítica do Serviço Social enquanto trabalho e de sua inserção histórica na esfera reprodutiva, responsável por materializar uma forma de reproduzir a vida da classe trabalhadora em consonância com os interesses capitalistas, majoritariamente pela via do Estado a seu serviço, buscamos discutir, por meio de pesquisa documental e bibliográfica, quais avanços teórico-metodológicos e ético-políticos podem surgir, na análise sobre o trabalho profissional em conjuntura tão desafiadora quanto a atual, justamente a partir da centralidade da categoria reprodução da força de trabalho, proposta pela perspectiva unitária da Teoria da Reprodução Social (TRS). Além disso, tendo em vista que a TRS busca apreender as relações de opressão como intrínsecas ao funcionamento do capitalismo, e não como sistemas independentes, através da centralidade da categoria marxiana de totalidade social, esta dissertação também procura apreender e expor os contributos desta perspectiva aos debates sobre as relações de gênero e relações étnico-raciais – e, conseqüentemente, ao fortalecimento do projeto ético-político – tendo em vista a importância alcançada por essas discussões no interior da profissão nos últimos anos, ainda que nem sempre atreladas, ontologicamente, à discussão anticapitalista. Nessa direção, uma das conclusões de nossa pesquisa apontou que a adesão qualificada ao projeto ético-político depende da consonância com as demandas reais da classe trabalhadora e, nesse ponto, encontra eco no Serviço Social o esforço da TRS em considerar as subjetividades e as experiências desiguais da classe trabalhadora, ao focar nos múltiplos processos reprodutivos que desumanamente a forjam.

Palavras-chave: Serviço Social. Trabalho Profissional. Teoria da Reprodução Social (TRS). Totalidade Social. Assistentes Sociais.

ABSTRACT

This dissertation aims to look at the contributions of Social Reproduction Theory (SRT), especially its contemporary elaborations, to the analysis of the work of social workers. The perspective in question arose in the wake of the feminist-Marxist debates on domestic work in the 1970s and is based on the critique of political economy, i.e. Karl Marx's labor theory of value, in order to analyze the free labor performed by women in the private sphere of the home, in the production and reproduction of the labor force, the special commodity of the capitalist mode of production. Reproductive work, materialized by multiple processes that guarantee the birth and survival of workers from a physical and emotional point of view, can take place in the family, the main instance in which female figures carry out care work; in the market, through the commodification of basic needs (such as access to health, for example, which is now mediated by the acquisition of medical insurance); and also by the state and its public institutions responsible for implementing public social policies and services - the major sphere in which social workers carry out their work processes. It is in this context that, since the genesis of the profession, social workers have focused on meeting the survival needs of the working class - needs that always fall short of the real demands of this class, insofar as profit subordinates life in the capitalist logic, even though capitalism cannot do without the reproduction of its special commodity: labor power. Starting from a critical interpretation of Social Work as work and its historical insertion in the reproductive sphere, responsible for materializing a way of reproducing the life of the working class in line with capitalist interests, mostly through the state at its service, we seek to discuss, through documental and bibliographic research, what theoretical-methodological and ethical-political advances can emerge in the analysis of professional work in a situation as challenging as the current one, precisely from the centrality of the category reproduction of the workforce, proposed by the unitary perspective of the Social Reproduction Theory (SRT). Furthermore, given that the SRT seeks to understand the relations of oppression as intrinsic to the functioning of capitalism, and not as independent systems, through the centrality of the Marxian category of social totality, this dissertation also seeks to understand and expose the contributions of this perspective to the debates on gender relations and ethnic-racial relations – and, consequently, to the strengthening of the ethical-political project – given the importance that these discussions have achieved within the profession in recent years, even if they are not always ontologically linked to the anti-capitalist discussion. In this sense, one of the conclusions of our research pointed out that qualified adherence to the ethical-political project depends on it being in line with the real demands of the working class and, on this point, Social Work echoes the SRT effort to consider the subjectivities and unequal experiences of the working class, by focusing on the multiple reproductive processes that inhumanely forge it.

Keywords: Social Work. Professional Work. Social Reproduction Theory (SRT). Social workers.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABESS - Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social
ABEPSS - Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
CBAS - Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais
CFESS - Conselho Federal de Serviço Social
CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CRESS - Conselho Regional de Serviço Social
FHC - Fernando Henrique Cardoso
GTI - Grupo de Trabalho Interministerial
GTP - Grupo Temático de Pesquisa
IC - Iniciação Científica
MNU - Movimento Negro Unificado
NETRAB - Núcleo de Estudos sobre Trabalho e Profissão
IPCN - Instituto de Pesquisas das Culturas Negras
PIBIC - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PUC/SP - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
SESI - Serviço Social da Indústria
SCFV - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
TCC - Trabalho de Conclusão de Curso
TRS - Teoria da Reprodução Social
UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFA - Unidades de Formação Acadêmica
UNIFESP - Universidade Federal de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1. A TEORIA DA REPRODUÇÃO SOCIAL (TRS)	22
1.1 NOTAS SOBRE A MERCANTILIZAÇÃO DA (RE)PRODUÇÃO DA VIDA	22
1.2 TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA TRS, SUA CHEGADA E DESDOBRAMENTOS INICIAIS NO BRASIL	34
2. CONTRIBUTOS DA TEORIA DA REPRODUÇÃO SOCIAL (TRS) À ANÁLISE DO TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS	52
2.1 OS CAMINHOS E DESCAMINHOS DA PROFISSÃO EM SUA APROXIMAÇÃO COM O PENSAMENTO DE KARL MARX	52
2.2 SERVIÇO SOCIAL E O DEBATE SOBRE AS OPRESSÕES DE GÊNERO E ÉTNICO-RACIAIS	69
2.3 QUAL MARXISMO QUEREMOS? PISTAS OFERECIDAS PELA TRS	83
CONCLUSÃO	117
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	125

INTRODUÇÃO

Esta dissertação assemelha-se a um mapa onde tenho registradas pistas nascidas de diversas trocas e estudos, ao longo dos últimos dois anos, para perseguir esta tarefa que exige o tempo de uma vida: apreender a realidade que se move, que nos constitui e a qual constituímos.

Mestranda com bolsa parcial devido, entre outros motivos, à escassez imposta pelo desgoverno de Bolsonaro à produção científica brasileira, começo enfatizando que, nos últimos dois anos, exerci atividade remunerada como servidora pública da política de assistência social de uma cidade da região metropolitana de São Paulo durante a pandemia de Covid-19, onde enfrentei situações no trabalho que até hoje reviram meu estômago do avesso, fiz “bicos” como professora particular de português e inglês para crianças, jovens e adultos, fui pessoa jurídica em uma instituição social do terceiro setor sem qualquer garantia trabalhista, trabalhei como assistente social de um Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), ocupei boa parte dos meus domingos prestando concursos, horas da minha semana a procura de vagas... Somam-se à busca por alguma estabilidade as mudanças de residência, o trabalho de cuidado no interior da dinâmica familiar, as disciplinas e créditos complementares exigidos pelo percurso de mestrado, o desejo (e a necessidade) de estar nos grupos de pesquisa e nas discussões – e na companhia dos afetos.

A vida não sossega para que possamos elaborar sínteses sob a luz tranquila da escrivadinha, pelo contrário: a pesquisa é atravessada pela exigência contínua da vida em termos de sua própria reprodução, material e emocional – e estes processos garantidores da existência humana foram igualmente atravessados pela pesquisa, que por onde eu caminhei e caminho, arregala os meus olhos para as múltiplas, e na maior parte do tempo gratuitas, atividades exigidas para nos manter de pé, cotidianamente. E também os nossos e as nossas.

O objeto de pesquisa desta dissertação trata das possíveis contribuições da Teoria da Reprodução Social (TRS), e de seus desdobramentos teórico-políticos recentes, ao estudo do trabalho contemporâneo das assistentes sociais brasileiras. E tem, como objetivo específico, problematizar o significado do trabalho profissional de assistentes sociais no âmbito da reprodução da força de trabalho – e das condições de sobrevivência da classe trabalhadora, à luz da TRS.

Os interesses e as contingências que me trouxeram até este tema têm início na graduação. Começam com o desenvolvimento de pesquisa de Iniciação Científica (IC) e,

posteriormente, de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) sobre a dimensão socioeducativa da profissão, interesse despertado pelas aulas de fundamentos do Serviço Social, em especial quando estudei a perspectiva renovadora chamada por Netto (2015) de “intenção de ruptura” e a influência advinda das ideias do educador Paulo Freire¹ neste processo.

Partindo da premissa de que toda e qualquer intervenção técnico-operativa efetiva-se sempre a partir de um dado horizonte ético-político, ou seja, é projetada em função de valores que a legitimam e de finalidades/intencionalidades a serem alcançadas, o mesmo se dá em relação à dimensão socioeducativa da profissão, entendida como constitutiva e inerente aos **processos de trabalho**² de assistentes sociais, com condições de contribuir para desvelar o direcionamento ideopolítico adotado e de materializá-lo no cotidiano.

Quando inicio a minha primeira experiência de estágio, na graduação, levo comigo estas reflexões, ainda que nos primeiros estágios de aproximação, mas termino por vivenciar uma experiência que traz urgência ao meu interesse teórico pelo trabalho profissional e pela força de trabalho que o realiza – como bem nos lembra Netto (2011), a realidade sempre independe da consciência que o sujeito (já) tem sobre ela.

Fui estagiária em um serviço da assistência social responsável pelo atendimento a pessoas em situação de rua. Lá, conheci concretamente as faces perversas da precarização do trabalho profissional e seus desdobramentos. Além da pressão burocrática do poder público, sobre as profissionais, em relação à produção mensal de relatórios técnicos, pelo fato de os serviços terceirizados apresentarem muitas irregularidades com riscos, inclusive, à vida da população atendida, pairava no ar o medo da responsabilização pessoal por eventuais tragédias que viessem a ocorrer.

¹ Para Vargas (2014) e Gomes (2011), a relação da profissão com Paulo Freire data de 1947, quando o educador é convidado para atuar no recém-criado Serviço Social da Indústria (SESI), na cidade do Recife/PE. Além disso, a vertente chamada por Netto (2015) de “reatualização do conservadorismo” já guardava influência freireana na medida em que a orientação teórica predominante, baseada na fenomenologia, trabalhava com uma concepção de diálogo voltado ao despertar das consciências, guardando semelhança com as ideias do educador, mas mantendo em segundo plano a dimensão política envolvida em sua proposta de educação popular. A perspectiva de “intenção de ruptura”, em que se deu a formulação do “Método de Belo Horizonte - BH”, aprofunda as influências de Paulo Freire na profissão. Ainda que não haja menção direta ao educador no documento do Método, pode-se creditar ao seu pensamento as formas de organização ali propostas: discussão de grupos e círculos de cultura. A aproximação com a obra do educador, contudo, é acompanhada de alguns desacertos que extrapolam os objetivos dessa pesquisa, mas que são justificados pelo contexto histórico de censura e repressão política e militar em que estava mergulhado o Brasil do pós AI-5. Essas dificuldades de contato com as ideias em fontes originais também foi um desafio posto a categoria na aproximação com a corrente marxista e marxiana. Para mais detalhes, ver também Eiras, Moljo e Duriguetto (2022).

² Não se trata apenas de *um* processo de trabalho profissional pois ele é sempre uma atividade social, coletiva e combinada.

Já graduada e pesquisadora recém ingressante no NETRAB - Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Trabalho e Profissão, coordenado pela professora orientadora desta pesquisa, Raquel Raichelis, fui convocada para trabalhar na política de assistência social de um município da região metropolitana de São Paulo, duas experiências determinantes para a conformação do tema de pesquisa em questão.

Nos primeiros meses como assistente social de um CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social, meu objetivo de pesquisa ainda era o estudo dos impactos da dimensão socioeducativa do trabalho profissional, informada pelo projeto ético-político, na relação com os demais trabalhadores/as, atentando-se para a possibilidade de ampliação da autonomia relativa não só dos/as assistentes sociais envolvidos/as, mas de um conjunto mais amplo da força de trabalho – a essa altura, o NETRAB havia nos possibilitado compreender mais a fundo que a reprodução ampliada do capitalismo pressupõe uma coletividade de trabalhadores/as socialmente combinada, o que não significa seu agrupamento em torno do mesmo espaço físico.

Fui, no entanto, “arremessada” em uma dinâmica institucional cujos desafios históricos, envolvidos na consolidação da política de assistência social desde a redemocratização do país, estavam exponenciados por uma conjuntura econômica, social, política e sanitária extremamente avessa às condições de trabalho e aos interesses da população atendida pela categoria profissional.

E faço a afirmação acima reconhecendo a estabilidade do meu vínculo empregatício com regime jurídico próprio, por tempo indeterminado, com plano de salário e progressão de carreira definida a partir de critérios objetivos, quadro cada vez mais inacessível ao conjunto amplo da classe trabalhadora, precarizada pelo fenômeno que Antunes (2020) denominou de nova morfologia do trabalho.

Sob intenso cotidiano institucional, imediatamente passei a questionar as potencialidades emancipatórias da dimensão socioeducativa da profissão: era a prática impondo novas determinações às reflexões acumuladas sobre o tema até então. Nos encontros do NETRAB, entrei em contato com novas mediações teóricas que buscavam apontar e problematizar, justamente, o impacto da nova-velha morfologia do trabalho, intensificadas pela pandemia de Covid-19, sobre as atribuições e competências profissionais, isto é, sobre a autonomia relativa da profissão, instância garantidora da natureza liberal do nosso trabalho e o caminho de resistência à subsunção real dele.

Dessa forma, essas considerações e reflexões, em diálogo constante com as minhas experiências de assalariamento, terminaram por posicionar, no centro do meu interesse

teórico, o estudo do trabalho contemporâneo de assistentes sociais, na intenção de contribuir com o desvelamento da realidade que incide, de forma estruturante, sobre os processos de trabalho e de fomentar o nosso pertencimento de classe para o enfrentamento dos desafios colocados.

É também por meio do NETRAB que entro em contato com uma perspectiva do feminismo-marxista que vem qualificando, politicamente, minha forma de pensar o mundo e de agir sobre ele: a Teoria da Reprodução Social (TRS).

Nessa ocasião, saltava aos olhos, na dinâmica do CREAS, o trabalho de cuidado realizado entre as trabalhadoras da equipe. Diante de uma realidade profissional desafiadora, as iniciativas coletivas restringiam-se ao apoio emocional, de caráter interrelacional, entre as mulheres assistentes sociais e psicólogas. Com muita dificuldade foi possível concretizar um único encontro voltado ao estudo de determinado tema e também eram raras as reuniões de equipe para discussão dos processos de trabalho. Quando não se efetivava dessa forma, o trabalho de cuidados era realizado com a população atendida – lembro da vez em que desci até a cozinha do serviço para preparar um sanduíche e um café, com nossos próprios mantimentos, para um idoso em situação de rua que vinha, pelo terceiro dia consecutivo, em busca de vaga no centro de acolhida da cidade. Nesse dia em específico, a fome era tanta que ele mal parava em pé... E, adivinhem só, nenhuma vaga. A TRS, nesse momento, permite que eu passe a considerar, nas minhas reflexões, a reprodução da força de trabalho, a mercadoria extraordinária do capitalismo.

Segundo Arruzza e Bhattacharya (2020), a reprodução da força de trabalho, isto é, os processos garantidores do nascimento e sobrevivência dos/as trabalhadores, do ponto de vista físico e emocional, pode se dar na família, instância principal de realização dos trabalhos de cuidado por parte das figuras femininas; no mercado, através da mercantilização das necessidades básicas (como o acesso à saúde, por exemplo, que passa a ser mediado pelo aquisição de convênio médico); e também pelo Estado e suas instituições públicas, por meio de políticas, benefícios e serviços sociais públicos, campo sobre o qual o neoliberalismo, de forma diferenciada e combinada ao redor do globo, vem avançando e degradando em busca de nichos de valorização do valor – e esfera na qual efetivamos nossos processos de trabalho voltados, desde a gênese da profissão, ao atendimento das necessidades de sobrevivência da classe trabalhadora.

Essas pistas iniciais me levaram à redefinição dos caminhos de pesquisa. Passo, então, a buscar os contributos da TRS à análise do trabalho profissional com vistas ao enfrentamento dos desafios postos na conjuntura atual e, conseqüentemente, ao fortalecimento do projeto

ético-político.

Tendo em vista que a Teoria em questão, segundo Ruas (2020), ainda que inscrita no campo feminista marxista, vem propondo uma renovação plural de maior fidelidade à teoria-prática de Karl Marx, ela será o aporte teórico-metodológico de nosso processo investigativo, bem como algumas reflexões propostas pelo próprio Marx.

Dessa forma, em termos de procedimentos metodológicos, o nosso estudo apoia-se centralmente em pesquisa documental e bibliográfica, através da qual buscamos referências internacionais e nacionais no campo heterogêneo da Teoria da Reprodução Social (TRS) e das relações entre classe, gênero e raça tal como vem se expressando na profissão e, conseqüentemente, nas ações conduzidas pelas nossas entidades representativas, especificamente o conjunto CFESS-CRESS.

Este caminho metodológico nos possibilita reconhecer as interlocuções críticas, alcançadas pela profissão no curso de sua história, no campo teórico-metodológico e ético-político, dimensões estruturantes do trabalho profissional, bem como os desafios que ainda se apresentam à radicalização do projeto ético-político vigente do Serviço Social, isto é, a sua vinculação ontológica a um projeto societário anticapitalista, para então discutir os avanços propostos pela Teoria da Reprodução Social (TRS) que guardam potencial de qualificar as análises sobre o trabalho contemporâneo de assistentes sociais.

Feitas as considerações acima, esta dissertação foi estruturada em 2 capítulos, além da introdução e da conclusão.

No *primeiro capítulo*, levando em consideração que a Teoria da Reprodução Social (TRS) procura desvelar e investigar os processos garantidores da reprodução da força de trabalho, a mercadoria especial do capitalismo, busco tecer algumas considerações acerca da centralidade da forma mercadoria para a estruturação do modo de produção capitalista, fazendo menção ao capítulo XXIV de *O Capital*, de Marx, intitulado de *A assim chamada acumulação primitiva*, e ao Capítulo I da mesma obra marxiana, chamado *A mercadoria*, no qual Marx trabalha o processo de abstração dos valores de uso das mercadorias produzidas, imposta pela troca capitalista entre produtos, como forma de equalizá-las, anulando o **caráter social** das atividades produtivas que lhe conferem existência, isto é, transformando as **relações sociais** de produção em **relações entre coisas** – em outras palavras: mascarando as relações sociais entre sujeitos ativos de processos diversificados de trabalho. Eis o fenômeno que Marx chamou de fetichismo da mercadoria.

A partir disso, chamo atenção para o esforço de Marx em desvelar a economia capitalista enquanto uma **relação social** – mesmo que o imediatismo da aparência deste modo

de produção nos convença de que se trata da produção massiva de mercadorias e de montantes econômicos com capacidade multiplicadora. Dessa forma, admite-se, segundo Bhattacharya (2018), que a coerção e dominação que estruturam tal relação objetivam fazer com que os/as trabalhadores/as produzam para além do valor de sua força de trabalho, isto é, para além do tempo necessário à obtenção de seus meios de subsistência.

Desprovidos/as dos meios necessários à manutenção de suas necessidades básicas, resta ao/à trabalhador/a vender sua força de trabalho em troca de um salário, o preço a ser pago pela força de trabalho disponível no mercado.

Contudo, o corpo que trabalha depende de múltiplos processos (re)produtivos garantidores da sua existência e disponibilidade no mercado. Tais processos obedecem a um parâmetro variável a depender das características ambientais, das expectativas culturais, incluindo as do mercado de trabalho, do desenvolvimento histórico da sociedade em questão e do próprio movimento político dos/as trabalhadores/as na direção de ampliar o mínimo garantido à sua sobrevivência e a dos seus.

Do entendimento de que o acesso aos bens necessários à reprodução da vida depende de movimentação política, e de que o trabalho existe, no capitalismo, **como meio de valorização do valor e não da vida**, afirmo que a TRS oxigena a luta dos/as trabalhadores/as: não só as reivindicações por melhores salários permanecem sendo consideradas lutas antissistema, pois isso seria combater os efeitos da exploração e não a sua origem, mas a totalidade das lutas por condições mais dignas de existência, o que também incorre na ampliação do entendimento de sujeito revolucionário para além de seu segmento formalmente assalariado na esfera produtiva.

Além disso, anuncio que a TRS, por não considerar o capitalismo como um conjunto de leis puramente econômicas, esforça-se no sentido de apreender o racismo, o sexismo e as demais opressões não como sistemas autônomos em relação ao capitalismo, mas como pilares de seu funcionamento ao jogar luz sobre os processos diferenciados, particulares, ainda que unificados, de reprodução da vida sob a ordem do capital.

Em seguida, passo a discorrer sobre a trajetória histórica da TRS, sua chegada e desdobramentos iniciais no Brasil. Destaco, nesse ponto, a obra *Marxism and the Opression of Women: Toward a Unitary Theory* [Marxismo e a Opressão às Mulheres: Por uma Teoria Unitária], de Lise Vogel, lançado em 1983, em seu esforço inovador de operar sínteses entre a **opressão das mulheres e o trabalho feminino não remunerado exercido no âmbito privado do lar**. Em outras palavras: a autora inova em teorizar de forma única e integrada sobre a posição feminina subalternizada e o funcionamento do capitalismo.

Dessa forma, Vogel está interessada nos **nexos estruturais** existentes **entre os processos de produção e reprodução da força de trabalho, realizados no interior da família e majoritariamente por suas mulheres, e a reprodução do capital**, atentando-se para a função social, atribuída pela lógica capitalista, aos processos de gestação, parto e amamentação, trabalhos que têm como premissa a existência de corpos sexuados-femininos.

Menciono, ainda, que a obra é ofuscada pelo avanço do neoliberalismo nos anos de 1980 e pelo retraimento das leituras de mundo marxianas/marxistas (e do conseqüente avanço das correntes analíticas pós-modernas), renascendo no século XXI, quando movimentos anticapitalistas reagem não só à intensificação da crise estrutural do capital a partir de 2008 e ao reavivamento do autoritarismo, mas à escalada neoliberal em curso desde a década de 1970 no plano mundial.

O *segundo capítulo* busca tratar dos contributos da Teoria da Reprodução Social (TRS) à análise do trabalho de assistentes sociais e está dividido da seguinte forma: *na primeira seção*, começo discorrendo sobre os caminhos e descaminhos da profissão em sua aproximação com o pensamento de Karl Marx, a partir do processo de renovação do Serviço Social, e recorro aos clássicos da profissão como Yazbek (2009), Iamamoto e Carvalho (2014), Iamamoto (2008), Netto (2007; 2015), Batistoni (2021) e, principalmente, Quiroga (2009), autora que trata da invasão positivista no Serviço Social. É seguindo esta trilha que identifico que os limites presentes na obra de Lise Vogel – limites sobre os quais vêm se debruçando as produções atuais da TRS, inclusive brasileiras – também marcaram a incorporação, pela profissão, das ideias de Marx, gerando conseqüências práticas e políticas negativas. Para aprofundar este argumento, recorro a Fonseca (2019).

Apesar dos avanços conquistados, pela profissão, durante as décadas de 1980 e 1990, a questão teórico-metodológica vem mantendo-se como preocupação central da categoria profissional, embora o Serviço Social tenha conquistado a hegemonia do pensamento crítico marxiano. Em síntese, na atualidade, coexistem com a hegemonia das ideias marxianas, a embasar as práticas profissionais, o referencial conservador em suas diferentes versões, como o influxo pós-moderno e o próprio sincretismo de pensamentos divergentes entre si quando analisados em profundidade, resvalando para o ecletismo.

O argumento anterior é desenvolvido tendo como base a premiada e bastante atual tese de doutorado de Oliveira (2021) sobre a produção de conhecimento da profissão sobre relações sociais generificadas e racializadas do capitalismo, trabalho que foi realizado, inclusive, tendo como aporte teórico-metodológico a Teoria da Reprodução Social (TRS).

A pesquisa referida nos permite vislumbrar as dificuldades que ainda imperam na

apreensão do método materialista-histórico dialético por assistentes sociais, impactando negativamente na apreensão da realidade social capitalista por uma perspectiva de totalidade.

Na *segunda seção*, busco traçar a aproximação da profissão com os debates relacionados às opressões, mais especificamente de gênero e étnico-racial, indicando as principais perspectivas analíticas que vêm pautando estes temas no interior da profissão e que não necessariamente dialogam com o referencial marxista/marxiano. Sobre este último ponto, também recorro à tese de Oliveira (2021) para apresentar e problematizar, ainda que brevemente, as feministas materialistas francófonas (como Helena Hirata e Danièle Kergoat), as feministas interseccionais (Kimberlé Crenshaw e Patricia Hill Collins) e a feminista-marxista brasileira Heleieth Saffioti. Como apoio às problematizações, busco as reflexões de Arruzza (2015) e Fonseca (2019).

Além disso, privilegio a pesquisa de Vitorio (2019) sobre o debate étnico-racial presente em peças de campanha e relatórios de Encontros Nacionais e de gestão do conjunto CFESS-CRESS. O trabalho referido foi realizado recentemente e a autora, atualmente uma das referências do debate étnico-racial na profissão, buscou analisar, partindo dos anos 2000, os conteúdos dessas fontes documentais à luz dos debates que se desenvolviam em âmbito governamental no contexto da luta política dos movimentos sociais ligados às demandas da população negra.

Na *terceira seção*, com o objetivo de apresentar e refletir sobre a apreensão oferecida pela TRS acerca das relações de classe, gênero e raça em uma perspectiva ontológica, apresento as contribuições de Ruas (2020) e, principalmente, de Bannerji (2022 [2020]), autora que escreveu importantes críticas aos limites da TRS e sobre a qual vem se apoiando suas/seus teóricos/as contemporâneos/as. Objetiva-se contribuir para a superação das barreiras acerca da apreensão teórico-metodológica crítica do marxismo, pela profissão, sobre as **relações sociais de opressão-exploração capitalistas**, a partir da apresentação do conceito de **ontologia integrativa**, isto é, a partir do resgate da categoria marxiana de totalidade social, muito cara à Teoria em questão.

Dessa forma, afirmo que o Serviço Social também padeceu de leitura **fragmentada** sobre a realidade social, mesmo sob a perspectiva histórico-crítica, e que o salto teórico reversor deste caminho passou, também, pela consideração da categoria de totalidade social (e de mediação), basta lembrarmos de Yamamoto e Carvalho (2014) em sua busca por mediações reveladoras da vinculação entre a institucionalização do Serviço Social brasileiro e o desenvolvimento da sociedade capitalista.

Assim, afirmo que leituras que **fragmentam**, por exemplo, o debate sobre a

exploração capitalista das relações de opressão, são interpretações estreitas e politicamente estéreis que atravancam a compreensão da realidade social como uma totalidade pulsante e complexa, tal como defendida por Bannerji (2022 [2020]), e *lugar* teórico do qual a profissão historicamente vem buscando construir saídas para avançar, em especial nos últimos anos.

Defendo que, ao posicionar no centro a reprodução da força de trabalho, fazendo perguntas e buscando respostas para as quais Marx ofereceu pistas, a TRS encontra um caminho teórico-metodológico crítico, marxiano, de apreender que a opressão racial e de gênero, assim como as demais, não carregam ontologias particulares, mas são antes partes constituintes e constituídas da reprodução ampliada do capital – “uma totalidade viva de relações sociais” (ARRUZZA, 2015, p. 58).

Embora Iamamoto e Carvalho (2014, p. 79) postulem que seu trabalho analítico objetiva buscar os nexos entre a profissão e a “reprodução da totalidade do processo social”, consideramos que a obra oferece reflexões valiosas justamente sobre o papel do Serviço Social na reprodução da força de trabalho, desvelando as formas com que o capitalismo, para preservar seus interesses em determinada quadra histórica, organiza a vida da classe trabalhadora, do ponto de vista objetivo e subjetivo, em uma dada direção, mesmo sob pressão da própria classe trabalhadora organizada politicamente por melhores condições de vida.

Portanto, além do referencial citado, também mobilizo a pesquisa de Ferreira (2010), através da qual é possível observar que, mesmo fora do âmbito da produção, as intervenções da profissão, forjadas pelas linhas de opressão de gênero, de sexualidade (por meio da heteronormatividade) e étnico-racial estavam a serviço da manutenção do capitalismo por desempenhar papel policesco sobre os processos de reprodução da força de trabalho – a mercadoria especial do capital – no interior das famílias.

Ademais, como afirmei inicialmente, a reprodução ampliada do capital é garantida pela exploração *diferencial* do conjunto diversificado de trabalhadores/as em termos de salários e de acessos. Por conseguinte, as opressões, sustentadas pela classe dominante, garantem as hierarquias e diferenças que concretizam, de forma diversa, a degradação dos corpos que trabalham. A pesquisa de Ferreira (2010) também serve de ilustração a essa reflexão na medida em que desvela os processos diferenciados de reprodução da força de trabalho da população negra. Processos reprodutivos efetivados, nesse caso, pelas assistentes sociais atuantes na gênese da profissão.

Em seguida, a partir da premissa de que o capitalismo é um sistema em crise reprodutiva constante e que a saída para a queda na taxa de acumulação passa pela

reformulação do âmbito reprodutivo, como aponta Bhattacharya (2019), recupero as contribuições de Fraser (2019 [2016]) em seu esforço de demarcar e detalhar as formas pelas quais o capitalismo e o Estado a seu serviço trataram de organizar a reprodução social da vida em cada regime específico de acumulação, dando ênfase ao regime reprodutivo de acumulação neoliberal, configuração político-econômica operante na atualidade.

A autora fala desde o centro do capitalismo mundial, por isso também destaco as reflexões de Abílio, Amorim e Grohmann (2021) que, em suas pesquisas sobre as transformações no mercado de trabalho brasileiro, chamam atenção para o uso de categorias de análise, sobre o mundo do trabalho, que desconsideram o fato de que processos de precarização, degradação e flexibilização são fenômenos **historicamente constitutivos** do mercado de trabalho na periferia do mundo. Interessa-nos o trabalho dos autores com o intuito de encontrar a conexão intrínseca (e a dependência mútua) entre os âmbitos produtivo e reprodutivo – localizando as determinações que incidem, atualmente, sobre o trabalho profissional, ponto em que menciono Raichelis (2020) e suas reflexões sobre os desafios postos ao trabalho profissional contemporâneo, ameaçado em suas atribuições e competências profissionais.

A essa altura, na conclusão, buscamos evidenciar o nexo entre as determinações da esfera macro e as dificuldades e constrangimentos históricos que atravessam o trabalho profissional a nível cotidiano, mesmo que de forma heterogênea. Em outras palavras: ao centralizarmos a reprodução da força de trabalho na análise do trabalho contemporâneo de assistentes sociais, buscando as consequências teórico-metodológicas e políticas desse reposicionamento, apostamos no **aprofundamento da apreensão da natureza profissional e de seu significado social**, ganhando novas pistas que permitam detectar como a profissão está inserida no contínuo processo contraditório de reprodução das relações sociais, trilha aberta por Iamamoto e Carvalho (2014), nos marcos da virada crítica da profissão no Brasil.

1. A TEORIA DA REPRODUÇÃO SOCIAL (TRS)

Como veremos, a Teoria da Reprodução Social guia-se pelo seguinte questionamento: *de que forma a mercadoria distinta e excepcional do capitalismo, a força de trabalho, dotada de capacidade única de geração de mais-valor, é produzida e reproduzida no modo de produção capitalista?*

A trilha teórica aberta por essa pergunta, com desdobramentos importantes no plano político, pressupõe considerações sobre a centralidade da forma mercadoria para o estudo da formação social atualmente em vigência, por isso iniciamos a próxima seção a partir deste ponto.

1.1 NOTAS SOBRE A MERCANTILIZAÇÃO DA (RE)PRODUÇÃO DA VIDA

O modo de produção³ capitalista é uma forma historicamente determinada pela qual os sujeitos se organizam para produzir e reproduzir sua existência material. Tal afirmação revela a premissa de que, ao longo da história da humanidade, esteve presente o seguinte imperativo em comum: a necessidade de garantir a manutenção da vida humana em intercâmbio com a natureza e a partir do estabelecimento de relações de caráter social⁴, o que levou à

³ Em linhas gerais, um modo de produção, ou seja, a produção de bens para a manutenção da sobrevivência, é estruturado por uma dupla de dimensões: **as forças produtivas** (meios de trabalho, objetos de trabalho e força de trabalho humana) e **as relações de produção**, estas de natureza técnica e social, através das quais o conjunto das forças produtivas opera, ou seja, entra em ação. As relações de produção têm caráter técnico porque dependem do grau de sofisticação tecnológica atingido pela produção, e possuem caráter social pela natureza do controle exercido pelos produtores diretos em relação à propriedade dos meios de produção: se são coletivizados ou privatizados, por exemplo. Assim, recuperando diretamente os autores Netto e Braz (2012, p. 71), compreendemos que “as forças produtivas operam dentro de relações determinadas entre os homens e a natureza e entre os próprios homens”. Para mais detalhes, prosseguir com a leitura dos autores supracitados.

⁴ Nesta afirmação, está implícita a consideração do trabalho como categoria central por sua importância na constituição do ser social. Nesse sentido, o trabalho é a atividade responsável pela produção que atende a necessidades, porém, diferente do mundo animal em que tais necessidades e as formas de responder a elas são forjadas pelo instinto e estão limitadas a determinadas estratégias, no caso dos seres humanos, ainda que a sobrevivência também dependa intrinsecamente do mundo animal, os meios pelos quais se processa a apropriação da matéria natural não se dão sem a confecção de instrumentos, sem certo nível de conhecimentos prévios acumulados e não se limitam à produção de respostas a um grupo fixo de necessidades; pelo contrário, resultam em maneiras diversificadas e infinitas de resolvê-las, maneiras que vão se complexificando, sofisticando e provocando o surgimento de necessidades até então inéditas, processo que resulta na diferenciação dos seres humanos da

organização de diferentes modos de produção, como são os exemplos do escravismo e do feudalismo, cada qual com seu padrão racional de desenvolvimento. Nesse sentido, destacamos a seguinte afirmação de Fonseca (2019, p. 20, grifos do original): “toda a produção é, portanto, apropriação da natureza pelos indivíduos *no interior de e mediada por* uma *determinada forma* de sociedade”.

O capitalismo é igualmente um tipo de relação social de produção – uma relação social de natureza burguesa – mesmo que o imediatismo de sua aparência nos convença de que se trata da produção massiva de mercadorias e de montantes econômicos com capacidade multiplicadora.

As forças produtivas, sob a lógica capitalista, movimentam-se a partir de relações de produção que atingem alto nível de complexidade técnica. Se, como assinala Netto (2001, p. 42-43), nos modos de produção econômica das sociedades anteriores o que predominava era uma situação generalizada de escassez, no capitalismo tem-se exatamente o contrário: a exponenciação da “capacidade social de produzir riquezas”. Contudo, como as relações técnicas de produção são subsumidas ao seu caráter social, o desenvolvimento histórico do capitalismo é marcado pelo domínio, por uma parcela ínfima da sociedade, dos meios de trabalho, dos objetos de trabalho e, conseqüentemente, dos produtos resultantes do trabalho, que são expropriados de seus próprios produtores.

Em seu capítulo XXIV do Livro I d’O Capital, intitulado *A assim chamada acumulação primitiva*, Marx trata dos pressupostos da produção capitalista descrevendo, justamente, os processos históricos que forjaram a separação entre os/as produtores/as diretos/as e as condições objetivas necessárias à produção de suas existências.

Logo de início, para o mesmo autor, a suposta *liberdade*⁵ garantida ao produtor direto para dispor da venda de sua força de trabalho no mercado teria como premissa a dissolução

natureza, ainda que dela a humanidade permaneça dependente. Tem-se, assim, a criação do ser social, este que prefigura sua ação antes de concretizá-la, que desenvolve, por meio do trabalho, a linguagem e que aperfeiçoa sua capacidade de valorar suas ações, isto é, que inaugura a ética – saltos que nunca são dados de forma isolada, mas sempre com outros membros da espécie humana, ainda que espacial e cronologicamente apartados. Para maior explanação, ver Netto e Braz (2012) e também Barroco (2010).

⁵ “Livre de outros vínculos de dominação extraeconômicos, proprietário de sua pessoa, a fim de que possa enfrentar-se no mercado com os possuidores de dinheiro, **em uma relação entre possuidores juridicamente iguais de mercadorias**, através das quais entram em relação (o dinheiro, expressão dos meios de subsistência, e a força de trabalho): o proprietário da força de trabalho a cede ao comprador para o seu uso durante certo período de tempo. Esta é a condição para que se mantenha como proprietário de sua mercadoria, podendo tornar a vendê-la” (IAMAMOTO e CARVALHO, 2014, p. 44, grifos nossos). Os autores demarcam, nessa passagem, o caráter apenas formal, abstrato, da liberdade disponível à classe trabalhadora.

dos laços de “servidão e da coação corporativa” (MARX, 2017, p. 787), características do trabalho realizado nas sociedades feudais. Marx alerta, contudo, que a historiografia burguesa, por sua posição política conservadora, não ultrapassa os limites de um discurso vitorioso em favor das revoluções e contra os privilégios do poder feudal, bem como sobre os obstáculos das corporações ao desenvolvimento econômico, e assim obscurece o fato de que as estruturas de exploração feudais *liberaram*, para usar o mesmo termo do pensador, os elementos seguintes também garantidores de exploração, mas agora de natureza capitalista.

(...) esses recém-libertados só se convertem em vendedores de si mesmos depois de lhes terem sido roubados todos os seus meios de produção, assim como todas as garantias de sua existência que as velhas instituições feudais lhes ofereciam. **E a história dessa expropriação está gravada nos anais da humanidade com traços de sangue e fogo** (MARX, 2017, p. 785-786, grifos nossos).

Neste mesmo capítulo, Marx é enfático ao anunciar que essa nova subjugação que recai sobre o/a trabalhador/a, a partir da separação de suas formas próprias de reproduzir a subsistência, foi estruturada pela violência, intrínseca, portanto, não só aos processos de emergência e desenvolvimento do capitalismo industrial europeu, mas ao espraiamento do capitalismo mercantil nas zonas periféricas conquistadas ainda no século XV, com especial destaque às Américas, ambos processos codependentes, ainda que geograficamente separados.

Nas margens desse mundo que se consolidava globalmente como capitalista, a economia restringia-se à produção de *commodities* primárias através da força de trabalho escravizada negra e indígena, mas em vinculação estrutural, segundo Figueira (2021 *apud* WALLERSTEIN, 1974;1979), com regiões em que imperava o trabalho assalariado na produção de mercadorias de alto valor agregado, gerando um processo de acumulação capitalista desigual e combinado entre os países do centro e da periferia que se mantém historicamente.

Percebe-se, dessa forma, que a distribuição dispar das condições garantidoras da subsistência molda a integralidade da realidade capitalista em todos os níveis, ainda que por meio de processos particularmente diferenciados – embora do ponto de vista técnico, essa mesma realidade seja erguida sobre um modo de produção marcado pela abundância, como dito. A crise, portanto, é a crise de escassez do acesso. Contraditoriamente, chega-se à conclusão de que a raiz do pauperismo que atravessa a vida da maioria da população global, parafraseando Netto (2001), é a mesma do conjunto de condições capazes de propiciar a sua supressão.

O método marxiano de apreensão da realidade social (e de transformação da mesma), o método materialista-histórico dialético, ao perscrutar o funcionamento dos fenômenos sociais, tem como premissa o entendimento de que a essência destes não se apresenta no imediatismo, mas necessita antes de um esforço de investigação que transcenda os dados de aparência para apreender sua estrutura real, justificando historicamente a necessidade do desenvolvimento da ciência e da filosofia pela humanidade (KOSIK, 1976).

A aparência fenomênica, aquela em que primeiro esbarramos no imediatismo da vida, apesar de esconder a essência do fenômeno, oferece os primeiros passos para o seu desvelamento. A essência está, portanto, manifesta no fenômeno, mas de forma obtusa, suas principais determinações permanecem na sombra, exigindo um duplo movimento para ser desvelada, como aponta o autor supracitado: a decomposição do todo caótico no plano ideal e seu retorno, agora reorganizado, ao ponto de partida.

O primeiro capítulo do Livro I de *O Capital*, *A mercadoria*, contém a seguinte afirmação de Marx:

(...) a riqueza das sociedades onde reina o modo de produção capitalista aparece [*erscheint*] como uma “enorme coleção de mercadorias”, e a **mercadoria individual**, por sua vez, aparece como sua **forma elementar**. Nossa investigação começa, por isso, com a análise da mercadoria (2017, p.113, grifo nosso).

Em seu esforço de compreender (e de transformar!) a totalidade que sustenta a re(produção) da forma capitalista, o autor decide tratar, primeiramente, da mercadoria por ser ela o aspecto fenomênico mais aparente do modo de produção vigente – a sua “forma elementar”, como ele mesmo menciona.

Contudo, as determinações que compõem a estrutura real dos fenômenos e as impressões capturadas no nível de sua aparência por vezes revelam-se, ao longo do trabalho científico, profundamente contraditórias entre si, como também nos informa Kosik (1976). O próprio caminho analítico percorrido por Marx, em relação ao capitalismo, é um exemplo elucidativo nesse sentido: ao partir da investigação da mercadoria, o autor alemão alcança a compreensão mais ampla de que o modo de produção em questão tem, nas próprias mercadorias que produz, apenas a expressão parcial de sua existência, expressão que serve à mistificação do antagonismo intrínseco às relações sociais que estruturam esse modo específico de produção. É este o caminho metodológico que leva Marx à sua conclusão revolucionária: em essência, o capital é uma relação social e não “uma enorme coleção de mercadorias”, como acusa sua aparência ilusória (MARX, 2017, p. 113).

Em outras palavras: as mercadorias são resultados de relações **sociais** de produção – e precisam satisfazer necessidades “do estômago ou da imaginação”, como afirma Marx (2017, p. 113). São, portanto, objetos socialmente úteis, sendo a sua materialidade o que lhe dá valor de uso, o qual se efetiva no consumo, ou seja, no atendimento a uma necessidade anteriormente prevista (IAMAMOTO e CARVALHO, 2014).

O valor de troca de uma mercadoria, para usar as palavras exatas de Marx (2017, p.114-115, grifos nossos), “aparece inicialmente como a relação quantitativa, **a proporção na qual valores de uso de um tipo são trocados por valores de uso de outro tipo**, uma relação que se altera constantemente no tempo e no espaço”. O que o autor nos explica é que para a efetivação da relação de troca entre as mercadorias trigo e ferro, para usar os exemplos marxianos, é preciso “que algo em comum e de mesma grandeza” seja encontrado nesses diferentes produtos. Porém, acrescenta o autor:

Esse algo em comum não pode ser uma propriedade geométrica, física, química ou qualquer outra propriedade natural das mercadorias. Suas propriedades físicas importam apenas na medida em que conferem utilidade às mercadorias, isto é, fazem delas valores de uso. Por outro lado, parece claro que a **abstração dos seus valores de uso** é justamente o que caracteriza a relação de troca das mercadorias (MARX, 2017, p. 115, grifos nossos).

As consequências dessa abstração dos valores de uso, imposta pela troca capitalista entre produtos, é explicada da seguinte forma: ao usar o exemplo de uma mesa, Marx afirma que, ao retirar dela o seu valor de uso, isto é, as características materiais que lhe garantem serventia social, estamos diante da supressão de sua utilidade, movimento que, conseqüentemente, desvincula o objeto de sua condição de produto do trabalho de um carpinteiro. Nesse sentido, o que resta é o resíduo “de trabalho humano indiferenciado”, de uma “objetividade fantasmagórica”, uma “simples massa amorfa” e acrescenta:

Com o caráter útil dos produtos do trabalho **desaparece** o caráter útil dos trabalhos nele representados e, portanto, **também as diferentes formas concretas desses trabalhos**, que não mais se distinguem uns dos outros, sendo todos reduzidos a trabalho humano igual, a **trabalho humano abstrato** (MARX, 2017, p. 116, grifos nossos).

As mercadorias são, assim, mais que a utilidade oferecida por sua materialidade: são produtos do trabalho humano geral e indiferenciado e são valores porque materializam força humana de trabalho; tornam-se “grandezas sociais” não distinguíveis pela sua qualidade, “mas pela quantidade de trabalho que têm incorporado” (MARX, 2017, p. 39).

O apagamento da desigualdade real entre os produtos do trabalho é o pré-requisito

para equalizá-los no ato da troca capitalista. Ao equiparar produtos diferentes como se fossem “resultado[s] de modalidades do mesmo trabalho”, anulando o caráter social das atividades produtivas que lhe conferiram existência, os/as produtores/as transformam suas relações sociais de produção em relações entre coisas (IAMAMOTO e CARVALHO, 2014, p. 40).

Uma vez abstraída a sociabilidade intrínseca aos processos de trabalho que produzem os produtos, pode-se perguntar qual é o critério geral que conferiria suposta equivalência às relações de troca entre diferentes objetos, como o ferro e o trigo usados de exemplo. A resposta é o tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de ambos: “aquele [tempo] que se requer para produzir um valor qualquer, nas condições normais da produção e com o grau médio de destreza e intensidade de trabalho imperantes na sociedade”. É justamente este o parâmetro comum – o tempo de trabalho socialmente necessário para a produção – a magnitude que permite que diferentes objetos úteis “sejam trocados numa relação de equivalentes” (IAMAMOTO e CARVALHO, 2014, p. 45).

Neste mundo dominado pela forma mercadoria, não é mais preciso que os produtos tenham valor de uso para os/as produtores/as, que se desconectam dos sentidos e significados sociais inaugurados pela práxis do trabalho e passam a se relacionar entre si apenas como representantes de suas mercadorias – e não mais como sujeitos ativos de processos diversificados de trabalho. Eis o fenômeno que Marx chamou de fetichismo da mercadoria.

Nota-se que, sem a presença da força de trabalho viva no âmbito da produção, no caso o/a trabalhador/a expropriado/a dos meios de subsistência e possuidor/a apenas da mercadoria força de trabalho para vender no mercado, não há geração de mais-valor, objetivo absoluto da produção capitalista; sem a força de trabalho em movimento na relação com os meios e os objetos de produção, há apenas capital em potencial e não efetivo, já que nem todo montante de dinheiro e mercadorias representam, inicialmente, capital propriamente dito⁶; são os/as

⁶ Em linhas gerais, a transformação de uma dada quantidade de mercadorias e de dinheiro em capital se dá por meio de três processos que, apesar de independentes no tempo e no espaço, só existem em interconexão e compõem momentos de uma mesma totalidade dinâmica: o primeiro é o encontro, na esfera do mercado, ou seja, da circulação, do sujeito possuidor de dinheiro, meios de produção e de subsistência com aqueles/as que só possuem a venda da força de trabalho como forma de sobrevivência; o segundo momento ocorre na produção de produtos os quais, por meio do consumo da capacidade de trabalho, contém materializado em si o valor do capital adiantado e ainda o mais-valor; e o terceiro momento, também na esfera da circulação, onde o capital adiantado e o mais-valor efetivam-se perante sua transformação em dinheiro.

Observa-se, assim, que o processo de transformação do dinheiro em capital se assemelha ao seguinte enigma, conforme nos provocou o professor Mauro Iasi, em sua disciplina Formação Sócio Histórica do Brasil e da América Latina, ofertada em nosso programa de pós-graduação no primeiro semestre de 2023: o que é que *necessita* se dar na esfera da circulação (justamente onde ocorre a compra dos meios de produção e da força de trabalho, esta última componente crucial do processo, além de ser também a esfera onde a transformação se efetiva) sem que *possa se dar, de fato*, na esfera da circulação (já que a

agentes da força de trabalho que, além de manter os valores já existentes nas mercadorias incorporadas ao processo produtivo, reproduzem o seu preço (expresso no salário) **e ainda operam a geração de novos valores através de seu trabalho excedente não-pago** (IAMAMOTO e CARVALHO, 2014, grifos nossos).

Em Marx (2011 [1867]), o processo de obtenção de capital advém da relação entre mais-trabalho e trabalho socialmente necessário. O trabalhador recebe em troca de seu tempo de execução de força de trabalho para a cristalização de mercadorias apenas o valor do trabalho socialmente necessário à sua reprodução e a dos seus. O restante do valor de seu trabalho – a parte não paga pelo mais-trabalho – é apropriada pelo capitalista, o que leva o nome de mais-valia. Ainda, o valor do trabalho socialmente necessário pago ao trabalhador para a sua reprodução é contabilizado, na análise de Marx, como aquele suficiente para suprir as demandas do trabalhador com compra de mercadorias essenciais à sua subsistência (FIGUEIRA, 2021, p. 76).

Ao impor aos/às trabalhadores/as uma jornada maior do que a necessária para obter os meios de sua sobrevivência, o trabalho daí excedente é diluído no tempo estabelecido de jornada, cuja aparência revela, na sua imediatez, que todo trabalho entregue à classe capitalista foi pago aos/às trabalhadores pela via do salário (IAMAMOTO e CARVALHO, 2014).

Como já é possível concluir até aqui, o valor da força de trabalho diverge do valor criado por ela a partir do seu desempenho. Em movimento, a força de trabalho não só repõe o valor que o capitalista destinou ao capital variável (salário) e à compra dos meios e objetos de produção, ela também o recria através de sua transformação em produtos que contém o mais-valor criado – a força de trabalho é, portanto, “a condição subjetiva da produção” (IAMAMOTO e CARVALHO, 2014, p. 44).

Segundo Bhattacharya (2018), portanto, apreender a economia capitalista como uma relação social é admitir que a coerção e dominação que estruturam tal relação objetivam fazer com que os/as trabalhadores/as produzam para além do valor de sua força de trabalho, isto é, para além do tempo necessário à obtenção de seus meios de subsistência, seja através do prolongamento da jornada de trabalho (mais-valia absoluta), seja pela intensificação da produtividade do trabalho via emprego de tecnologias (mais-valia relativa).

Desprovidos/as dos meios necessários à manutenção de suas necessidades básicas, resta ao/à trabalhador/a vender sua força de trabalho em troca de um salário, o preço a ser

produção e reprodução do capital, isto é, a cristalização de mais-valor no produto ocorre no âmbito da produção)?

pago pela força de trabalho disponível para compra no mercado. Dessa forma, o salário pode ser traduzido, na linguagem capitalista, como *capital variável*: “(...) uma forma histórica concreta de manifestar o fundo de meios de vida ou o fundo do trabalho que o trabalhador necessita para o seu sustento e reprodução” (MARX, 1972, p. 449 *apud* IAMAMOTO e CARVALHO, 2014, p. 55).

Segundo Iamamoto e Carvalho (2014), o valor da força de trabalho é igualmente definido como no caso das demais mercadorias: pelo tempo de trabalho socialmente necessário. Contudo, o corpo que trabalha – tendo em vista que a força de trabalho não pode ser separada dos corpos dos indivíduos, ou seja, de suas capacidades físicas, mentais e emocionais – depende de processos ligados à produção e reprodução de tais condições para garantir sua existência e disponibilidade no mercado.

É nesse sentido que, em termos marxianos, o valor da força de trabalho é equivalente ao tempo de trabalho necessário para a produção dos meios de subsistência indispensáveis para o atendimento das necessidades básicas do/a trabalhador/a e de sua família, parâmetro variável a depender das características ambientais, das expectativas culturais, incluindo as do mercado de trabalho, do desenvolvimento histórico da sociedade em questão e do próprio movimento político dos/as trabalhadores/as na direção de ampliar o mínimo garantido à sua sobrevivência e a dos seus.

De maneira semelhante, suponhamos que uma certa cesta de bens (x) seja necessária para “reproduzir” um trabalhador em particular. Essa “cesta de bens” contendo comida, abrigo, educação, saúde e assim por diante é então **consumida** por esse trabalhador mítico (ou, alguém diria, universal) para se reproduzir. **Mas o tamanho e o conteúdo da cesta não variam dependendo da raça, nacionalidade e sexo do trabalhador?** Marx parecia pensar assim. Considere sua discussão sobre o trabalhador irlandês e suas “necessidades” em comparação com outros trabalhadores. Se os trabalhadores reduzissem seu consumo (para poupar), Marx argumenta, então eles “inevitavelmente se degradariam (...) ao nível dos irlandeses, para aquele nível de trabalhadores assalariados onde o mínimo animal de necessidades e meios de subsistência aparece como o único objetivo e propósito de sua troca com o capital” (BHATTACHARYA, 2018, on-line, grifos nossos).

Acima, Bhattacharya (2018 *apud* LEBOWITZ, s.d.) afirma que Marx alcança o entendimento de que o valor da força de trabalho está atrelado ao desenvolvimento histórico das sociedades e, portanto, caminha conforme avança ou retrocede a luta de classes. Em outras palavras: o pensador alemão não trata do salário como uma magnitude fixa relacionada a um padrão de necessidades rígido e imutável, porém não desenvolve, analiticamente, os

processos sociais pelos quais a força de trabalho pode ser recomposta em suas necessidades, lacunas que, quando consideradas teoricamente, colocam em xeque o entendimento de economia como restrita à esfera da produção.

Além do mais, do ponto de vista político, preencher tais lacunas significa redimensionar o entendimento sobre a composição da classe trabalhadora e de suas trincheiras de luta – se o peso da cesta de bens dos/as trabalhadores/as pode crescer ou diminuir a depender de sua movimentação política, então qualquer levante com o objetivo de manter ou expandir a “partilha de civilização” para aqueles/as que vivem da venda de sua força de trabalho deve ser considerada uma luta antissistema, não apenas a luta por melhores salários levada adiante por sujeitos com vínculo empregatício formal (BHATTACHARYA, 2018, on-line).

Além da imagem bidimensional do produtor direto individual preso no trabalho assalariado, começamos a ver emergir uma miríade de capilares de relações sociais que se estendem entre local de trabalho, lar, escolas, hospitais — um todo social mais amplo, sustentado e coproduzido pelo trabalho humano em formas contraditórias, mas ainda assim constitutivas. Se direcionarmos nossa atenção para as veias profundas de corporificação das relações sociais, em qualquer sociedade atual hoje, **como podemos deixar de encontrar o sujeito caótico, multiétnico, multigêrmico e com diferentes capacidades que é a classe trabalhadora global?** (BHATTACHARYA, 2018, on-line, grifos nossos)

Dessa forma, Bhattacharya (2018, on-line) reafirma a importância de confrontar o capital em sua totalidade, não apenas no mercado de trabalho, já que, permanecer lutando nessa esfera, é combater os efeitos da exploração e não a sua origem: “a trabalhadora pode até ‘deixar’ um chefe individual, mas ela não pode optar por sair do sistema como um todo (enquanto o sistema como tal existir)”.

Essa argumentação tem como premissa o entendimento de que a reprodução da força de trabalho, embora se realize espacialmente fora da produção, permanece essencial a ela, já que o trabalho existe, no capitalismo, **como meio de valorização do valor e não da vida.** Ainda que, no circuito de reprodução da força de trabalho, a finalidade seja a autorregeneração, o autodesenvolvimento dos/as trabalhadores/as, **os meios garantidores destes processos são mercadorias** e, como tais, existem para a valorização do capital e não para a reprodução do/a trabalhador/a de acordo com as suas próprias necessidades, aspirações, desejos, potencialidades humanas.

Deparamo-nos, nesse ponto, com uma contradição da qual voltaremos a tratar: o

capitalismo vive da invenção de novas necessidades ao mesmo tempo em que precisa, para garantir a produção de mais-valor, restringir as necessidades da classe trabalhadora, logo estas crescem sem que se possa, por parte dos/as trabalhadores/as, saná-las de fato. Ressalta-se, nesse sentido, que a luta por essa satisfação pode e deve ter diversas frentes e precisa ser considerada uma luta antissistema, não apenas aquelas travadas por maiores salários e benefícios trabalhistas, como foi afirmado a partir da autora supracitada.

É verdade que a luta de classes ganha contornos mais evidentes nos locais de trabalho, porém, parafraseando Bhattacharya (2018), se o objetivo do projeto socialista é tornar os sujeitos livres para trabalhar na produção de valores de uso voltados ao desenvolvimento pessoal e social, então as estratégias políticas devem ultrapassar a luta restrita às condições de trabalho e confrontar o capital em sua totalidade, considerando (e inaugurando) diversas lutas no campo da reprodução da vida, o que exige um entendimento ampliado sobre a composição da classe que trabalha para além de seu segmento formalmente assalariado⁷.

Qual é a situação ideal para a trabalhadora? Que ela puxe tudo na direção oposta e aniquile completamente a mais-valia, ou seja, que ela só trabalhe as horas necessárias para reproduzir sua própria subsistência e o resto do tempo é seu para fazer o que lhe agrada. Esta é uma solução impossível, em que o capital deixará então de ser capital. **A luta por salários mais altos, benefícios etc. em um local de trabalho, contra um chefe, ou mesmo em uma série de locais de trabalho e contra chefes específicos, é apenas parte da luta crucial do capital em geral versus o trabalho assalariado em geral.** (...) onde uma luta por um salário mais alto não é possível, diferentes tipos de lutas ao redor do circuito de reprodução social também podem irromper. (Bhattacharya, 2018, on-line).

As feministas da Teoria da Reprodução Social (TRS) inovam ao considerar, em suas buscas por uma explicação material da opressão das mulheres, a produção e reprodução de seres humanos, elencando como premissa o que foi discutido anteriormente: se a reprodução da vida está ligada ao capitalismo por garantir a sua mercadoria extraordinária, a força de

⁷ “O ‘trabalhador assalariado’ pode ser a definição correta para aqueles que atualmente trabalham por um salário, mas tal visão é, novamente, uma das ‘secretárias sindicais’. A classe trabalhadora, para o marxista revolucionário, deve ser vista como todos na classe produtora que participaram da totalidade da reprodução da sociedade — independentemente se esse trabalho tem sido pago pelo capital ou não tem sido pago. Essa visão integrativa de classe reúne o trabalhador temporário de hotel latina de Los Angeles, a mãe trabalhadora de horário flexível de Indiana que precisa ficar em casa devido aos altos custos de creche, o professor afroamericano de Chicago e o branco, homem e desempregado, antigo trabalhador do UAW de Detroit. Mas eles se unem não em competição uns com os outros, uma visão da classe trabalhadora ainda em termos de mercado, mas em solidariedade. A organização estratégica com base em tal visão pode reintroduzir a ideia de que uma ofensa ao professor em Chicago é, na verdade, um prejuízo para todos os outros” (BHATTACHARYA, 2018, on-line).

trabalho, o capital não pode deixar de exercer domínio sobre o/a trabalhador/a após o expediente.

Dessa forma, as necessidades intrínsecas ao ato de viver estão conectadas com o âmbito da exploração e, por isso, pedem uma análise teórica unificada com o objetivo de refletir maior efetividade política. Nesse sentido, dando continuidade ao legado de Marx, essa perspectiva faz a seguinte provocação: **“quais são as implicações da força de trabalho sendo produzida fora do circuito da produção de mercadorias, mas sendo essenciais para ela?”** (BHATTACHARYA, 2018, on-line, grifos nossos).

Em suas elaborações iniciais, a Teoria da Reprodução Social chamava atenção para os lares e para a unidade familiar como espaço confiável e duradouro de produção, do ponto de vista biológico-geracional, da força de trabalho futura e da reprodução de seus membros já existentes, integrantes ativos ou não do mercado de trabalho, por meio da oferta de alimentação, moradia e cuidados psíquicos – “funções [...] desproporcionalmente suportadas pelas mulheres no capitalismo e [...] fontes da opressão das mulheres sob o sistema” (BHATTACHARYA, 2018, on-line).

Contudo, às teóricas da reprodução social não escapou o fato de que a força de trabalho também pode ser garantida via imigração e escravidão, isto é, nem sempre pela via geracional no interior de configurações familiares. Ademais, têm-se levado em consideração, inclusive como chave explicativa para pensar as condições de reprodução da vida alcançadas politicamente pelos/as trabalhadores/as, que o trabalho necessário ao retorno diário dos corpos ao mercado de trabalho pode ser provido, também, pela via do mercado e do Estado, compondo, assim, um circuito de reprodução social.

Educação pública e sistemas de saúde, instalações de lazer na comunidade, pensões e benefícios para os idosos compõem juntos os “hábitos” historicamente determinados. Da mesma forma, a substituição geracional através do parto na unidade familiar baseada em parentesco, embora dominante, não é a única forma que uma força de trabalho pode ser substituída. Escravidão e imigração são duas das formas mais comuns pelas quais o capital substituiu o trabalho dentro das fronteiras nacionais (BHATTACHARYA, 2018, on-line).

Em síntese, a TRS reforça e expande o entendimento de que a sociabilidade capitalista submete os processos garantidores de vida à produção de lucro. Essa forma de produzir a existência gera duas relações – a valorização do valor e a (re)produção de seres humanos e natureza – opostas, mas intrinsecamente unificadas. Considera-se, dessa forma, que a crise intrínseca ao desenvolvimento capitalista, tal como revelada por Marx, não é apenas

econômica, mas civilizatória, humanitária, das instituições estatais burguesas, ou seja, política, social, energética, alimentar, ecológica, enfim, é a crise da totalidade da sociabilidade do capital. As respostas à crise passam, por conseguinte, não só pela reestruturação das relações de trabalho, mas pela reorganização das formas pelas quais os/as trabalhadores (re)produzem suas existências, gerando, permanentemente, uma crise reprodutiva (BHATTACHARYA, 2017; 2019).

A TRS, por não considerar o capitalismo como um conjunto de leis puramente econômicas, esforça-se no sentido de apreender o racismo, o sexismo e demais opressões como sistemas autônomos em relação ao capitalismo. Este campo de convergência teórico-política busca apreender as formas pelas quais a dinâmica capitalista vem produzindo, historicamente, múltiplas opressões como pilares de seu funcionamento, em oposição à “ferramentas analíticas até então existentes [que] não davam conta de uma explicação unitária da totalidade social, ora hierarquizando, ora ocultando uma ou outra dimensão da realidade que nos parecia fundamental” (ROCHA et al., 2022).

Dessa forma, ao partir da reprodução da vida como ponto de partida para entender o mundo (e transformá-lo), joga-se luz aos processos diferenciados, particulares, ainda que unificados, de reprodução da vida sob a ordem do capital. Além de demarcar que as atividades de produzir e reproduzir a força de trabalho são um trabalho essencial, mesmo que invisibilizado e desvalorizado, e que tem sido responsabilidade de corpos femininos racializados como não-brancos, a TRS desvela os acessos diferenciados de (re)produção da vida que originam experiências múltiplas de existência, diferenças de acesso organizadas pelo Estado capitalista, forjadas pelas opressões e presentes desde os processos mais básicos de socialização, basta levar em consideração a qualidade inferior das escolas, serviços de saúde, lazer e cultura, condições da água e do ar, etc. presentes nos territórios periféricos onde há maior predominância da população não-branca.

(...) os lucros e a intensidade da acumulação no nível que conhecemos não são obtidos genericamente "dos trabalhadores", mas da relação *diferencial* entre tipos particulares de trabalhadores que alternam entre salários mais altos e baixos e meios de subsistência mais ou menos restritos e precários. Isto significa que o sistema degrada mais certos corpos do que outros - em regra pessoas racializadas, e mais especificamente, mulheres racializadas - e para isso as classes dominantes têm que sustentar essas opressões, manter vivas as diferenças e hierarquias no seio da classe trabalhadora. Essa força de trabalho diferenciada socialmente reforça e sustenta as condições para a acumulação de capital (FERGUSON, 2020 *apud* RUAS, 2020, p. 184).

A TRS considera, portanto, que as múltiplas opressões são inerentes à sociabilidade

capitalista e essenciais à reprodução ampliada do sistema vigente, pois garantem a reprodução de formas de vida adequadas aos diferentes níveis necessários de exploração da força de trabalho e a permanente existência de pessoas necessitadas de vendê-la para garantir a sobrevivência (ARRUZZA e BHATTACHARYA, 2020; FRASER, 2019 [2016]; RUAS, 2020; FONSECA e ALENCAR, 2021).

As reflexões expostas até aqui têm como objetivo ressaltar a mercantilização imposta pelo capitalismo ao trabalho, capacidade humana trans histórica⁸, e aos processos (re)produtivos da vida, além de oferecer pistas sobre os primeiros saltos teórico-políticos da Teoria da Reprodução Social (TRS), a qual veremos em mais detalhes adiante. Veremos, na próxima seção, a trajetória de conformação do campo teórico-político que hoje denomina-se Teoria da Reprodução Social (TRS), em especial seus desdobramentos contemporâneos, sua recepção e caminhos pelo Brasil.

1.2 TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA TRS, SUA CHEGADA E DESDOBRAMENTOS INICIAIS NO BRASIL

Desenvolvida no interior do feminismo-marxista, na esteira dos debates sobre o trabalho doméstico durante a década de 1970, a TRS parte da crítica da economia política, isto é, da teoria do valor-trabalho de Marx, para analisar o trabalho gratuito operado por mulheres, no âmbito privado dos lares, na produção e reprodução da força de trabalho.

No final dos anos de 1960, o feminismo-marxismo se propôs a revelar e analisar, através da reprodução da força de trabalho realizada pelo trabalho doméstico⁹ de mulheres, a lógica existente entre a opressão desse segmento e o funcionamento do capitalismo.

Esse esforço, nas palavras de Ferguson e McNally (2017, p. 27), “prepara a cena” para a elaboração da Teoria Unitária, posteriormente conhecida como Teoria da Reprodução Social, e tem como marco a publicação do artigo *The Political Economy of Women’s*

⁸ “Obviamente, a capacidade de trabalho é uma qualidade trans-histórica que os seres humanos possuem, independentemente da formação social da qual fazem parte. O que é específico para o capitalismo, porém, é que somente sob este sistema de produção, a produção de mercadorias torna-se generalizada por toda a sociedade e o trabalho mercantil, disponível para venda no mercado, torna-se o modo dominante de exploração. **Assim, sob o capitalismo, o que é generalizado em forma de mercadoria é uma capacidade humana**” (BHATTACHARYA, 2018, on-line).

⁹ “O termo trabalho doméstico referia-se ao trabalho feminino diário não-remunerado de realização das tarefas domésticas, gestação, parto, amamentação e cuidado das crianças e idosos no espaço privado do lar, desempenhado especialmente por irmãs, esposas e mães” (FONSECA, 2019, p. 36).

Liberation [A economia política da libertação das mulheres], de Margaret Benston, nos Estados Unidos, mas também contou com ampla discussão e produção de feministas-socialistas em âmbito internacional, cujo esforço somava-se à tentativa de “(...) levar as experiências das mulheres – até então epistemologicamente marginalizadas – ao coração da teoria marxista do capitalismo” (FONSECA, 2019, p. 36).

(...) [estas pensadoras ativistas] sondaram os conceitos marxistas de valor de uso e valor de troca, força de trabalho e classe, para identificar o que podiam revelar sobre o significado político-econômico das mundanas tarefas do lar, desde lavar pratos e preparar refeições até vestir e cuidar de crianças (FERGUSON e MCNALLY, 2017, p.28).

Benston (...) não inova ao identificar o lar como espaço de opressão feminina, mas sim ao argumentar que as mulheres pertenciam à classe trabalhadora de forma particularizada, pois uma vez submetidas à esfera privada, seu trabalho geraria valores de uso a serem consumidos no âmbito privado. Em síntese, a autora localiza as mulheres trabalhadoras domésticas na fase pré-mercantil do capitalismo, o que daria às mesmas *status* socialmente diferenciado em relação aos homens, trabalhadores da esfera produtora de mais-valor. Seguindo essa linha de raciocínio, a raiz da subordinação feminina estaria na submissão das mulheres ao trabalho doméstico destinado às suas famílias, “uma unidade produtiva pré-capitalista para realização das tarefas domésticas, reposição da força de trabalho e a criação de crianças”, cuja existência ainda serviria à manutenção da estabilidade social e ainda manteria as mulheres à disposição do capital como exército industrial de reserva (FONSECA, 2019, p. 38).

Definir o trabalho no interior dos lares como a base econômica da opressão das mulheres significou localizar esse segmento social como parte integrante da classe trabalhadora. As saídas para a opressão feminina, nesse sentido, passariam pela transformação do trabalho doméstico improdutivo em trabalho produtivo, através de sua socialização pelo Estado. Nesse sentido, Fonseca (2019) menciona o paralelo existente entre as reflexões da autora e as ideias de Lênin. Ambos estariam de acordo sobre a importância de garantir, em paralelo com a estatização do trabalho doméstico, a entrada das mulheres no mercado de trabalho como forma de evitar a jornada dupla de trabalho feminino.

Na mesma época, a feminista-marxista Peggy Morton critica o trabalho de Benston (...) em um artigo intitulado *A Woman's Work is Never Done* [O trabalho de uma mulher nunca termina]. As críticas localizavam problemas em relação à luta das mulheres a partir de um lugar particularizado na classe trabalhadora. Além disso, de acordo com Fonseca (2019),

Morton (...) é a primeira teórica que enxerga na família a unidade de produção e reprodução da força de trabalho no capitalismo – e não como um resquício da fase pré-capitalista, como defendia Benston (...).

Sua tarefa [da família], portanto, consistia em **manter a força de trabalho atual e prover a próxima geração de trabalhadores, dotados das habilidades e valores necessários para que eles integrassem o mercado de trabalho capitalista como membros produtivos**. Morton foi a primeira autora a sustentar tal argumento, o que lhe permitia ver as **diferentes posições das mulheres** – isto é, seu **trabalho na esfera pública**, como parte da força de trabalho ativa e seu **trabalho na esfera privada**, no interior da unidade familiar – **de forma integrada** (FONSECA, 2019, p. 39, grifos nossos).

Morton (...), portanto, rejeita a posição supostamente particular das mulheres no interior da classe trabalhadora, ao mesmo tempo em que evidencia e compreende as contradições específicas e intrínsecas ao lugar ocupado por elas no capitalismo. E vai além: para ela, o trabalho doméstico das mulheres não produz valores de uso apenas, mas é responsável pela manutenção da força de trabalho, cuja importância é fundamental à valorização do capital. Assim, o reconhecimento das atividades reprodutivas como trabalho integraria as mulheres à dinâmica produtiva da sociedade e alteraria as estratégias de luta do movimento feminista (FONSECA, 2019).

Ainda na década de 1970, as feministas-marxistas-autonomistas¹⁰ Mariarosa Dalla Costa e Selma James escrevem o artigo *The Power of Women and the Subversion of the Community* [O Poder das Mulheres e a Subversão da Comunidade], publicado ao mesmo tempo na Itália e nos EUA. O objetivo das autoras era reforçar a conexão entre o trabalho doméstico e a produção capitalista ao enfatizar a existência de valor de troca no trabalho feminino realizado nos lares. Para elas, a apropriação da mais-valia, pelo capitalista, ocorreria no momento em que este pagasse um salário ao marido, considerado a *ponte* através da qual se realizaria a exploração da mulher pela classe proprietária (FONSECA, 2019).

As autoras destacaram ainda que o trabalho doméstico não só libertaria os homens das responsabilidades domésticas e lhes permitiria focar no trabalho a ser desenvolvido no âmbito público, mas também garantia que as mulheres se responsabilizassem por aqueles/as que são periodicamente expulsos de

¹⁰ São chamadas de feministas autonomistas por pertencerem, segundo Fonseca (2019, p. 40), ao marxismo-autonomista, “uma tradição do pensamento marxista que se popularizou na Europa durante a década de 1960, e incluiu várias ‘escolas’ nacionais, como por exemplo, na Itália, na França, nos EUA. Essa tradição buscou se diferenciar do marxismo ortodoxo enfatizando o poder autônomo dos trabalhadores em relação ao capital, à frações de classe e à burocracias estatais, partidárias e sindicais”.

seus trabalhos pela crise econômica, de modo a garantir o funcionamento do exército industrial de reserva (FONSECA, 2019, p. 41).

A consequência desse argumento que reordena a dinâmica de exploração das mulheres é a redefinição das estratégias da luta feminista: a partir das contribuições das autoras, o âmbito doméstico transforma-se em espaço subversivo, assim como as mulheres passam a integrar a classe de sujeitos revolucionários, na contramão do que defendia a concepção hegemônica do marxismo na época (FONSECA, 2019).

Como pautas objetivas propostas a partir desse reposicionamento da opressão das mulheres no capitalismo, surgiram a exigência de pagamento de salários, por parte do Estado, ao trabalho doméstico não-remunerado e o chamamento das donas de casa à greve, “conclamando-as para que negassem a realização de tarefas domésticas e sexuais para seus maridos. Tal movimento ficou conhecido como ‘Campanha Internacional Salários para o Trabalho Doméstico’ (*International Wages for Housework Campaign*)” (FONSECA, 2019, p. 42).

Longe de atingir hegemonia no interior do movimento feminista-socialista, a pauta dos salários para o trabalho doméstico impulsionou críticas em relação a possível reafirmação do lugar da mulher na esfera privada, à ausência de diálogo com o segmento de mulheres remuneradas pelo exercício do trabalho doméstico e, principalmente, à caracterização do trabalho doméstico como produtivo, isto é, como gerador de mais-valor, afirmando a incompreensão das autoras sobre as categorias de trabalho produtivo, improdutivo e trabalho útil¹¹, descritas por Marx (FONSECA, 2019).

Um importante contraponto analítico sobre a natureza do trabalho doméstico, como aponta Fonseca (2019), foi realizado por Wally Secombe, através do artigo *The Housewife and Her Labour under Capitalism* [A dona de casa e seu trabalho sob o capitalismo]. Em linhas gerais, para o autor, embora o trabalho doméstico produza a mercadoria força de trabalho, a lei do valor não incide diretamente sobre a especificidade dessa produção, o que

¹¹ Segundo Fonseca (2019, p. 43): “Em resumo, para Marx, o trabalho produtivo sob o capitalismo é o trabalho que tem o fim de fornecer mais-valia. Como o trabalho doméstico não é dirigido para a produção de mais-valia, ele não seria, em termos estritamente marxianos, produtivo, e aqueles responsáveis pela sua execução não seriam explorados. Assim, os críticos de Dalla Costa e James sustentam que ao fundir trabalho útil e produtivo em uma mesma categoria, as autoras confundiriam o conteúdo do produto com as relações sociais envolvidas no trabalho - a utilidade da atividade em geral com sua forma social específica. Marx teria empregado o conceito de “trabalho útil” justamente para evitar essa confusão – categoria a-histórica, se referia a todo trabalho voltado à produção de valores de uso. A categoria de “trabalho produtivo” seria exclusiva do capitalismo, um modo de produção historicamente específico com formas sociais específicas. Nesta perspectiva, embora todo trabalho produtivo seja também trabalho útil, nem todo trabalho útil seria produtivo”.

não significa, contudo, ausência de conexão entre o trabalho de reprodução realizado no lar e a produção de mais-valia no âmbito produtivo.

Percebe-se que, ao longo dos anos de 1970, o debate feminista-marxista sobre o trabalho doméstico permaneceu às voltas com três problemáticas: 1) a natureza do produto do trabalho doméstico; 2) o caráter produtivo ou improdutivo presente neste tipo de trabalho; 3) a vinculação do trabalho doméstico à reprodução ampla do capitalismo e à luta política contra a opressão de gênero (MENDES, 2017 *apud* FONSECA, 2019).

De um modo geral, duas posições emergiram desse debate: a) uma mais ligada à ideia de que o trabalho realizado pelas mulheres seria produtivo, na qual o trabalho doméstico produzia a mercadoria força de trabalho, ou seja, era produtor tanto de valor de uso como valor de troca e, portanto, produtor de mais-valia. Aquelas pessoas que o desempenhavam – historicamente, as mulheres – seriam exploradas, e deveriam se organizar contra sua exploração e exploradores (definidos como capitalistas e os homens em geral); b) outra ligada à noção de que o trabalho doméstico não seria produtivo (ou nem produtivo nem improdutivo), pois produzia apenas valores de uso para o consumo direto dos membros da família e do trabalhador assalariado, e assim contribuía para a manutenção geral e a renovação da sua força de trabalho de forma essencial ao funcionamento da produção capitalista (FONSECA, 2019, p. 46).

Na primeira posição, prevaleceram discussões abstratas, a-históricas e funcionalistas, "elaborações secas da teoria marxista", que foram consideradas de pouca efetividade para a agenda política do movimento de mulheres, inclusive pela ausência de interlocução com as pautas raciais e anticoloniais que figuravam na ordem do dia à época. O resultado foi o paulatino abandono do debate marxista sobre o trabalho doméstico em favor de "um aparato conceitual que pudesse ser usado para organizar e interpretar os dados da vida cotidiana das mulheres" (VOGEL, 2013 [1983], p.185 *apud* FONSECA, 2019, p. 46-47).

Como destaca Brown, isto ocorreu porque as perspectivas feministas-marxistas envolvidas nos debates da década de 1970, falharam em integrar discussões de ordem prática – como a questão dos salários para o trabalho doméstico – em uma teoria marxista holística da sociedade (BROWN, 2013, p. 3-4). Houve, então, a partir da década de 1980, um giro empiricista no campo dos estudos de gênero, no qual o método teórico-prático voltou-se a análises individualistas, e o feminismo-marxista (...) foi jogado ao ostracismo, sob acusações de economicismo e funcionalismo (FONSECA, 2019, p.48).

Ainda na década de 1970, mais precisamente em 1975, Hartmann escreve um artigo intitulado *The Unhappy Marriage of Marxism and Feminism* [O casamento infeliz do marxismo e do feminismo], nos Estados Unidos, na tentativa de reavivar, teórica e politicamente, a união entre marxismo e feminismo diante da onda reducionista e

funcionalista que havia acometido as análises sobre a opressão de gênero e do avanço de perspectivas liberais (FONSECA, 2019).

Havia, porém, a tendência de se considerar a tradição marxista como capaz de conclusões parciais e de natureza economicista sobre a subordinação feminina, levando à proposta de adoção de dois paradigmas “distintos e por vezes contraditórios”: a contribuição marxista para a apreensão do capitalismo e a “análise feminista para a compreensão do patriarcado enquanto estrutura social e histórica autônoma”¹², ambos constituindo um sistema duplo (FONSECA, 2019).

Apesar da hegemonia, Fonseca (2019) menciona a existência de uma minoria de autoras que, na mesma década, já denunciavam os limites explicativos da perspectiva dualista sobre a opressão de gênero, seja em seu esforço de teorização sobre as duas esferas autônomas, seja na análise das relações que surgem entre ambas, com destaque para a feminista-marxista Iris Young, teórica que buscou construir uma estrutura analítica capaz de apreender “as relações sociais materiais de uma formação social histórica particular como um **único sistema no qual a diferenciação de gênero é um atributo central**” (YOUNG, 1981, p. 50 *apud* FONSECA, 2019, p. 33, grifos nossos).

Dessa forma, a autora buscou se afastar das perspectivas que operam cisões na totalidade social (ou que advogam coexistências, cujo pressuposto ainda implica na fragmentação) e partiu da premissa de que a exploração intrínseca às relações de produção capitalistas e a lógica de opressão a que estão submetidas as mulheres, nessa organização econômica, conformam um sistema único (FONSECA, 2019).

Contemporânea de Young, a feminista-marxista Lise Vogel se engajou na proposta de elaborar uma síntese entre a opressão das mulheres e a exploração capitalista. Em 1983, ela escreve o livro *Marxism and the Oppression of Women: Toward a Unitary Theory* [Marxismo e a Opressão às Mulheres: Rumo a uma Teoria Unitária], no qual parte das contribuições da autora supracitada, mas abandona, como pressuposto teórico, a divisão sexual do trabalho para, em seu lugar, propor a discussão sobre a produção e reprodução cotidiana e geracional da força de trabalho, buscando uma apropriação mais qualificada das categorias-chave

¹² Segundo Fonseca (2019), Arruzza (2017) demonstra que alguns autores “atualizaram” essa teoria, durante a década de 1990, somando à teoria dos sistemas duplos o racismo como um sistema próprio, constituindo, assim, a teoria dos sistemas triplos. Fonseca (2019) menciona ainda que a teoria dos sistemas duplos figura como base, por exemplo, da Teoria da Interseccionalidade, elaborada por Crenshaw (1991) e recentemente atualizada por Hill Collins e Bilge (2016). Mais adiante, trataremos dessas questões.

expostas por Marx em *O Capital*.

A *perspectiva da reprodução social*, como passa a ser conhecida a contribuição de Vogel após a publicação de sua obra, é um marco do debate feminista-marxista pela sofisticação com que mantém-se no objetivo teórico de operar sínteses entre a **opressão das mulheres** e o **trabalho feminino não remunerado exercido no âmbito privado do lar**.

A obra procura dar novo fôlego materialista-histórico ao feminismo de inspiração marxista, especialmente após os percalços metodológicos nos quais desembocou o debate sobre o trabalho doméstico e a teoria dos sistemas duplos, como brevemente demonstrado. Enquanto referências como *A Ideologia Alemã*, de Marx, e *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*, de Engels, figuravam como bases teóricas dominantes das reflexões produzidas pelo feminismo socialista até então, Vogel inova no desvelamento da base material da opressão de gênero (não sem apresentar limites) ao eleger como ponto de partida de seu trabalho as categorias marxianas desenvolvidas no volume I de *O Capital*.

(...) como Vogel reconhece, qualquer exposição marxista séria da opressão à mulher na sociedade capitalista é obrigada a levar em conta as categorias teóricas centrais desse imponente trabalho. Dito de maneira simples, o procedimento crítico de Marx em *O Capital* revela uma série de conceitos relacionados – a mercadoria, valor, dinheiro, capital, força de trabalho, mais-valor e assim por diante – que foram projetados para iluminar os profundos processos estruturais através dos quais o modo de produção capitalista se reproduz (FERGUSON e MCNALLY, 2017, p. 26).

Em busca da possibilidade de construir uma **teoria unitária sobre a opressão das mulheres**, isto é, de teorizar de forma única e integrada sobre a posição feminina subalternizada e o funcionamento do capitalismo, a autora dialoga com as perspectivas dos sistemas duplos e triplos elaboradas pelo feminismo-marxista, mas as ultrapassa ao colocar no centro da análise a produção e reprodução diária e geracional da força de trabalho, não a divisão sexual do trabalho, jogando luz sobre pontos da obra marxiana que permaneceram prematuras ou intocadas pelo próprio autor e também pelas gerações posteriores de intelectuais (FERGUSON e MCNALLY, 2017, grifos nossos).

O ponto de partida de Vogel, a reprodução da força de trabalho, tem como fundamento a constatação de Marx em relação ao aspecto basilar do processo de acumulação capitalista: a expropriação forçada, sistemática e contínua de um contingente massivo de pessoas de suas formas próprias de subsistência, compelindo as mesmas a vender, no mercado, sua força de trabalho em troca de um salário que garanta os meios de sobrevivência, como apontado por nós na seção anterior.

Como vimos, o valor da força de trabalho, segundo Marx, é socialmente determinado pelo tempo de trabalho necessário à produção dos meios de subsistência, ponto da obra marxiana que suscitou polêmicas, inclusive no movimento feminista socialista, porém, continua a dupla de autores,

(...) se seguirmos Marx muito rapidamente aqui, corremos o risco de deixar de fazer uma pergunta igualmente poderosa – e, para o atual propósito, mais crucial: **como essa mercadoria especial é, ela mesma, produzida e reproduzida?** Marx percebe que há uma questão neste ponto, mas não chega ao coração dela. **O insight crítico de Vogel envolve interromper a argumentação de Marx, bem neste ponto e perguntar: quais são as condições de possibilidade dessa “mercadoria especial”, a força de trabalho, o próprio pivô da economia capitalista? Qual é a natureza dos processos sociais através dos quais a força de trabalho em si é produzida?** A resposta de Vogel é decisiva. **“A força de trabalho (...) não é produzida capitalistamente”**. Em vez disso, ela é produzida e reproduzida em um “local baseado em parentesco”, a “família da classe trabalhadora” (VOGEL, 1983, p. 151 e 170 *apud* FERGUSON e MCNALLY, 2017, p. 34, grifos nossos).

As relações de parentesco familiares, na análise proposta por Vogel, aparecem diretamente relacionadas à produção e reprodução *não capitalista* da força de trabalho. A autora reafirma conclusões anteriores acerca do caráter improdutivo do trabalho doméstico, cujos produtos são apenas valores de uso, mas propõe um nível mais elevado de abstração em relação à origem da subordinação feminina: para ela, a raiz dessa opressão não está no trabalho doméstico historicamente desempenhado pelas mulheres, apesar desse fenômeno ser prejudicial e indispensável para a análise da desigualdade de gênero, **mas na importância do trabalho reprodutivo realizado nos lares para a reprodução societal do sistema capitalista, intrinsecamente dependente da produção e reprodução da força de trabalho** (FERGUSON e MCNALLY, 2017; OLIVEIRA, 2021).

Assim, Vogel desloca a centralidade da opressão de uma relação entre homens e mulheres¹³, embora possua relevância, **para uma relação entre trabalho das mulheres e o capitalismo**, elevando o grau de abstração nessa síntese argumentativa. (...) Homens dominam as mulheres ideologicamente e possuem uma série de privilégios em relação a essas, mas isso não é o definidor da totalidade da opressão das mulheres, embora constitua a mesma (OLIVEIRA, 2021, p. 83).

¹³ Ferguson e McNally (2017, p. 44, grifos nossos), ao tratar das críticas recebidas por Vogel à época da publicação de sua obra, mencionam o comentário de Johanna Brenner, autora feminista-socialista, sobre a ausência de teorização em Vogel sobre o poder masculino no lar. Os autores saem em defesa de Vogel e escrevem o seguinte: “(...) seu interesse [de Vogel] está em analisar **o que há nas relações fundamentais do capitalismo que parece exigir** um sistema de família baseado em uma ordem de gênero de dominância masculina”.

Dessa forma, Vogel está interessada nos **nexos estruturais** existentes **entre os processos de produção e reprodução da força de trabalho, realizados no interior da família e majoritariamente por suas mulheres, e a reprodução do capital**, atentando-se para a função social, atribuída pela lógica capitalista, aos processos de gestação, parto e amamentação, trabalhos que têm como premissa a existência de corpos sexuados-femininos (OLIVEIRA, 2021).

Nesse ponto, pode-se perguntar: a argumentação de Vogel caminha para afirmar a primazia de um pressuposto biológico – capacidades físicas particulares dos corpos femininos – sobre o qual estaria materialmente apoiada uma norma de gênero opressora e mantenedora da subalternidade das mulheres?

Acerca dessa questão, há um adendo que merece ser pontuado: Ferguson e McNally (2017) retomam, em determinado ponto do texto, um trecho da obra marxiana em que o autor alemão aproxima-se do reconhecimento da particularidade biológica presente no trabalho reprodutivo da força de trabalho ao mencionar que as mães capturadas pelas fábricas precisariam ser substituídas nas tarefas de amamentação e cuidado com bebês, tendo em vista que essas são tarefas impossíveis de serem suprimidas.

Para os autores, Vogel parte da iminência de Marx em admitir o traço biológico que particulariza o trabalho reprodutivo para teorizar sobre o lugar de opressão distinto ocupado pelas mulheres no capitalismo, “argumentando que a **organização social da diferença biológica** constitui uma ‘pré-condição material para a construção social das diferenças de gênero’” (VOGEL, 1983, p. 142 *apud* FERGUSON e MCNALLY, 2017, p. 40, grifos nossos).

Os autores enfatizam, portanto, que Vogel não está atribuindo à biologia propriamente dita a base material da subordinação feminina, mas à “dependência do capital dos processos biológicos específicos das mulheres – gravidez, parto, lactação – para garantir a reprodução da classe trabalhadora”. Em outras palavras: que tipo de função social o capital, e o Estado a seu serviço, desenvolvem e impõem à capacidade biológica diferenciada dos corpos femininos? Não no sentido de obrigar, deliberadamente, a todos os corpos femininos que gerem crianças, **mas na direção de manter uma ordem de gênero baseada no domínio masculino, em que a responsabilidade por toda a gama de trabalhos reprodutivos seja “codificada como feminina”** (FERGUSON e MCNALLY, 2017, p. 40, grifos nossos).

O que Vogel nos convida a refletir, de forma integrada, é a necessidade do capital de renovar a força de trabalho para explorá-la e a tendência desse sistema em reproduzir, historicamente, formas patriarcais a partir das diferenças biológicas entre os corpos masculinos e femininos. Desse modo, é possível compreender por que famílias chefiadas por

uma ou mais mulheres estão igualmente submetidas à “matriz da opressão de gênero” e à continuidade de formatos generificados de organização interna (FERGUSON e MCNALLY, 2017, p. 37).

Embora faça concessões, no âmbito da cidadania política, às pautas de luta pela diversidade¹⁴ humana, abrindo espaços para o exercício de outros formatos familiares que não aqueles conformados pela heterossexualidade e cisnormatividade, o resultado não é a eliminação da opressão às mulheres, por exemplo, ou às mulheres trans e demais grupos politicamente minoritários – pelo contrário, o que vemos na atualidade é a intensificação de um projeto societário que violenta e extermina as múltiplas existências em termos de sexualidade e identidade de gênero.

Quando passamos a considerar a necessidade capitalista por uma instância segura, barata e pacificada pela moral conservadora para produzir e reproduzir a força de trabalho, "a análise de Vogel nos permite entender por que as sociedades capitalistas, não obstante sua vasta gama de histórias diversas, reproduziram repetidamente formas de família de dominação masculina". Por mais que as classes dominantes tenham resistido ao afrouxamento das normas de gênero e das morais sexuais, essas mudanças não minaram inerentemente a generificação das responsabilidades fundamentais de parto, amamentação e criação das crianças pequenas (FERGUSON e MCNALLY, 2017, p. 45; OLIVEIRA, 2021).

Evidencia-se, como aponta Oliveira (2021, p. 85), que o debate sobre o gênero não é mero acessório na discussão sobre o funcionamento da ordem capitalista, mas está diretamente vinculado “à produção e reprodução capitalista, o seu Estado e à supremacia que os homens adquirem nessa sociedade sobre as mulheres. Essa ordem está calcada na biologia, mas não é a biologia que justifica essa ordem”.

Ainda no esforço de demonstrar como a obra de Vogel afasta-se de determinismos, Ferguson e McNally (2017) argumentam que a abordagem da autora em relação à família nuclear heterossexual não é funcionalista na medida em que não afirma sua criação como produto direto da ordem do capital para prover a força de trabalho.

Ao sinalizar a importância de atrelar, teórica e politicamente, o âmbito privado dos lares à reprodução do capital, **o que Vogel faz é pavimentar um caminho de análise**

¹⁴ Gostaríamos de acrescentar aqui uma provocação pertinente trazida por Camila Carduz Rocha, a partir de sua trajetória de militância no movimento feminista-socialista, em uma das inúmeras trocas potentes realizadas ao longo da elaboração desta pesquisa: ao escolhermos o termo “diversidade” para tratar da heterogeneidade que marca a sexualidade humana, ainda estamos localizando como premissa uma dada configuração central e ideal, no caso a relação cisgênero e heterossexual, da qual partimos para afirmar e defender a existência de outras formas possíveis, de outros jeitos *diversos*, mas ainda veladamente subordinados a um modelo dominante.

histórico-materialista para a apreensão da “persistência de formas de família generificadas ao longo do espaço e tempo do modo de produção capitalista”. Essa “ordem de gênero capitalista” não estaria fundada no patriarcado trans-histórico ou no modo de produção doméstico, “mas na articulação entre o modo de produção capitalista e as famílias da classe trabalhadora, que são fundamentais para a produção e reprodução da força de trabalho” (FERGUSON e MCNALLY, 2017, p.37).

É partindo de uma análise histórico-materialista que Rhaysa Ruas¹⁵ traz à tona a seguinte reflexão: no contexto da Revolução Industrial, quando a exploração imposta pelas jornadas de trabalho ameaçava diretamente a vida da classe trabalhadora e suas relações de parentesco, a defesa da manutenção da família hétero, cis e patriarcal surgia como agenda de luta do próprio movimento de trabalhadores/as. Lutar por essa configuração familiar significava, naquela conjuntura histórica de exploração desenfreada da força de trabalho, sair em defesa de uma estratégia de sobrevivência à contradição posta entre produção de mais-valor e reprodução das necessidades mais básicas da vida.

O que a autora argumenta, em linhas gerais, é que a apreensão do lugar ocupado pelas famílias, no capitalismo, depende da análise concreta de situações concretas, pois é resultado de diversos processos históricos complexos e contraditórios, de possibilidades e limites, que conformam suas diferentes variações na história.

A família heterocispatriarcal, por exemplo, pode ser a forma hegemônica de reproduzir a vida e o espaço histórico de opressão às mulheres, mas está longe de ser a forma generalizada e, por isso, os movimentos que se propõem a combater a opressão de gênero não podem limitar sua crítica a essa conformação, tampouco generalizar formas particulares, transpô-las às demais realidades – ao fazer isso, corre-se o risco de generalizar, justamente, formas marcadas pela branquitude ocidental¹⁶.

Levemos em consideração, nesse sentido, as contribuições de Angela Davis em *Mulheres, Raça e Classe* (2016, p. 29). Logo no primeiro capítulo, a autora ressalta “que a vida doméstica tinha uma imensa importância na vida social de escravas e escravos, já que lhes propiciava o único espaço em que podiam vivenciar verdadeiramente suas experiências como seres humanos”. Ainda, porque homens e mulheres negros e negras eram, ambos,

¹⁵ Em uma aula transmitida pelo Youtube, em 2021, e disponível através do seguinte link: <https://www.youtube.com/watch?v=ixTT7JeV2dE&t=3855s>. Acesso em novembro de 2022.

¹⁶ Reflexões desenvolvidas a partir da fala de Rhaysa Ruas, em atividade programada pelo PPG em Serviço Social da PUC-SP, em maio de 2023.

trabalhadores/as, as mulheres não tinham sua importância reduzida à realização do trabalho doméstico, como era o caso das mulheres brancas. “Ao contrário dessas”, acrescenta a autora, “aquelas não podiam ser tratadas como meras ‘donas de casa’”.

Em síntese, Vogel inova ao definir como pressuposto de seu trabalho de pesquisa a produção e reprodução diária e geracional da força de trabalho – a mercadoria extraordinária e fundamental à reprodução societal do capitalismo. Ao retirar do centro a divisão sexual do trabalho – o que não significa a negação desta divisão e de suas implicações diretas para o trabalho reprodutivo realizado pelas mulheres no âmbito doméstico e fora dele – a autora joga luz sobre os processos sociais garantidores da existência de tal mercadoria e aponta para a necessidade de se considerar, na análise e nas intervenções políticas, a relação estrutural entre produção capitalista e produção da vida, esta última materializada, cotidianamente, pelo trabalho não-remunerado de mulheres no âmbito privado dos lares.

À esta análise caberia explicar a permanência da responsabilidade desproporcional atribuída às mulheres e do caráter desvalorizado deste trabalho, que envolvia uma miríade de atividades de manutenção e reprodução geracional da força de trabalho ativa e da superpopulação relativa, incluindo o exército industrial de reserva e aqueles inaptos para o trabalho (FONSECA, 2019, p. 13).

Apesar de seus esforços na direção de construir uma leitura unitária da exploração da força de trabalho e da opressão de gênero, a autora incorreu em alguns limites cruciais, como na abstração da categoria “mulher” de sua determinação de raça¹⁷, entre outras formas de opressão, o que é revelador de sua concepção metodológica problemática no tocante ao método histórico-dialético e à categoria marxiana de totalidade social¹⁸ – a autora estaria mais próxima do estruturalismo, como abordaremos no capítulo seguinte. Romper com essa filiação é uma das tarefas em execução pelos/as teóricos/as contemporâneos/as da TRS.

Não há, para a questão étnico-racial, o mesmo esforço teórico de reconstrução da base

¹⁷ É importante ressaltar que o termo “raça”, neste trabalho, não trata de qualquer distinção do âmbito biológico entre os seres humanos, mas como “uma organização social ativa, uma constelação de práticas motivadas, consciente e inconscientemente, por imperativos de políticos ou de poder, como formas culturais implícitas – imagens, símbolos, metáforas, normas que abrangem desde o cotidiano até o institucional”, como sustenta Bannerji (2022 [2020], p. 2087).

¹⁸ “Na esteira de Lukács, **pensamos que o que caracteriza mais acentuadamente a teoria marxiana não é a sua ênfase na importância da economia, mas na categoria da totalidade. Esta categoria significa que a realidade social se configura como um conjunto de partes, articuladas, em processo permanente de constituição, em determinação recíproca, e que, além disso, tem o trabalho como sua matriz fundante. Por isso mesmo, é impossível conhecer efetivamente uma parte sem capturar as relações que ela mantém com a totalidade.** E, por isso mesmo, uma teoria geral do ser social é condição imprescindível para o conhecimento de qualquer parte dessa totalidade” (TONET, 2009, p. 8, grifos nossos).

material tal como foi realizado para o estudo do gênero. Na mesma época, por outro lado, reflexões elaboradas por Francis Beale, pelas ativistas do *Combahee River Collective* e por Angela Davis já incorporavam uma compreensão qualificada da noção marxiana de totalidade social e de suas relações particulares de classe, raça e gênero como dimensões inseparáveis, seja do ponto de vista da experiência concreta, quanto do trabalho analítico. Tal perspectiva, contudo, não encontrou eco no interior do feminismo-marxista da época (FONSECA, 2019).

Ofuscada pelo avanço do neoliberalismo¹⁹ e, conseqüentemente, da retração das lutas sociais e da multiplicação das interpretações pós-modernas de mundo, a obra de Vogel alcançou a academia e a militância de forma tímida, num contexto mundial de derrocada dos aportes teórico-metodológicos marxistas e das lutas sociais (FONSECA, 2019; OLIVEIRA, 2021).

Nos anos seguintes à publicação, a obra também permaneceu adormecida, renascendo no século XXI, quando movimentos anticapitalistas reagem não só à intensificação da crise estrutural do capital a partir de 2008 e ao reavivamento do autoritarismo, mas à escalada neoliberal em curso desde a década de 1970 no plano mundial. E também, é preciso salientar, às décadas de hegemonia das teorias pós-modernas e das pautas identitárias²⁰, insufladas, inclusive, pela crise do socialismo soviético e ideologicamente necessárias ao enraizamento do projeto societário liberal. Diante da degradação contínua das condições de existência das camadas trabalhadoras, fenômeno interligado e concomitante ao recrudescimento das formas de exploração e expropriação do trabalho em escala global, ao militarismo e à financeirização,

¹⁹ Por neoliberalismo, entende-se: “(...) uma fase do aprofundamento do capitalismo monopolista/imperialista na qual há um processo de intensa financeirização, expropriação e mercantilização da vida, que se alimenta das crises econômicas, políticas e humanitárias que ele mesmo, continuamente, gera” (HARVEY, 2008; DÖRRE, 2015; CHESNAIS, 2005 *apud* FONSECA e ALENCAR, 2021, p. 320-321). Importante mencionar que o neoliberalismo ganha contornos robustos na década de 1980, o que não significa que ele efetivamente nasce nessa quadra histórica. Em conversas com a doutoranda Camila Ferreira, ela nos chama atenção para o fato de que a história deve ser compreendida enquanto processualidade que não admite pontos de partida ou chegada bem definidos, o que se aplica ao entendimento do neoliberalismo, que apesar de ganhar forças na década mencionada, já estava sendo gestado nas décadas anteriores em confluência com os sinais da crise de acumulação do regime fordista-keynesiano. Dessa forma, reforça-se que a crise capitalista que enfrentamos atualmente não inaugura um novo regime de acumulação como resposta, pelo contrário, encontra como saída para a manutenção da taxa de lucros a intensificação do paradigma que está em crise. Há, nesse sentido, pesquisadores/as que têm utilizado o prefixo *ultra* em *ultraneoliberalismo* para pensar a agudização das reformas neoliberais em curso no Brasil.

²⁰ A crítica aqui refere-se à armadilha presente na construção de *identidades* de forma apartada das condições objetivas de existência, inaugurando uma *política de identidade* ensimesmada, instrumentalizada pelo neoliberalismo na medida em que fragmenta a luta política, é portanto um caminho de contestação que não coloca em xeque a realidade concreta capitalista e as ideologias inerentes a sua manutenção. Sobre esse ponto, sugerimos a leitura de Haider (2019).

emerge, na conjuntura sócio-político atual, agendas de luta

(...) que relacionam produção e reprodução social. Saúde, moradia, terra, água e alimentação, mudanças climáticas, a defesa do direito à vida e ao bem-viver, lutas por direitos sexuais e reprodutivos, reações a leis discriminatórias, ao racismo e à violência policial, salários e condições de trabalho são alguns exemplos de reivindicações que dominaram a indignação e os protestos neste período (FONSECA, 2019, p. 15).

Para citar apenas algumas dessas mobilizações recentes: o movimento estadunidense *Black Lives Matter*, a Greve Internacional de Mulheres, ocorrida em 2017, que tomou as ruas de mais de 50 países e inspirou a elaboração, por parte de feministas-marxistas da reprodução social, do Manifesto por um Feminismo para os 99%, importante marco do renascimento dessa perspectiva e o movimento argentino *Ni Una a Menos*, o qual reivindicou a legalização do aborto ao mesmo tempo em que denunciava a desigualdade material de acesso ao procedimento e a políticas sociais basilares. Fonseca (2019) fala também desse abalo teórico-político em terras brasileiras:

No Brasil, é possível perceber um movimento similar. O ressurgimento do movimento de mulheres no contexto de resistência ao neoliberalismo têm tido forte protagonismo de mulheres negras que, com intensa produção teórica feminista negra e anticolonial, e mantendo diálogo direto com ativistas de diversos países da diáspora africana, em 2015 marcharam por todo o país ocupando a capital, Brasília, em um movimento que reuniu mais de 50 mil mulheres pelo fim do genocídio da população negra e por melhores condições de vida, na Primeira Marcha Nacional De Mulheres Negras: Contra o Racismo, a Violência e o Bem-Viver. A experiência brasileira foi relatada recentemente por Hill Collins e Bilge (2016), e grande parte das mulheres que marcharam em 2015 se somaram também nas mobilizações da Greve Internacional de Mulheres de 2017 (FONSECA, 2019, p. 15).

A mesma autora ressalta a tendência, no interior do marxismo, de minimizar os movimentos políticos mencionados, entre outros que compartilharam e compartilham do mesmo ímpeto político contemporâneo, sob a justificativa economicista de que eles em nada abalam a estrutura do capital. Nesse sentido, estariam na contramão da luta revolucionária por excelência (FONSECA, 2019).

O que autores e autoras da atualidade, vinculados à perspectiva da TRS, vêm teorizando sobre a totalidade social capitalista, e defendendo como campos legítimos de luta, parte de uma compreensão integrada da realidade social, em que o âmbito reprodutivo oferece as condições de possibilidade para que a instância produtiva se mantenha ativa na provisão do mais-valor, ressaltando a importância e urgência de unificação de todas as lutas.

A TRS revela que a dicotomia entre produção e reprodução social, sendo a primeira ligada à esfera pública, econômica, ao local de trabalho, e a segunda ligada à esfera privada, social, identificada com o lar, é uma forma histórica de aparência específica do capitalismo, na qual o capital se põe enquanto processo. Para a TRS, o trabalho realizado nas duas esferas deve ser teorizado de maneira integrada: a relação **contraditória-porém-necessária** entre ambas revela que o trabalho não-remunerado realizado pelas mulheres é o pressuposto da produção capitalista e, portanto, está na base desse sistema (RUAS, 2020, p. 407).

Diante do cenário atual, marcado pela ameaça e destruição da vida em suas múltiplas formas, é urgente pensar o mundo e intervir politicamente *nele* e *sobre* ele a partir de uma perspectiva de totalidade social. Partindo dessa premissa, estudiosos e estudiosas da TRS estão em busca de qualificar analiticamente tal perspectiva, enfrentando seus limites e expandindo suas possibilidades, para reconstruir “pontes transnacionais de solidariedade que possibilitem à classe trabalhadora uma compreensão universal da condição humana e que ofereçam alternativas concretas de emancipação” (RUAS, 2020, p. 405).

Dessa forma, o horizonte intelectual e político da TRS mobiliza a teoria e o método marxianos na reafirmação da primazia do trabalho como coração do modo de produção capitalista e na expansão desse argumento de Marx ao enfatizar a quantidade de tempo e de recursos exigidos pelo trabalho de produção e reprodução de *pessoas*, portadoras da força produtiva. Realizado, nas sociedades capitalistas, majoritariamente por mulheres, o trabalho reprodutivo carrega a marca da desvalorização e da naturalização, permanecendo na sombra e operando a manutenção da subordinação feminina.

Além disso, a TRS amplia a noção de sujeito revolucionário para além dos indivíduos inseridos na dinâmica produtiva da sociedade, abarcando todos/as que dependem, direta ou indiretamente, da venda da força de trabalho para viver e qualifica o entendimento de que o capitalismo é conformado estruturalmente por relações de opressão múltiplas. Nesse sentido, diluir na classe ou permitir que se sobressaiam a ela as especificidades de raça, gênero e sexualidade, entre outras, é operar fragmentações na análise do real.

Como modos de mediação (MARX, 2011 [1857-1858], p. 177), as relações sociais de gênero ou raça ajudam a produzir a constante desvalorização e desumanização de certos grupos sociais e assim garantem a reprodução de formas entrelaçadas de exploração e expropriação/desposseção; organizam as relações de trabalho e propriedade; enquadram as formas concretas de competição e acumulação capitalista; e estabelecem um código cultural para a sociedade como um todo que compreende formas de consciência e de institucionalização (BANNERJI, 2005, p. 153). O capitalismo é, então, racializado e generificado, na mesma medida em que gênero e raça não são mais do que formas através das quais a classe é vivida (DAVIS, 1997). **O mesmo pode ser dito de todas as múltiplas relações de poder social.**

Estas relações, historicamente constituídas, formam um todo social complexo, no qual “cada um dos momentos individuais são essencialmente a totalidade do todo” (MCNALLY, 2017, p. 107). A raça não pode ser desarticulada da classe, do gênero ou da sexualidade, porque constituem, essencialmente, o mesmo fenômeno (RUAS, 2020, p. 410, grifos nossos).

Em solo brasileiro, a TRS tem seu marco na elaboração da dissertação de mestrado de Rhaysa Ruas da Fonseca, intitulada “Unidade, diversidade, totalidade: a Teoria da Reprodução Social e seus contrastes” e defendida em 2019 na UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro e, posteriormente, na tese de doutorado da pesquisadora Rayane Noronha Oliveira intitulada “Serviço Social, Classe, Gênero e Raça: tendências teórico-metodológicas e as possíveis contribuições da Teoria Unitária”, defendida em 2021 na Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Desde então, um grupo de pesquisa, cadastrado no Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq (DGP/CNPq)²¹, reúne-se mensalmente para pensar e construir, coletivamente, a teoria e a prática da perspectiva em questão. As mulheres representam a maioria no grupo de pesquisa mencionado, vêm de trajetórias acadêmicas, mas também de militância política em diversas frentes, estão espalhadas pelo Brasil e buscam articular a Teoria da Reprodução Social com inúmeros debates urgentes que estão em desenvolvimento por meio de dissertações de mestrado, teses de doutorado e outras propostas dentro e fora da academia.

No final do ano de 2022, um grupo de mulheres²², originado do grupo amplo de estudos, lançou a edição em português da obra de Lise Vogel citada anteriormente. Na apresentação do livro, escrita pelas tradutoras, aponta-se que a TRS, no Brasil, tem como tarefa inaugurar uma agenda teórico-política voltada à articulação de seus avanços desde a periferia do capitalismo, mais especificamente em diálogo com a economia brasileira nos marcos de um capitalismo dependente, marcado pela superexploração da força de trabalho²³, e

²¹ Página do Grupo de Pesquisa no portal CNPq: <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/753437>. Acesso em novembro de 2022.

²² “Somos trabalhadoras de diferentes áreas, pesquisadoras, militantes, algumas negras, algumas mães, todas responsáveis pelo cuidado de seus familiares e que não puderam parar as suas vidas para se dedicar exclusivamente a este trabalho.” As tradutoras mencionam, ainda, que o trabalho de tradução se deu durante a contaminação por Covid-19 pela variante ômicron, o que exponenciou o trabalho reprodutivo. “Curiosamente, o que vivemos expressa, em grande parte, o conteúdo do que Lise Vogel quer nos ensinar (...)” (ROCHA, et. al, 2022, p. 13-14).

²³ Em relação à aproximação da TRS com a Teoria Marxista da Dependência (TMD), destacamos a dissertação de mestrado de Clara Gomide Saraiva, intitulada “A relação entre trabalho doméstico, valor e capitalismo dependente: uma crítica à luz da teoria da reprodução social”, à disposição a seguir:

com suas problemáticas históricas relacionadas à questão étnico-racial e ao genocídio das populações negras e originárias.

Se, a partir da institucionalização dos debates de raça e gênero nas universidades, a TRS incorpora os avanços da experiência feminista soviética, dos feminismos negros, chicanos, lésbicos, anticoloniais e anti imperialistas das décadas de 1980, do feminismo negro interseccional das décadas de 1980/1990, dos debates produzidos pela Economia Política Feminista nas mesmas décadas, em especial a canadense²⁴, no Brasil, suas pesquisadoras apontam para a urgência de resgatar as experiências de resistência dos quilombos rurais e urbanos, do choro e do samba, na luta por liberdade e na inauguração de formas alternativas de (re)produzir a vida em resposta aos ditames coloniais, uma vez que

No Brasil, de um modo geral, a construção de uma reflexão sobre as relações racial-generificadas de exploração, opressão e dominação não foi resultado de um debate teórico publicado e lido amplamente nos meios nacionais ou em grupos de intelectuais e militantes. Ao contrário, é fruto de uma prática de resistência oral, corporal e comunitária cotidiana à experiência colonial, imperialista e à organização do capitalismo dependente. Essa práxis negra e originária, que em si identifica e explicita a unidade dessas relações, conforma a insubordinação e luta ancestral do nosso povo e se revela profundamente protagonizada por mulheres²⁵ (ROCHA, et. al, 2022, p. 18)

Coloca-se para a TRS, portanto, o desafio de compreender as contradições e a diversidade das resistências que movimentaram a história brasileira, sobretudo de suas figuras femininas anônimas, seja na luta das mulheres africanas e indígenas, seja nas formas de resistência sindical e partidária trazidas pela onda de imigração europeia de trabalhadores/as. Dessa forma, busca-se incluir, em um esforço analítico integrativo, as dificuldades de unificação da classe trabalhadora brasileira, desde a época colonial, postas pelas políticas racistas de Estado, dando origem a movimentos negros de cunho conservador e de

<https://www.bdttd.uerj.br:8443/bitstream/1/18292/2/Disserta%C3%A7%C3%A3o-%20Clara%20Gomide%20Saraiva%20-%202021%20-%20Completa.pdf>. Acesso em junho de 2023.

²⁴ As informações aqui mencionadas foram coletadas da apresentação de Rhaysa Ruas em sua aula sobre Teoria da Reprodução Social, em maio de 2023, na Atividade Programada sobre o tema, organizada pelo programa de pós-graduação em Serviço Social da PUC-SP.

²⁵ “Localizar, portanto, a tradição teórica feminista-socialista no Brasil não pode se reduzir a posicionar cronologicamente textos de reflexão sobre o capitalismo e a opressão às mulheres. É preciso considerar análises como a de Werneck (2020), por exemplo, que situa o processo de resistência intergeracional das mulheres negras destacando sua relação com tradições de matriz africana, indígena e afro-indígena. Na metáfora ialodês, a agência das mulheres negras em resistência contínua na historicidade brasileira é explicável e se torna compreensível a partir da sua cosmogonia, da oralidade e das práticas corporais que informaram e informam essa atuação política” (ROCHA, et. al, 2022, p. 19).

organizações trabalhistas racistas – e sexistas. Nesse sentido, importantes autoras nacionais chamam à análise de suas reflexões a partir das lentes da TRS: Clóvis Moura, Beatriz Nascimento, Lélia González e Heleieth Saffioti, estas duas últimas consideradas pioneiras em suas análises unitárias sobre raça, gênero e classe na conformação social brasileira.

2. CONTRIBUTOS DA TEORIA DA REPRODUÇÃO SOCIAL (TRS) À ANÁLISE DO TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS

2.1 OS CAMINHOS E DESCAMINHOS DA PROFISSÃO EM SUA APROXIMAÇÃO COM O PENSAMENTO DE KARL MARX

Na gênese da profissão no Brasil, datada das primeiras décadas do século XX, o horizonte de princípios que norteava as intervenções das assistentes sociais carregava concepções teológicas de ser humano e de mundo. Formadas por encíclicas papais²⁶, as primeiras profissionais pertenciam às elites católicas e foram chamadas à atuação na lógica do apostolado cristão, na medida em que, nessa quadra histórica, a Igreja passava a investir na emergência da profissão como estratégia de recuperação de sua influência política sobre a sociedade e o Estado, já que formalmente a laicização do âmbito público brasileiro havia sido posta pela Proclamação da República, em 1889 (IAMAMOTO e CARVALHO, 2014).

Nesse sentido, a abordagem profissional respaldada nesses referenciais tratava as expressões da questão social²⁷ como problemas individuais de ordem religiosa e de comportamentos *morais desviantes*, exigindo, das intervenções, o trabalho de integração de seus/suas “clientes” à ordem social vigente.

²⁶ As encíclicas “Rerum Novarum”, de 1891, e “Quadragesimo Anno”, lançada em 1931 em comemoração aos 40 anos da primeira, são consideradas marcos da Doutrina Social da Igreja e fundamentam os primeiros objetivos da profissão no seu início. Há um esforço de recuperação do domínio da Igreja através da disseminação de um pensamento humanista conservador avesso ao liberalismo e ao marxismo, ideários que disputavam o pensamento da época. Se a primeira encíclica inaugura o movimento da Igreja nessa disputa, a segunda trata diretamente das expressões da questão social, clamando por “renovação moral da sociedade e adesão à Ação Social da Igreja” (YAZBEK, 2009, p. 4)

²⁷ Por “questão social”, retomamos uma nota de rodapé presente na página 203 do livro de Yamamoto (2008). A explicação sobre a expressão é de Gisálio Cerqueira Filho e está na obra A “questão social” no Brasil: “por ‘questão social’, no sentido universal do termo, queremos significar o conjunto de problemas políticos, sociais e econômicos que o surgimento da classe operária impôs no curso da constituição da sociedade capitalista. Assim a ‘questão social’ está fundamentalmente vinculada ao conflito entre capital e trabalho”. Porém, o próprio movimento, no interior da profissão, na direção de apreender as opressões como constitutivas e constituintes da dinâmica capitalista tem provocado questionamentos importantes às noções até então hegemônicas sobre a questão social, matéria prima do trabalho de assistentes sociais e base de justificação social da profissão. Destacamos, nesse sentido, a tese de doutorado de Assis (2022), na qual a autora menciona que, ao centrar a análise da questão social na dinâmica do trabalho e das classes sociais brasileiras, a bibliografia sobre o tema terminou por marginalizar as relações raciais fundantes da formação sócio-histórica de nosso país que seguem reatualizadas historicamente. A autora reivindica a presença negra não só nas análises que tratam do trabalho escravizado, mas principalmente nas reflexões acerca do trabalho livre, central à reprodução ampliada do capitalismo e, conseqüentemente, à compreensão politicamente mais efetiva da questão social.

O processo de institucionalização do Serviço Social avança diante da necessidade de maior qualificação técnica dos quadros profissionais sob o governo de Getúlio Vargas. É a necessidade imposta pelas configurações até então inéditas do desenvolvimento do capitalismo no Brasil que aproxima o Serviço Social brasileiro, e seu horizonte humanista cristão, do liberalismo e do ideário estrutural-funcionalista, de fundo positivista, para atender às novas demandas surgidas da implementação de políticas no campo social (YAZBEK, 2009).

É a perspectiva positivista que restringe a visão de teoria ao âmbito do verificável, da experimentação e da fragmentação. Não aponta para mudanças, senão dentro da ordem estabelecida, **voltando-se antes para ajustes e conservação**. Particularmente em sua orientação funcionalista, esta perspectiva é absorvida pelo Serviço Social, configurando para a profissão propostas de trabalho ajustadoras e um **perfil manipulatório, voltado para o aperfeiçoamento dos instrumentos e técnicas para a intervenção, com as metodologias de ação, com a ‘busca de padrões de eficiência, sofisticação de modelos de análise, diagnóstico e planejamento; enfim, uma tecnificação da ação profissional que é acompanhada de uma crescente burocratização das atividades institucionais’** (YAZBEK, 1984, p. 71 *apud* YAZBEK, 2009, p. 6, grifos nossos).

Segundo Netto (2007, p. 9), é na conclusão do “ciclo desastroso” da ditadura militar brasileira (1964-1985), e na efervescência política que marcou essa conjuntura²⁸, que são fortalecidos os esforços de uma vanguarda progressista da categoria profissional na direção de ruptura com o conservadorismo presente na profissão desde sua gênese.

Embora este paradigma já fosse objeto de questionamento desde os anos de 1960, em face da reorganização do Estado a favor da expansão monopolista do capital, com rebatimentos na ampliação de um mercado de trabalho para a profissão e o consequente espraiamento das unidades de ensino públicas e privadas, inclusive a nível de pós-graduação *stricto sensu*, é somente na crise da ditadura militar que o Serviço Social brasileiro encontra condições político-sociais favoráveis ao contato com a produção crítica acumulada pela

²⁸ “Este enfraquecimento gradual do domínio militar sobre as instituições brasileiras não veio separado do ressurgimento dos movimentos sociais urbanos, da organização dos trabalhadores rurais, da entrada, na cena política, de organizações em defesa das chamadas “minorias”, além do papel combativo assumido por setores intelectuais da esquerda e por segmentos progressistas da Igreja Católica. Esse cenário tratou de promover a condição política ideal para a contestação do conservadorismo por uma parcela de assistentes sociais que já começava a se reconhecer como parte da classe trabalhadora ao mesmo tempo em que também reconhecia, na vida da população atendida, os rebatimentos desastrosos da política econômica do período ditatorial. Assim, estavam lançadas as primeiras sementes para a construção de um novo projeto de profissão” (BLANCO, DI BENEDETTO e FARIAS, 2020, p. 24).

reconceituação latinoamericana²⁹. Assim, até a quadra histórica referida, os questionamentos da profissão em relação às suas bases conservadoras têm efeitos apenas de reatualização de sua natureza³⁰.

Os esforços questionadores do conservadorismo são mapeados e aprofundados por Netto (2015), que identificou, na afluência e confluência com o Movimento de Reconceituação processado no continente latinoamericano, três momentos no heterogêneo processo de renovação do Serviço Social brasileiro: a vertente modernizadora, a reatualização do conservadorismo e a intenção de ruptura, cujo marco cronológico está no início dos anos de 1970 e inaugura o encontro da profissão com as ideias de Karl Marx.

Em linhas gerais, a primeira perspectiva apenas reatualiza o arcabouço tradicionalista da profissão ao incorporar o funcionalismo norte-americano de matriz positivista e estruturalista, movimento que ideologicamente correspondia às estratégias econômicas da autocracia burguesa do período militar (NETTO, 2015).

A perspectiva de reatualização do conservadorismo afastou-se da tradição positivista, mas também não logrou sucesso em romper com as bases conservadoras da profissão ao vincular-se à fenomenologia, valorizando as relações travadas na esfera interpessoal dos sujeitos como caminho de transformação das consciências e, conseqüentemente, da organização social (YAZBEK, 2009).

O encontro da profissão com a teoria social do pensador alemão, no início do processo de intenção de ruptura, foi incipiente pela relação ideologizada, economicista e simplificadora travada com suas ideias, levando Iamamoto (2008) a afirmar que, àquela altura, a profissão aproximava-se do arcabouço marxista sem Marx.

Efetivamente, a apropriação da vertente marxista no Serviço Social (brasileiro e latino-americano) não se dá sem incontáveis problemas, (...) que se caracterizam, **quer pelas abordagens reducionistas dos marxismos**

²⁹ Movimento que não é, segundo Iamamoto (2008), nem unitário e nem homogêneo. A diversidade de contextos político-econômicos e sociais e as múltiplas referências teóricas adotadas por seus/suas agentes latinoamericanos desdobraram-se na construção de diferentes propostas contestadoras do conservadorismo profissional, com conteúdos igualmente diversos. Também faz-se importante ressaltar que o referido Movimento é gestado num contexto histórico de forças sociais críticas e de conseqüente elaboração de teorias latinoamericanas avessas a pretensões de neutralidade e, logo, ao projeto desenvolvimentista, culminando em um processo de revisão crítica do conjunto das ciências sociais inclusive, como menciona a autora referenciada.

³⁰ “As preocupações [da categoria] voltam-se para o aperfeiçoamento do instrumental técnico-operativo, expresso pela sofisticação dos modelos de diagnóstico e planejamento, na busca de uma eficiência que se pretendia asséptica, nos marcos de uma crescente burocratização das atividades” (IAMAMOTO, 2008, p. 215).

de manual, quer pela influência do cientificismo e do formalismo metodológico (estruturalista) presente no "marxismo" althusseriano (referência a Louis Althusser, filósofo francês cuja leitura da obra de Marx vai influenciar a proposta marxista do Serviço Social nos anos 60/70 e particularmente o Método de B.H). Um marxismo equivocado que recusou a via institucional e as determinações sócio históricas da profissão (YAZBEK, 2009, p. 9, grifos nossos).

Nos primeiros anos da década de 1970³¹, o movimento de intenção de ruptura teve como palco a Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais³² e como protagonista um grupo que vinha buscando interlocuções não só com as ciências sociais e humanas, mas também com experiências de trabalho em comunidades pelo viés da cultura e da educação populares, inspirado pelo Movimento de Educação de Base³³, em consonância com as ideias do educador Paulo Freire, mesmo em um momento da história brasileira em que a ditadura civil-militar tratava de realizar, segundo Batistoni (2021), o saneamento e a refuncionalização das universidades na direção dos interesses do grande capital.

O grupo alimentava relações, também, com o segmento católico de viés progressista, através da Juventude Universitária Católica (JUC), a qual posteriormente viria a se transformar na Ação Popular³⁴, além da vinculação com os movimentos estudantil e também sindical e populares do quadrilátero ferrífero, aproveitando a postura menos rígida da universidade, durante os anos de repressão, para combater o conservadorismo profissional em múltiplas frentes: no plano teórico-metodológico, no âmbito das intervenções através da

³¹ Ao final desta década, precisamente em 1979, ocorreu o evento marcante do processo de renovação crítica da profissão: o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, realizado em São Paulo, em que, segundo Iamamoto (2008), as entidades da categoria, por meio de assembleia, reestruturaram a Comissão de Honra: ao invés da composição por representantes políticos do Estado, ela passou a ser regida por trabalhadores, líderes sindicais e de movimentos populares. Essa mudança marcou a aliança do exercício profissional com os interesses da classe trabalhadora.

³² Percebe-se que a inserção acadêmica do Serviço Social, fruto da forma política ditatorial a serviço do grande capital, o qual exigia a refundação do ensino superior sob novas bases ideológicas e teórico-metodológicas, fez florescer, contraditoriamente, as condições objetivas para a renovação dos quadros discentes e docentes. Estes/estas últimos/as adentram as universidades “trazendo em suas histórias de vida a experiência da participação política e da crítica social” (IAMAMOTO, 2008, p. 217). É nesse sentido que, para Netto (2015), há uma relação umbilical entre o âmbito universitário e o processo de intenção de ruptura.

³³ Em síntese, o Movimento de Educação de Base (MEB), fundado pela Igreja Católica na década de 1960, tinha como objetivo a promoção social e a ação evangelizadora através de escolas radiofônicas. Sua atuação visava, principalmente, a alfabetização de jovens e adultos e tinha como principal influência o educador Paulo Freire. Mais detalhes em Meneses (2017).

³⁴ Batistoni (2021) revela, em sua pesquisa documental, que a Escola mineira recebeu influências do jesuíta Henrique C. de Lima Vaz, filósofo e teólogo que realizou uma leitura cristã das ideias de Marx, através das quais elaborou um “socialismo cristão”.

elaboração de extensões universitárias e estágios, e na formação dos novos quadros profissionais³⁵.

Em decorrência do AI-5³⁶ e do conseqüente acirramento da violência do Estado militar, a experiência mineira permaneceu restrita, no plano nacional, a este círculo acadêmico, embora tenha produzido ecos no debate profissional latino-americano por sua afinidade política e trocas com os principais nomes da Reconceituação no continente³⁷. É neste espaço-tempo que nasce o Método de BH, com influência e revisão crítica, inclusive, do Método Básico Chileno (BATISTONI, 2021).

Há forte influência das ideias de Paulo Freire no referido documento, é o caso, por exemplo, da definição do objeto da atuação profissional como a “ação social da classe oprimida”³⁸, em que a expressão *classe oprimida*, ainda que pressuponha a exploração de classe das relações capitalistas, o faz de forma indireta, segundo Netto (2015), dificultando a capacidade dos/as profissionais de apreender a realidade classista. Posteriormente, comenta o mesmo autor, a categoria profissional, diante dos desdobramentos da prática e em sua autocrítica do Método de BH, assume a fragilidade da expressão na tarefa de dar conta da complexa realidade brasileira e da heterogeneidade da classe³⁹.

³⁵ A renovação da proposta curricular incluía a preocupação com a unidade teórico-prática associada à pesquisa e à docência. Nesse sentido, foram criadas de forma inédita as Unidades de Ensino e Aprendizagem (UAs). Tais unidades, por sua vez, eram organizadas em Projetos Semestrais de Aprendizagem (PSAs) voltados à investigação, pesquisa e ação *da e na realidade*. E acrescenta Batistoni (2021, p. 83): “as ‘equipes de prática’ eram articuladas em torno de problemáticas básicas de investigação e exercício profissional; apoiavam-se em uma orientação interdisciplinar – com docentes assistentes sociais das áreas afins, participação de monitoria com discentes concluintes e de supervisores de campo –, resultando em possibilidade de avanços na relação entre formação teórica e exercício profissional (...)”.

³⁶ O Ato Institucional de número 5, decretado em 1968 sob o governo militar de Arthur da Costa e Silva, entrou para a história como o mais duro das dezenas de atos publicados pelos governos militares durante a ditadura brasileira. É com ele que se inaugura os anos mais brutais de censura e repressão, materializados no fortalecimento do poder executivo em detrimento dos poderes legislativo e judiciário e no controle das produções culturais e artísticas, incorrendo em perseguições, exílios e assassinatos, em especial a partir da criação do Destacamento de Operações e Informações (DOI) e o Centro de Operações de Defesa Interna (CODI), por onde se institucionalizou a tortura.

³⁷ Destaque para a criação do Centro Latinoamericano de Trabajo Social (CELATS) e para a Associação Latino-Americana de Escolas de Serviço Social (ALAESS), atualmente ALAIETS - Associação Latinoamericana de Ensino e Pesquisa em Serviço Social.

³⁸ Lembrar do mais conhecido e importante trabalho do autor, elaborado durante seu exílio no Chile, em 1968, dado o contexto ditatorial brasileiro: *Pedagogia do Oprimido*.

³⁹ Chamamos atenção para o fato de que a profissão também se viu, e ainda se vê, às voltas com o debate sobre a composição da classe trabalhadora, ainda que nossa percepção tenha sido qualificada nas últimas décadas, principalmente, pela incorporação das transformações no mundo do trabalho e

É em relação ao objeto da atuação que são postulados os objetivos profissionais, também atravessados pelo pensamento freireano centrado na interpretação da realidade, na escolha de temas geradores e em sua conseqüente problematização: objetivo-meta – *a transformação da sociedade e do homem* – e objetivo-meios – *a conscientização, a capacitação e a organização*. Nota-se que a metodologia desenvolvida no Método são transposições do desenvolvimento pedagógico proposto por Paulo Freire. Há, igualmente, o momento de aproximação da realidade e o de sua reinterpretação (enriquecimento analítico) pela via teórica (BATISTONI, 2021; NETTO 2015, grifos nossos).

Além da pretensão política exacerbada dos objetivos-meta, os quais devem ser colocados no horizonte como possibilidade histórica e não como tarefa de um grupo específico, também observa-se a falta de concepção teórico-política a embasar a *transformação* que se deseja alcançar por meio dos objetivos-meios explicitados. Tal dificuldade é atribuída à hegemonia de uma preocupação epistemológica, de natureza formal, que subordinava a análise teórica a uma série de momentos/etapas *empíricos/as e abstratos/as* a serem seguidos/as na direção de alcançar uma prática profissional científica, transformada, ela mesma, no próprio método científico. Em suma, a tônica do referido Método é de que a prática – a vivência empírica – já produziria o conhecimento necessário da realidade a ser transformada (NETTO, 2015, grifos nossos).

Os problemas encontrados no Método têm como origem o encontro simplista da profissão com o pensamento marxista, o qual, no pós-64 circulava na ilegalidade pelos circuitos acadêmicos e se deu pela via da militância político-partidária, instrumentalizado para a luta no campo político e para o rompimento com a postura de suposta neutralidade do tradicionalismo profissional. No âmbito acadêmico, as ideias de Marx que conseguiram alcançar às mãos dos/as interessados/as, também esbarraram em dificuldades: a leitura estruturalista realizada por Louis Althusser e por sua intérprete chilena Marta Harnecker (QUIROGA, 1991; IAMAMOTO, 2008; NETTO, 2015).

Se o positivismo tem como marca a desvalorização da análise teórica sob a justificativa de que tal caminho seria demasiadamente metafísico, ausente de objetividade (sinônimo de cientificidade), a influência dessa corrente sobre o marxismo também o contamina com o traço empirista e com a centralidade da preocupação metodológica – o

das questões étnico-raciais, de gênero e sexualidades, territórios, etc. A TRS, nesse sentido, amplia a concepção de sujeito revolucionário, como foi mencionado, e contribui com esse debate no interior da profissão.

domínio do *como* fazer em detrimento sobre o *que* fazer, como resgata Netto (2015), e como pudemos observar na menção ao Método de BH.

A influência positivista no marxismo é um fenômeno que transcende o Movimento de Reconceituação latinoamericano, inclusive em sua processualidade brasileira: Quiroga (1991), Iamamoto (2008) e Netto (2015) ressaltam que os desvios teóricos realizados na obra marxiana são inaugurados na II Internacional, entre o final do século XIX e início do século XX, posteriormente ao falecimento de Marx, contando apenas com a presença de Engels, cuja atuação solo também incorreu em interpretações reducionistas, principalmente de seus esforços de combater explicações metafísicas da sociedade. A ocasião é marcada pelo espraiamento das ideias marxianas, no interior do movimento operário, mas por meio de interpretações manualescas e simplificadoras – resultados dos “olhos que o leram”, comenta mais especificamente Quiroga (1991, p. 15).

Ainda, essa autora explicita as duas deformações operadas no marxismo em suas premissas originais e que, conseqüentemente, produziram rebatimentos na profissão, em especial na disciplina de Metodologia no Serviço Social, fruto da primeira revisão curricular de natureza crítica, operada em 1982⁴⁰: “o marxismo reduzido à explicação das leis do desenvolvimento da sociedade, **com base na supervalorização do econômico**, e sua visão como mera teoria de conhecimento, **desvinculando-se a relação ciência/transformação da sociedade**” (QUIROGA, 1991, p. 28, grifos nossos).

A mesma autora ressalta que, em seu início, a disciplina mencionada, em substituição às metodologias tradicionalistas de Serviço Social de Caso, Grupo e Comunidade, fundados nas etapas de estudo, diagnóstico e tratamento, não apresentava diretrizes plenamente estabelecidas, gerando um currículo de natureza conciliatória, sincrética. Em suas entrevistas com docentes da época, Quiroga (1991) identificou que o conhecimento da teoria social de Marx e a discussão sobre os rebatimentos de sua incorporação metodológica pela profissão, dimensões que deveriam ser igualmente abordadas durante a disciplina, apresentavam-se de forma desigual nos cursos: ou tratando o pensamento marxiano como conteúdo secundário ou

⁴⁰ O currículo mínimo da formação profissional data de 1982 e é tributário do processo de renovação da profissão. Contudo, no início da década seguinte, em Convenção Geral da então ABESS - Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social, atualmente ABEPSS - Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, diante do acúmulo crítico da categoria até então, entendeu-se que a formação dos quadros profissionais exigia nova reformulação curricular crítica, dando início a uma série de iniciativas coletivas para a sua concretização. Nasceram, assim, as Diretrizes Curriculares de 1996, vigentes desde então e que contam com três núcleos centrais, articulados entre si: 1. Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social; 2. Núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira; 3. Núcleo de fundamentos do trabalho profissional. Para mais detalhes: <https://www.abepss.org.br/diretrizes-curriculares-da-abepss-10>. Acesso em julho de 2023.

minimizando os desdobramentos críticos de sua adoção pelo Serviço Social, enfatizando o estudo fragmentado das categorias desenvolvidas pelo autor alemão.

Analisando o processo seletivo ocorrido na estruturação dos vários conteúdos da prática dessa disciplina, poder-se-iam identificar diferentes tipos da parcialização da perspectiva de Marx, que a simplificam e deformam, **ferindo um aspecto fundamental que marca toda a concepção do filósofo que é a ideia de totalidade. A preocupação de Marx, nessa linha, passa, entre outras preocupações, pelo cuidado de evitar o conhecimento isolado, fragmentado, não aceitando a ‘autonomia’ total das partes com relação ao todo** (QUIROGA, 1991, p. 107, grifos nossos).

Incorporar o pensamento de Marx deve pressupor a consideração igualitária dos três *pés* que conformam o *tripé* sobre o qual está assentado o edifício arquitetônico⁴¹ do autor: i) o método materialista histórico-dialético, sem o qual apreende-se a realidade vazia de seu movimento intrínseco, de sua processualidade geradora de contradições e, conseqüentemente, de potencialidades que ensejam negações e superações. Sem o método referido, entende-se a realidade de forma positivista⁴², ou seja, regida por leis naturais e imutáveis que subjugam a possibilidade dos sujeitos coletivos de operar mudanças estruturais; ii) a teoria do valor-trabalho, sem a qual o capitalismo não aparece como uma forma de reproduzir a existência baseado na exploração da natureza e da maioria da humanidade por uma minoria; iii) a perspectiva revolucionária, sintetizada pela tese 11ª Tese de Marx⁴³, em que o autor postula que os filósofos só têm interpretado o mundo quando a questão, na verdade, é transformá-lo. Ainda, sem a perspectiva revolucionária, isto é, sem rejeitar a neutralidade e a partir daí assumir o ponto de vista do proletariado, Marx não teria visto aquilo que os economistas ingleses clássicos não puderam/não quiserem encarar: a descoberta de que o sistema econômico traz em si as condições objetivas de sua superação.

No esforço de superar a postura voluntarista que marcou a profissão desde sua gênese,

⁴¹ Expressão utilizada por José Paulo Netto em uma *live* sobre a dialética. Pode-se encontrar o vídeo no link a seguir: <https://www.youtube.com/watch?v=ywZQnMnGejk>. Acesso em junho de 2023.

⁴² Importante mencionar que a palavra *positivismo* guarda relação com o esforço de seus ideólogos de *positivar* a manutenção da ordem social posta, a sociedade industrial, burguesa e científica, contra sistemas teóricos que buscassem criticá-la, revolucioná-la (QUIROGA, 1991).

⁴³ Segundo Netto (2012, p. 161), as 11 teses de Marx foram escritas em Bruxelas, provavelmente em 1845, mas permaneceram inéditas até 1888, quando da publicação de Engels com algumas modificações como apêndice do seu livro *Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã*. Ainda segundo o mesmo autor, elas condensam “algumas das ideias mais geniais de Marx”. A 11ª tese mencionada no parágrafo acima consta da seguinte forma na tradução do original: “Os filósofos apenas interpretaram o mundo diferentemente, importa é transformá-lo” (MARX e ENGELS, 2007, p. 27-29 *apud* NETTO, 2012, p. 166).

Quiroga (1991) aponta que a disciplina de Metodologia terminava por sobrevalorizar determinações econômicas⁴⁴, pensadas fora do movimento da história, em detrimento das forças sociais que carregam o potencial transformador, em especial quando a teoria do valor-trabalho era analisada isoladamente. Este engano também colaborava para tornar a teoria marxiana apenas mais uma teoria do conhecimento – ou do campo sociológico e econômico.

Observa-se particular influência de Althusser nesse sentido, na medida em que, ao fazer um corte epistemológico na obra de Marx, separando-a entre escritos de juventude e de maturidade, os primeiros considerados filosóficos e os segundos científicos por expor o entendimento do autor à respeito da superestrutura econômica da sociedade capitalista, Althusser contribuiu para um enfoque cientificista da obra marxiana, despojada da dialética e da perspectiva revolucionária. Em outras palavras, o autor francês fundou justamente uma ruptura entre ciência e transformação social e acabou reforçando o entendimento de que questões pertinentes à metodologia sobressaem, em termos de importância, a reflexão ontológica marxiana⁴⁵ (QUIROGA, 1991).

Quiroga (1991, p. 118) observou em seus estudos que, para os/as docentes daquele momento, diante das distorções supracitadas, a *transformação da sociedade* não aparecia em seu vínculo dialético com o conhecimento científico de natureza crítica, mas “como uma definição mágica, oca, moral e não como um problema histórico”. Formaram-se, nesse sentido, outros problemas apontados pela autora: “ênfase na dimensão do pensar, uma posição de crítica ao empirismo, uma explicação de categorias isoladas apontando na direção do método, uma preocupação isolada com a postura do investigador que assume essa perspectiva,

⁴⁴ Bhattacharya (2018, on-line) traz uma reflexão bastante irreverente em defesa de um Marx que, por suas próprias reflexões, não pode ser considerado um economicista: “As alegações de que o marxismo é reduutivo ou economicista só fazem sentido quando se lê a economia como forças de mercado neutras que determinam o destino dos seres humanos por acaso; ou no sentido de um burocrata sindical cuja compreensão do trabalhador é restrita ao assalariado”, o que está longe de ser a proposta marxiana, já que o mérito de Marx foi, justamente, desvelar que, por trás da aparência provida pela igualdade jurídica, reside uma relação social forjada pela exploração e cuja engrenagem central é o trabalho humano. Logo, afirma a autora, “Marx enfatiza aqui o oposto do ‘economismo’ ou ‘livre comércio vulgar’ como ele chama”.

⁴⁵ Pensar o caráter ontológico das contribuições de Marx é reconhecer o trabalho como atividade fundante do ser social, isto é, como práxis que funda novas possibilidades de estar no mundo e de agir sobre ele. Ao transformar a natureza, os seres humanos se transformam em um processo contínuo de sínteses entre realidade e consciência. Apartar a obra de Marx da afirmação do trabalho como práxis primária é negar o entendimento de que o ser é social, é criação histórica, assim como a realidade que o cerca. Ambos, portanto, ser e realidade, são alijados do seu potencial transformador.

com os códigos de linguagem, entre outras questões”.

Além disso, o voluntarismo, traço que se buscava justamente combater, é um risco que ressurge quando a supervalorização aparece presente na subjetividade política, desconsiderando que, embora os sujeitos façam a história, a fazem sob circunstâncias objetivas, determinadas, que impõem condicionantes e entraves ao seu reconhecimento e ação enquanto classe social – observa-se aqui, novamente, o equívoco que incorreu o Método de BH em sua ênfase no trabalho de *conscientização dos sujeitos* para a *transformação da sociedade* (QUIROGA, 1991).

Em suma, o esforço da vanguarda profissional, na conjuntura da intenção de ruptura com o tradicionalismo, terminou por travar uma relação de continuidade com este ideário no plano intelectual/científico, ainda que o arcabouço político da profissão estivesse subvertido. Dessa forma, apenas o posicionamento político revelou-se insuficiente para explicar os processos sociais e desvelar alternativas de ação contra-hegemônicas.

Essa trajetória faz com que, na crise da ditadura, o Serviço Social, viva um descompasso: se por um lado dispõe das condições materiais prático-profissionais e de suporte acadêmico para dar o salto necessário no sentido de responder ao avanço das lutas pelos direitos sociais e pela ampliação da cidadania – lutas estas postas pela emergência dos movimentos sociais e sindicais no embate com o patronato e o Estado; por outro lado, carecia de massa crítica acumulada para embasar uma auto-renovação naqueles rumos (IAMAMOTO, 2008, p. 217, grifos do original).

Em relação à já citada obra de Lise Vogel, *Marxismo e a opressão às mulheres: rumo a uma teoria unitária*, também encontramos, segundo Fonseca (2019), uma incorporação das ideias marxianas através de Althusser, em especial do método. Ainda que não utilize os termos “base” e “superestrutura”, a autora estadunidense recupera a lógica althusseriana quando afirma seu compromisso em apreender a base econômica material da opressão feminina sob o capitalismo (as leis gerais e as tendências desta opressão), partindo de níveis elevados de abstração tal como Marx na crítica da economia política, e o seu distanciamento de traços empíricos particulares, por isso a reafirmação do caráter teórico de seu trabalho.

Nota-se que, para a autora, haveria a base material da subordinação feminina, sobre o qual estaria debruçado o trabalho epistemológico de alto nível de abstração, e as dimensões sociais e culturais desta opressão, localizadas em outro nível analítico para o qual, diferentemente, seria exigido um trabalho de natureza empírica, sociológica. Assim, embora considere a luta de classes como determinante em análises sobre a ordem social vigente, a

autora argumenta que a teoria seria um exercício do qual se pode inferir tendências sobre as relações sociais e avaliá-las, mas não explicações e estratégias políticas, pois estas últimas seriam extraídas da análise empírica de conjunturas particulares, isto é, de investigações históricas sobre formas sociais específicas. É por essa tratativa metodológica que Lise Vogel não inicia suas reflexões a partir da família, da divisão sexual do trabalho ou da realização do trabalho doméstico gratuito, dimensões mais aparentes da subordinação das mulheres e caminhos analíticos iniciais escolhidos pela tradição socialista anterior, pontos de partida que, para a mesma autora, embaralham os níveis de abstração e sustentam poucas conexões com a base material (FONSECA, 2019).

Ao postular como degrau inicial de sua teorização a categoria força de trabalho e os processos sociais garantidores de sua existência, tarefa que exige maior abstração inicial, Fonseca (2019) chama atenção para o caráter econômico deste percurso de Vogel na medida em que as reflexões, inicialmente, aparecem elaboradas no interior de uma sociedade de classes idealizada, apagada de suas particularidades sociais, políticas, históricas e ideológicas, questões que aparecem em etapas posteriores do trabalho analítico da autora estadunidense.

Apenas em seguida, isto é, após chegar a certas conclusões sobre os aspectos centrais da força de trabalho e da reprodução da força de trabalho nas sociedades de classes, ela passa à análise econômica específica destas categorias no modo de produção capitalista, novamente abstraindo aspectos políticos e ideológicos. Apenas após esta etapa, a autora passa a considerar a questão política da igualdade nas sociedades capitalistas e os desdobramentos ideológicos da posição diferencial das mulheres na produção e reprodução da força de trabalho (FONSECA, 2019, p. 63).

Pode-se observar um paralelo entre os limites metodológicos de Lise Vogel e a sobrevalorização das determinações econômicas identificada por Quiroga (1991) na disciplina de Metodologia durante o processo de intenção de ruptura do Serviço Social, o que culminou, como vimos, na dissolução do potencial transformador e na redução do método marxiano a uma ferramenta epistemológica. Em ambas as elaborações, as quais, diga-se de passagem, localizam-se em momento posterior à II Internacional, as dimensões lógica e histórica do método materialista histórico-dialético aparecem apartadas,

(...) verificando-se uma ‘suspensão’ da dialética do conhecimento, desconectada da história. (...) Assim, as categorias deixam de ‘expressar formas de ser, determinações da existência’, **desligando-se do movimento da sociedade que deveriam expressar**, passando a ser criações aleatórias do pensamento (IAMAMOTO, 2008, p. 212, grifos nossos).

É com a produção da obra *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: um esboço de uma interpretação histórico-metodológica*, lançado em 1982 por Marilda Villela Iamamoto e Raul de Carvalho, que a profissão alcança, segundo Netto (2015), a maioria intelectual do processo de intenção de ruptura. A obra é considerada a primeira incorporação qualificada da fonte marxiana na profissão, a obra pioneira no combate efetivo aos traços empiristas e formalistas indiretamente presentes até então.

É o seu conteúdo que primeiro revela uma compreensão do Serviço Social como um “tipo de especialização do trabalho coletivo dentro da divisão social do trabalho peculiar à sociedade industrial”. Portanto, é dos autores o mérito de pensar e sistematizar a profissão para além dos discursos e no movimento da história, atrelada às relações travadas entre os diferentes representantes das classes sociais antagônicas e o próprio Estado (IAMAMOTO e CARVALHO, 2014, p. 77).

Pela primeira vez, a categoria entrava em contato com uma análise da profissão a partir da categoria marxiana de **mediação**⁴⁶, o que significa dizer que o Serviço Social passava a ser apreendido, analiticamente, no campo das intermediações entre as classes sociais – seu surgimento e profissionalização começaram a ser considerados em vinculação histórica com as políticas sociais do Estado e os movimentos sociais, na transição do capitalismo concorrencial ao monopolista (NETTO, 2015, grifos nossos).

Ao ganhar em *historicidade*, a profissão encontrava o meio teórico-metodológico efetivo para combater tanto a postura fatalista, em que as determinações capitalistas naturalizam a submissão da profissão ao poder dominante, quanto a atitude messiânica/voluntarista, para a qual as mesmas determinações parecem passíveis de superação através da consciência crítica dos/as profissionais.

Interessa-nos demarcar que o trabalho dos autores inaugura um novo momento na aproximação da profissão com o método marxiano, quando a “base *explicativa da historicidade da sociedade burguesa* e suas determinações na sua idade madura” foram

⁴⁶ “Ou seja, parte da posição de que a natureza relacional do ser social não é percebida em sua imediatividade. ‘Isso porque, a estrutura de nossa sociedade, ao mesmo tempo em que põe o ser social como ser de relações, no mesmo instante e pelo mesmo processo, oculta a natureza dessas relações ao observador’ (NETTO, 1995). **Ou seja, as relações sociais são sempre mediatizadas por situações, instituições etc., que ao mesmo tempo revelam/ocultam as relações sociais imediatas.** Por isso, nesta matriz o ponto de partida é aceitar fatos, dados como indicadores, como sinais, mas não como fundamentos últimos do horizonte analítico. **Trata-se, portanto, de um conhecimento que não é manipulador e que apreende dialeticamente a realidade em seu movimento contraditório.** Movimento no qual e através do qual se engendram, como totalidade, as relações sociais que configuram a sociedade capitalista” (YAZBEK, 2009, p. 10, grifos nossos).

direcionados à compreensão de **fenômenos particulares – como o Serviço Social – enquanto totalidades constituídas por múltiplas determinações** (NETTO, 2015, p. 235, grifos nossos).

Dessa forma, as décadas de 1980 e 1990 assistem ao adensamento do referencial marxiano no horizonte ideopolítico e na prática profissional por meio de um debate que acolhia a **pluralidade de ideias**, mas sem perder de vista a direção política hegemônica, cuja ausência pode desaguar no ecletismo – posicionamentos que conciliam o irreconciliável, segundo Yazbek (2009, grifos nossos).

Nesta tradição o Serviço Social vai apropriar-se a partir dos anos 80 do pensamento de Antonio Gramsci e particularmente de suas abordagens acerca do Estado, da sociedade civil, do mundo dos valores, da ideologia, da hegemonia, da subjetividade e da cultura das classes subalternas. Vai chegar a Agnes Heller e à sua problematização do cotidiano, à Georg Lukács e à sua ontologia do ser social fundada no trabalho, à E.P. Thompson e à sua concepção acerca das "experiências humanas", à Eric Hobsbawm, um dos mais importantes historiadores marxistas da contemporaneidade, e a tantos outros cujos pensamentos começam a permear nossas produções teóricas, nossas reflexões e posicionamentos ideopolíticos (YAZBEK, 2009, p. 11).

Apesar dos avanços, a questão teórico-metodológica vem mantendo-se como preocupação central da categoria profissional pelo fato de que, embora a profissão tenha conquistado a hegemonia do pensamento crítico marxiano sobre a formação de seus quadros profissionais, a produção de conhecimento e as ações de suas entidades representativas, a consolidação de um determinado projeto profissional em detrimento de outros, no interior de uma profissão, é uma luta *em constante processo* que se materializa entre tensões e disputas, como afirma Netto (2007), não sendo despropositada a utilização do termo “processo” na expressão *processo de intenção de ruptura* com o conservadorismo. Em síntese, na atualidade, coexiste com a hegemonia das ideias marxianas, a embasar as práticas profissionais, o referencial conservador em suas diferentes versões, como o influxo pós-moderno⁴⁷ e o próprio sincretismo de pensamentos divergentes entre si quando analisados em profundidade.

⁴⁷ Segundo Yazbek (2009), o avanço do pensamento pós-moderno nas Ciências Sociais, nas últimas décadas, é resultado das transformações na acumulação de capital e alcança a profissão no campo do horizonte ideopolítico. Suas principais características são a recusa da Razão Moderna e a descontextualização e ausência de referenciais históricos na apreensão das identidades dos sujeitos. Nesse sentido, os indivíduos não aparecem como constituídos e constituintes dos processos sociais. Para mais detalhes, aprofundar a leitura da autora citada.

Recentemente, Oliveira (2021, p. 157, grifos nossos), em sua tese de doutorado sobre o Serviço Social e a produção de conhecimento da profissão sobre relações sociais generificadas e racializadas do capitalismo, deteve-se na identificação do método de análise de determinadas produções e identificou que o método materialista histórico-dialético aparece vinculado à tarefa de desvendar determinado fenômeno, sem que esteja presente a finalidade transformadora intrínseca ao método⁴⁸. Além disso, muitos artigos elaborados a partir do referido método apresentam uma noção fragmentada da realidade analisada, "com seus inúmeros '**recortes**' de raça/etnia, gênero, idade, nacionalidade, etc. Isso talvez revele a **ausência da noção de totalidade** enquanto ferramenta heurística teórico-metodológica". A autora encontrou, também, artigos em que a designação do método analítico aparecia como sinônimo de procedimentos metodológicos.

Seus achados jogam luzes sobre os desafios teórico-metodológicos que ainda estão postos à profissão na contemporaneidade, tensionando a hegemonia do marxismo na constituição do projeto profissional em vigência e impactando a apreensão dos/as profissionais sobre a complexidade e diversidade da realidade capitalista, com desdobramentos no trabalho profissional.

Para os objetivos desta seção, cabe ressaltar que a autora agrupou em quatro grupos as tendências teórico-metodológicas encontradas: o primeiro nomeado de tendência *crítica de cariz marxista*, em que se abrigam a maioria dos artigos encontrados, seguido das tendências *formal-descritiva*, *crítica-eclética-pós-moderna* e *indefinidos*.

Em relação à tendência de maior predominância, a autora afirma a presença do esforço conciliatório de fontes teóricas epistemologicamente diversas com o marxismo, ecletismo que resulta na impossibilidade de constatar o já citado *tripé* da obra marxista no conteúdo dos trabalhos. Em suma, o desafio parece residir em firmar o método materialista histórico-dialético "como arsenal heurístico para a análise da opressão das mulheres no capitalismo", ainda que, no que se refere aos estudos sobre gênero, os últimos anos tenham

⁴⁸ Através de estudo qualitativo, a autora buscou captar "tendências e as contradições metodológicas presentes na produção de conhecimento do Serviço Social em relação à classe, à raça, ao gênero e à sexualidade, a partir da delimitação do periódico *Temporalis*, que possui publicação semestral, tendo sido analisado o período entre os anos de 2010 e 2021. Foram analisados *vinte números* (do n.20 ao n.40) da Revista, que trazem 297 (duzentos e noventa e sete) trabalhos publicados contendo, ao todo, *cinquenta artigos* que dialogavam com o objeto desta pesquisa". Nesse sentido, a própria autora ressalta que sua pesquisa "não representa nem qualitativamente, tampouco quantitativamente, a totalidade das expressões das tendências teórico-metodológicas sobre gênero, raça, classe e sexualidade do Serviço Social" (OLIVEIRA, 2021, p. 154 e 185).

revelado a fecunda aproximação da categoria aos debates feministas (OLIVEIRA, 2021, p. 178).

Como mencionado no primeiro capítulo desta dissertação, Lise Vogel objetivou ultrapassar a perspectiva dos sistemas duplos na explicação da subordinação feminina no capitalismo, ainda que seus esforços apresentem limites. Segundo Oliveira (2021), contudo, a maioria dos artigos que se propõem a tratar do gênero, a partir da *crítica de cariz crítico marxista*, apresenta como tônica justamente o entendimento desta opressão como “sistema” autônomo, independente, embora articulado ao todo (o qual, inevitavelmente, termina por aparecer fragmentado).

Como dito anteriormente, reconhecemos o avanço estabelecido nas últimas décadas no trato analítico em torno das questões de gênero no interior do Serviço Social, **mas será que continuar apreendendo as relações generificadas e racializadas como independentes não resultaria numa real incompreensão dos fenômenos sociais da totalidade capitalista?** (OLIVEIRA, 2021, p. 179).

No que se refere às pesquisas centradas na questão étnico-racial, pertencentes à mesma tendência identificada pela autora, nota-se a presença maior da vinculação teórico-metodológica da luta antirracista à luta anticapitalista, embora na atualidade, segundo Oliveira (2021), predominem os influxos culturalistas nas reflexões sobre essa temática. Porém, menciona a autora, apesar do esforço de conexão entre racismo e capitalismo, o gênero permanece de fora das análises. É preciso mencionar, ainda, a escassez de produções relacionadas aos povos originários.

Para Oliveira (2021), é na tendência *formal-descritiva* que o método marxista se apresenta como sinônimo da metodologia de pesquisa adotada. Estão implícitas, nos conteúdos, abordagens reformistas sobre a opressão das mulheres ao apontarem, como saídas políticas, o empoderamento e o aprimoramento das políticas públicas de combate à violência de gênero. Esse arranjo teórico-metodológico, ao trabalhar com a noção de estruturas, facilita o entendimento equivocado da subordinação feminina como problemas de ordem cultural/simbólica, apartados da (re)produção econômica da vida no capitalismo – a *base material* da opressão das mulheres, segundo a TRS.

Essa tendência apresenta-se como uma descoberta de importante reflexão na produção de conhecimento do Serviço Social, pois, embora não possua hegemonia, é bem expressiva (20%). **Esses traços fenomenológicos e da sociologia compreensiva que foram adensados no Serviço Social ao longo da década de 1970, em que o Seminário de Teorização de Sumaré (1978)**

é a expressão mais cardial, ainda hoje é uma maneira analítica conservadora presente na profissão. Nessa tendência, prevalece o real como descrito e não como explicado ou analisado em sua **essência**. Faz-se necessário adensarmos a crítica ao conservadorismo que, embora não se apresente enquanto teoria, constitui diversas perspectivas teóricas e seus respectivos métodos, que são inconciliáveis com o marxismo (OLIVEIRA, 2021, p. 184, grifos nossos).

A tendência *crítica-eclética-pós-moderna*, apesar da baixa incidência de artigos, tem-se constituído como uma preocupação da categoria profissional nos últimos tempos, como aponta Oliveira (2021, p. 185). Para a mesma autora, os artigos agrupados sob essa perspectiva apresentam não só “o ‘descuido metodológico’, mas também o debate desatento e, por vezes, indiscriminado com diversas perspectivas teórico-metodológicas que são divergentes não apenas no método, mas também no conteúdo político”.

Há, nestes artigos, a valorização dos discursos e das representações em prejuízo das relações sociais classistas concretas, por vezes desconsideradas – a própria realidade passa a ser produto desses mesmos discursos e representações e não instância material que existe de forma independente à consciência que se propõe a conhecê-la. Novamente, a violência contra as mulheres, e demais grupos historicamente oprimidos, segundo a perspectiva metodológica analisada, aparece apartada do modo de produção capitalista (OLIVEIRA, 2021).

Em relação à tendência *indefinida*, não foi possível identificar com precisão o norte teórico-metodológico utilizado pela ausência de apresentação do mesmo, segundo Oliveira (2021), o que, ao nosso ver, igualmente se apresenta como um sintoma dos percalços teórico-metodológicos postos à profissão desde o processo de intenção de ruptura, quando do questionamento da abordagem tradicionalista e da exigência, a partir de 1982, da disciplina de Metodologia no currículo mínimo de formação.

Mesmo com as Diretrizes Curriculares, em vigência desde 1996, com o Código de Ética em defesa do direito à liberdade na realização de estudos e pesquisas e com a Lei regulamentadora da profissão no Brasil, a qual desde 1993 demarca a pesquisa como competência e atribuição privativa de assistentes sociais, segundo Oliveira (2021),

(...) há ainda uma lacuna na formação profissional que designe mais espaço para que os/as discentes se dediquem à realização de pesquisas sociais, **aprendendo a manusear o arcabouço metodológico operativo e o método analítico, constituintes da produção de conhecimento**. Por isso, a importância de que os Projetos Pedagógicos das UFAS [Unidades de Formação Acadêmica] mantenham as disciplinas de Pesquisa Social (I e II) como obrigatórias, além de incentivarem outras disciplinas de caráter optativo. Ademais, é imprescindível a garantia e ampliação do fomento à

pesquisa por meio do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) nas universidades (p. 157, grifos nossos).

Objetivamos, com esta seção de nosso trabalho de pesquisa, demarcar os percalços da profissão em sua aproximação com o marxismo – dificuldades que se fazem presentes na contemporaneidade e que se desdobram na intervenção profissional, dada a relação intrínseca entre teoria e prática.

Consideramos este balanço importante na medida em que, embora a década de 1990 tenha assistido ao amadurecimento do projeto de profissão de natureza crítica⁴⁹, comprometendo assistentes sociais com o combate às opressões – haja vista, entre os demais, o princípio VIII do Código de Ética de 1993: “opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero” (CFESS, 2012 [1993], p. 129) – , contraditoriamente, demorou a se consolidar, no campo crítico da profissão, “uma **fundamentação teórica** que possibilitasse uma melhor apreensão das relações sociais generificadas e racializadas do capitalismo, em diálogo mais contundente com o acúmulo teórico-metodológico desenvolvido pelos estudos feministas e raciais⁵⁰, **associados à teoria marxista**”, segundo Oliveira (2021, p. 160, grifos nossos).

Para a mesma autora, a resistência em considerar estes temas como centrais, para além do entendimento dos mesmos como “emergentes”, guarda relação com a incorporação, por parte da profissão, de uma concepção de marxismo atravessada pela visão positivista, na qual sobressai um reducionismo economicista na leitura de mundo – problema que, como apontamos, transcende o Serviço Social e alcança o campo da esquerda a nível internacional.

⁴⁹ O chamado Projeto Ético-Político do Serviço Social, fruto do processo de intenção de ruptura com o conservadorismo, ganha materialidade no atual Código de Ética da profissão, nas legislações, instrumentos e documentos legais da categoria, nos referenciais teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos adotados, nas Diretrizes Curriculares para a formação profissional, nos posicionamentos públicos dos conjuntos de profissionais agrupados/as em associações, sindicatos, organizações, etc. e de suas entidades, nas pesquisas e nos trabalhos de campo. É preciso, contudo, problematizar o sentido do adjetivo crítica utilizado, na medida em que, segundo Behring (2021, p. 457), “nem tudo o que é crítico está vinculado à tradição marxista”. Nesse sentido, o próprio movimento de crítica profissional, em relação aos fundamentos balizadores das intervenções, evidencia que por vezes foram entendidos como críticos caminhos de análise não inspirados no pensamento de Marx – ou inspirados em leituras deficitárias de sua obra, como buscamos apontar.

⁵⁰ Ainda que, nas décadas de 1980 e 1990, tenham se constituído, no Brasil, muitos grupos de estudos sobre essas questões a partir de programas de pós-graduação, em especial nas Ciências Sociais, segundo a autora supracitada.

Na seção seguinte, buscaremos traçar a aproximação da profissão com os debates relacionados às opressões, mais especificamente de gênero e étnico-racial, indicando as principais perspectivas analíticas que pautaram estes temas no interior da profissão.

Também pretendemos demonstrar de que forma a Teoria da Reprodução Social (TRS), em seu esforço de reavivar o pensamento marxiano, principalmente na atualidade, pode contribuir para qualificar e superar os limites que marcaram a aproximação da profissão com o referencial teórico-metodológico elaborado por Marx, na medida em que pesquisadores/as filiados/as a TRS vêm empregando esforços na confrontação dos limites presentes no marxismo adotado por Lise Vogel, limites que igualmente atravessaram a profissão (e continuam a fazê-lo), como buscamos demarcar.

Ao expor os contributos da TRS, recolhidos por nós até o presente momento de nossos estudos, para a melhor apreensão da teoria marxiana em uma perspectiva de totalidade e, assim, de maior eficácia política em sua dimensão transformadora, temos em vista o objetivo de fortalecer o projeto crítico de profissão atualmente em vigência.

2.2 SERVIÇO SOCIAL E O DEBATE SOBRE AS OPRESSÕES DE GÊNERO E ÉTNICO-RACIAIS

Tendo em vista que nosso objetivo geral recai na busca pelas contribuições da Teoria da Reprodução Social (TRS) à análise do trabalho de assistentes sociais, com esta seção, pretendemos adentrar as tendências analíticas que vêm se fazendo presentes, no Serviço Social, acerca das relações de classe, gênero e raça, com o intuito de pavimentar a busca pelos avanços propostos pela TRS no campo teórico-metodológico e ético-político, dimensões estruturantes do trabalho profissional.

Para tanto, primeiramente lançamos mão da pesquisa de Vitorio (2019), na qual a autora destaca as campanhas do conjunto CFESS-CRESS sobre o debate étnico-racial, além dos relatórios produzidos pelos Encontros Nacionais e de gestão⁵¹, e procura articular seus conteúdos à luz das discussões em voga no âmbito governamental e na luta política dos movimentos sociais ligados às demandas da população negra.

A autora aponta que data de 2001 a primeira menção à temática racial no Relatório do XXX Encontro Nacional do conjunto CFESS-CRESS⁵² ocorrido em Belo Horizonte. No

⁵¹ A autora analisa tais documentos produzidos a partir dos anos 2000.

⁵² Conselho Federal de Serviço Social e Conselho Regional de Serviço Social.

documento, havia o indicativo de que as comissões de Ética e Direitos Humanos dos CRESS incorporassem as questões de gênero, raça e etnia, em sintonia conjuntural com a construção do II Plano Nacional de Direitos Humanos sob o governo de Fernando Henrique Cardoso⁵³.

Oliveira (2021) também ressalta que, a partir dos anos 2000, surgem iniciativas de alteração da tendência classista nos debates críticos da profissão, e assim como Vitorio (2019), ressalta o ano de 2010 como crucial nesse sentido, quando a temática passa a figurar no centro do Encontro Nacional daquele ano e o CFESS decide publicar anualmente, no dia da Consciência Negra, o CFESS Manifesta⁵⁴. Também é de 2010 a criação do GTP “Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração, Sexualidades”⁵⁵.

⁵³ A inserção desta pauta na agenda governamental foi fruto de uma reivindicação iniciada no primeiro ano de governo da Era FHC, em que os movimentos negros e de mulheres negras, organizaram a Marcha Nacional Zumbi dos Palmares: “Contra o racismo, pela cidadania e a vida”, em 20 de novembro de 1995, demarcando o Tricentenário da Morte do líder quilombola. Na oportunidade, foi entregue uma carta de reivindicações, exigindo ações específicas do Estado junto a população negra. Como resposta foi criado um Grupo de Trabalho Interministerial (GTI), que teve pouco efeito prático, mas inaugurou uma nova etapa na relação entre o Estado e os movimentos sociais negros (...). (VITORIO, 2019, p. 65).

⁵⁴ “A escolha da data para a divulgação de um posicionamento do CFESS expressa o alinhamento às reivindicações dos movimentos negros e de mulheres negras, que desde a década de 1980 passaram a demarcar o 20 de novembro como expressão de resistência e luta da população negra, evidenciando suas lideranças, que construíram modos de vida alternativos no interior do período escravagista. Em contraposição ao 13 de maio, que quer impregnar no imaginário nacional a ideia da Abolição da Escravatura enquanto benesse e em consequência a população negra enquanto passiva neste processo. Em suma: o 13 de maio é um dos alicerces para a reprodução do mito da democracia racial” (VITORIO, 2019, p. 81).

⁵⁵ Para mais detalhes sobre este e os demais GTPs da ABEPSS: <https://www.abepss.org.br/gtps.html>. Acesso em agosto de 2023. Moreira (2019, p. 113, grifos nossos) enfatiza o papel fundamental de assistentes sociais negras que não desistiram de pautar esse debate no interior da categoria, apesar dos percalços históricos. Reproduzimos, a seguir, trecho da entrevista realizada com Maria Helena Elpidio Abreu, presidente da ABEPSS de 2017 a 2018, cuja gestão pontuou de forma prioritária a questão étnico-racial antes da campanha Assistentes Sociais Contra o Racismo, do conjunto CFESS-CRESS em exercício no período, segundo o mesmo autor: “as companheiras desse GTP, elas sempre tiveram uma atitude generosa com essa categoria [...] Porque elas não desistiram, e elas tinham tudo para desistir [...] **Esse negócio de você ficar lá de dois em dois anos, cadê a mesa dos pretos? De dois em dois anos, cadê o lugar do GTP? Quem está na coordenação?... Isso cansa. E elas não cansaram, pelo contrário, elas formaram quadros** e eu acho muito legal, porque esse reconhecimento ele também vem desse processo, também da articulação com o conjunto CFESS/CREES, essa coisa da gente discutir trabalho e formação, isso é muito bom. Porque aí uma entidade de certa forma pode contribuir com a sua particularidade com a outra [...] Eu acho que esse grupo ajudou a adensar essa compreensão – ainda que eu ache que é incipiente, que essa compreensão que a gente está tendo hoje não é generalizada [...] na categoria, mas ao mesmo tempo... “opa espera

Destacamos outras iniciativas do Conjunto nessa direção, como a série Assistente Social no Combate ao Preconceito, publicada em 2016, sobre o racismo e outros temas⁵⁶, a campanha de 2018 Assistentes Sociais no Combate ao Racismo⁵⁷, do conjunto CFESS-CRESS em sua gestão de 2017-2020, a elaboração dos Subsídios para o Debate sobre a Questão Étnico-Racial na Formação em Serviço Social⁵⁸, da gestão 2017-2018 da ABEPSS⁵⁹ e, em 2020, o I Simpósio Serviço Social e Relações Étnico-Raciais⁶⁰, uma iniciativa do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Políticas Sociais e a Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), o qual ficou conhecido, de acordo com Oliveira (2021, p. 166), “como a ‘virada negra’ do Serviço Social”.

Consideramos importante ressaltar, todavia, que a pesquisa de Vitorio (2019) recupera historicamente o protagonismo das mulheres negras no que diz respeito à inserção das demandas de mulheres e de mulheres negras já em 1984, no IV Seminário de Teorização do Serviço Social⁶¹, realizado no Alto da Boa Vista - Rio de Janeiro, no contexto da renovação profissional. Chama atenção da autora um trabalho apresentado por um grupo de mulheres sobre elementos que precisariam de maior atenção da categoria profissional naquele momento histórico, **entre eles o reconhecimento de que há, na profissão, forte presença de mulheres negras e a necessária vinculação analítica entre a profissão, em sua composição racializada, e os movimentos sociais de minorias políticas, particularmente de mulheres negras.**

aí, tem o movimento da realidade que está dizendo isso tudo para gente, quais são as chaves de respostas que a agente encontra coletivamente estratégias para fazer isso?”.

⁵⁶ O que é o preconceito?; O estigma do uso de drogas; Xenofobia; Transfobia. Mais informações em <https://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1943>. Acesso em agosto de 2023.

⁵⁷ O livro da campanha pode ser encontrado no link a seguir: <http://www.cfess.org.br/arquivos/2020Cfess-LivroCampanhaCombateRacismo.pdf>. Acesso em agosto de 2023.

⁵⁸ O referido documento pode ser consultado a seguir: https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/subsidio_debate_uestao_etnico_servico_social-201812041419427146430.pdf. Acesso em agosto de 2023.

⁵⁹ Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social.

⁶⁰ Para mais detalhes, consultar: <https://simposiorelraciais.openjournalsolutions.com.br/index.php/simposio>. Acesso em agosto de 2023.

⁶¹ A autora sinaliza a participação de Magali Silva Almeida Ribeiro neste evento. Magali é, atualmente, uma das principais referências do Serviço Social no debate étnico-racial.

A mesma autora recupera iniciativas pioneiras no debate étnico racial concretizadas por assistentes sociais do eixo Rio-São Paulo na mesma época. Os Estados mencionados contavam, à época, com os primeiros cursos de pós-graduação em Serviço Social – espaços cruciais ao processo de intenção de ruptura, como já tratamos – e também com iniciativas robustas dos movimentos negros como o Movimento Negro Unificado (MNU) e o Instituto de Pesquisas das Culturas Negras (IPCN). Assim, em 1987, o CRESS do Rio de Janeiro integrou a comissão organizadora da Marcha Contra a Farsa da Abolição ocorrida no ano seguinte e, no 6º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), assistentes negras de São Paulo e do Rio de Janeiro apresentaram (e inauguraram) trabalhos sobre a temática racial no evento, respectivamente “A questão racial enquanto elemento da prática transformadora”, por Maria José Pereira, Matilde Ribeiro⁶² e Suelma Inês Alves de Deus e “O Serviço Social e os bastidores do racismo”, por Magali da Silva Almeida e Fátima Cristina Rangel Sant’Ana. A autora enfatiza a interlocução política das profissionais mencionadas aos movimentos negros e de mulheres negras, o que reforça o argumento de seu trabalho sobre as assistentes sociais negras serem as principais referências no fomento do debate racial na agenda política e acadêmica da profissão (VITORIO, 2019, p. 51).

Ainda sobre a apreensão da profissão em relação ao debate étnico-racial, Moreira (2019) ressalta, em seu estudo, o caráter moroso e complexo deste processo e demarca que, ainda hoje, não está posto de forma hegemônica, para a categoria, o entendimento de que essa questão deve comparecer de forma estruturante, transversalizada, ao longo da formação dos novos quadros profissionais, defesa que parte da premissa teórico-metodológica de que o próprio racismo não é um elemento a ser isolado da análise sobre a formação social capitalista brasileira, pelo contrário.

Sobre esse ponto, Vitorio (2019) ressalta que, no início das campanhas do conjunto CFESS-CRESS, embora dando voz aos movimentos negros e de mulheres negras, as ações antirracistas ainda eram espaçadas e as análises circunscritas ao campo das políticas públicas, em especial das políticas de ações afirmativas. Não havia, para a mesma autora, a menção ao referencial teórico-metodológico marxista, o que, em sua opinião, contribuiu para afastar da discussão grupos hegemônicos da categoria.

Na campanha de 2003, a pauta antirracista aparece vinculada ao debate sobre os Direitos Humanos. Em 2010, na medida em que o próprio debate sobre Direitos Humanos já

⁶² Assistente Social, doutora em Serviço Social pela PUC-SP, primeira ministra chefe da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial no primeiro governo de Luiz Inácio Lula da Silva e grande responsável pela adoção de cotas raciais (e não apenas sociais) pelo governo federal. Atualmente, é professora adjunta da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira.

havia alcançado, na profissão, um caráter anticapitalista no combate à ideia abstrata de ser humano universal, irrompe uma análise dos determinantes da formação social brasileira em vinculação com o mito da democracia racial como seu **elemento ideológico intrínseco**, “coadunando com a abordagem marxista das relações raciais” (VITORIO, 2019, p. 138, grifos nossos).

Em 2015, acrescenta a mesma autora, o conjunto passa a fomentar a interlocução da profissão com o movimento de mulheres negras e, em 2016, aprofunda a maturidade teórica desta discussão ao demarcar a existência de nexos entre raça, classe e gênero. Apoiada no trabalho de Silvio Luiz de Almeida⁶³, a autora afirma que a concepção estrutural-institucional do racismo, através da qual entende-se que a manutenção da exploração da força de trabalho utiliza-se de recursos ideológicos “que dão materialidade e especificidade à divisão entre as classes fundamentais”, tem sido a tônica predominante do debate racial no interior da categoria (VITORIO, 2019, p. 145, grifos nossos).

Em síntese, o racismo tem aparecido “enquanto processo e estrutura” inerentes às condições econômicas da sociedade capitalista. Ainda, a autora afirma que tal apreensão foi possibilitada pelo aporte marxista incorporado pela profissão e que “só sob este solo, que se debruça e coloca em questão os meandros da sociedade capitalista é que o racismo pode ser visto e refletido em sua perspectiva estrutural-institucional”, indicando que “a categoria depara-se com o imperativo de construir parâmetros antirracistas vinculados a uma outra sociabilidade” (VITORIO, 2019, p. 141, 146, 151).

As conclusões de Vitorio (2019) convergem com os achados de Oliveira (2019) no que diz respeito à presença maior da vinculação teórico-metodológica da luta antirracista à luta anticapitalista – ainda que a segunda autora tenha observado a ausência do debate sobre gênero.

No que diz respeito à aproximação da profissão com o debate de gênero, Oliveira (2021, p. 158) ressalta que a maior parte dos artigos está localizado sob a tendência *crítica de cariz marxista*, o que indica um avanço da categoria na tratativa analítica desse tema, mas não sem desafios no campo teórico-metodológico a serem enfrentados, em especial no que diz respeito à conciliação de referenciais ecléticos e à “‘desracialização’ do gênero e da classe”, dada a ausência do debate racial em muitas produções.

⁶³ Atual ministro dos Direitos Humanos e da Cidadania do Brasil, presidente do Instituto Luiz Gama, advogado de formação, professor universitário e grande referência nacional no debate étnico-racial, autor do livro *Racismo Estrutural*, lançado em 2019 pela editora Jandaíra.

Entre as referências encontradas que não dialogam com a proposta marxiana/marxista, ou seja, que não fazem “uma crítica radical e ontológica ao capitalismo, embora mobilizem a noção de classes sociais, cada um à sua maneira”, estão as feministas materialistas francófonas (como Helena Hirata e Danièle Kergoat) e as feministas interseccionais (Kimberlé Crenshaw e Patricia Hill Collins). Também figura entre as referências mobilizadas por assistentes sociais a feminista-marxista brasileira Heleieth Saffioti (OLIVEIRA, 2021, p. 173).

Buscaremos expor, de forma breve, as problematizações desenvolvidas pelo Feminismo Materialista-Francófono, pelo Feminismo Interseccional e por Saffioti, perspectivas que vêm servindo de lente a muitas análises sobre a realidade – e, conseqüentemente, a intervenções profissionais – no Serviço Social.

Em seguida, na próxima seção, destacamos a apreensão contemporânea, oferecida pela TRS, das relações de classe, gênero e raça em uma perspectiva ontológica, com destaque à crítica antirracista de Himani Bannerji⁶⁴, autora que vem contribuindo para a construção de uma teoria unitária entre as relações de opressão e exploração.

Feminismo Interseccional

É de Kimberlé Crenshaw⁶⁵ o termo "interseccionalidade". A crítica feminista negra, proposta pela autora, surge da análise de como os tribunais estadunidenses determinavam que ações antidiscriminação, propostas por mulheres negras, levavam em consideração, de forma isolada, ou a discriminação racial ou a sexual, mas não ambas de forma combinada.

Em um dos casos, um grupo de cinco mulheres negras propôs uma ação trabalhista coletiva contra a multinacional General Motors, sob a alegação de que a empresa não só não contratava mulheres negras antes de 1964, como aquelas contratadas após 1970 haviam perdido os seus empregos, de forma discriminatória, durante uma recessão econômica (ibidem, p. 142). A ação proposta foi negada por falta de provas, **uma vez que apesar da empresa não contratar mulheres negras, contratava mulheres (brancas) e negros (homens). Além disso, a corte não reconheceu a possibilidade de discriminação contra mulheres negras, pois esta “não compunha uma classe especial de indivíduos”.** Tal decisão reconheceu que os limites da

⁶⁴ Por questões de tempo, foi preciso optar pela apresentação das críticas aos limites da TRS de apenas uma autora. Sugerimos, para mais detalhes, a leitura de Fonseca (2019).

⁶⁵ Advogada, professora universitária e defensora dos Direitos Humanos estadunidense. Um dos principais nomes da Teoria Crítica da Raça, campo de estudos que procura evidenciar a relação entre o racismo e o sistema jurídico dos Estados Unidos.

doutrina de discriminação sexual e racial eram definidos, respectivamente, pelas experiências das mulheres brancas e, no que tange à raça, dos homens negros. Sob esse ponto de vista, as mulheres negras eram protegidas apenas na medida em que suas experiências coincidiam com as de qualquer um dos dois grupos. **Suas experiências específicas, que combinavam ambas formas de discriminação, não eram consideradas** (FONSECA, 2019, p. 169).

Nesse sentido, essa perspectiva reforça o argumento de feministas negras anteriores, indicando justamente como premissa seus debates referenciados em diferentes perspectivas teórico-políticas, particularmente nos anos de 1960 e 1970⁶⁶, e reafirma o entendimento de que estruturas políticas focalizadas no gênero ou na raça terminavam por excluir identidades submetidas às demais opressões. Assim, Kimberlé oferece uma metáfora (ou "categoria de análise", "modelo provisório", não há definição exata do conceito) que auxiliaria a expressar os múltiplos cruzamentos que atingem, de forma variada, a vida dos sujeitos, em especial das mulheres negras (FONSECA, 2019, p. 170-171).

Apesar da imprecisão do conceito, Fonseca (2019, p. 172) ressalta que a ideia principal é conceber uma realidade forjada pelo entrecruzamento de múltiplas linhas de opressão, linhas distintas, pré-concebidas e dinâmicas em suas combinações. Patricia Hill Collins⁶⁷ busca historicizar a proposta interseccional ao elaborar o conceito de "matriz de dominação", voltado ao estabelecimento das formas através das quais as opressões em intersecção são organizadas, isto é, direcionado à apreensão das particularidades da "organização social geral dentro da qual as opressões que se cruzam se originam, se desenvolvem e são contidas" – um exemplo seria a consideração de que a segregação racial permanece nos Estados Unidos atualmente, mas não nos moldes do período da escravidão.

⁶⁶ Sobre a fundação radical sobre a qual se ergueu a interseccionalidade, Ferguson e McNally (2017, p. 48, grifos do original), dizem o seguinte: “O feminismo negro, em particular, levantou a pauta que deu origem ao modelo conhecido como ‘interseccionalidade’, que rapidamente se tornou um grande ponto de referência numa vasta gama de debates teóricos. Essa abordagem tinha raízes profundas na experiência de organizações feministas socialistas de mulheres afro-americanas, notadamente, a *Combahee River Collective* formada em Boston em 1974, na qual a acadêmica e ativista Barbara Smith tinha um papel central. Empreendendo campanhas de direitos reprodutivos, abolição prisional, estupro, direitos lésbicos, esterilização forçada entre outros, o *Combahee River Collective* e as iniciativas feministas negras similares tinham pouco tempo para a redução da política ao discurso. Corpos, particularmente os corpos racializados e generificados de mulheres negras da Emergindo do feminismo negro, a perspectiva interseccional, assim, manteve uma duradoura orientação materialista, por mais que estendesse e modificasse materialismos anteriores”.

⁶⁷ “Patricia Hill Collins é considerada, ao lado de Angela Davis e bell hooks, uma das mais influentes pesquisadoras do feminismo negro nos Estados Unidos”, segundo o blog da editora Boitempo. Mais detalhes sobre os trabalhos da autora podem ser acessados no link a seguir: <https://blogdaboitempo.com.br/2022/03/10/quem-e-patricia-hill-collins/>. Acesso em julho de 2023.

Para Fonseca (2019), o conceito elaborado inicialmente por Kimberlé, e posteriormente aprofundado por Hill Collins, ganha notoriedade em uma época avessa às grandes narrativas, no caso a década de 1990.

É a partir da Conferência Mundial Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância⁶⁸, realizada em Durban no ano de 2001, que a proposta difunde-se globalmente no campo acadêmico, incorrendo no uso descuidado da interseccionalidade como conceito descritivo da realidade e também como teoria em busca de explicá-la. Em ambos os caminhos, percebe-se a perda do potencial transformador⁶⁹ da proposta.

No entanto, as autoras buscam recuperar, diante dos descaminhos tomados pela interseccionalidade, a proposta política original: "as experiências cotidianas de opressão que ecoam entre as pessoas e suas necessidades materiais de reconhecimento, redistribuição e igualdade" e chamam atenção para os dois princípios organizacionais de sua proposta: **instrumento político** que nasce das práticas dos movimentos sociais e do cotidiano das experiências particulares; **metodologia crítica de análise da realidade**. Embora postulados separadamente, as autoras saem em defesa da unidade de ambos para maior efetividade política e reconhecem o uso da interseccionalidade, por parte de grupos liberais e conservadores, para justificar a manutenção da ordem posta, o que é um indicativo de que essa perspectiva permanece em disputa (FONSECA, 2019, p. 174).

As críticas feministas-marxistas, em relação à proposta interseccional, incluem desde sua defesa como proposta que aprofunda o entendimento sobre a realidade capitalista, quanto o esforço de sua superação devido à própria fluidez do conceito, o que abriria margem para a cooptação, e embranquecimento, por parte de políticos/as liberais e de representantes do feminismo de mesma natureza, da radicalidade de sua origem no movimento de mulheres negras.

⁶⁸ Vitorio (2019) menciona que as propostas trazidas por essa Conferência estão refletidas no texto do Encontro Nacional de 2002 do Conjunto CFESS-CRESS, ainda que a menção ao evento internacional não apareça.

⁶⁹ "Hill Collins e Bilge apontam que, neste processo, a interseccionalidade passou então a ser muitas vezes confundida com as políticas identitárias e culpada pela fragmentação e pelo enfraquecimento da luta de classes, na medida em que ao voltar-se para a cultura, afastava-se da estrutura. Confrontando essas visões, as autoras afirmam que estas críticas ignoram que, quando se trata de questões de identidade, a interseccionalidade enfatiza há muito tempo a centralidade de análises estruturais, como a elaboração de Hill Collins sobre a matriz de dominação" (HILL COLLINS; BILGE, 2016, p. 123-131 *apud* FONSECA, 2019, p. 173).

A premissa da perspectiva interseccional é de que as diversas formas de opressão estão interligadas. A questão, segundo Fonseca (2019, p. 175, grifos nossos), é que tal constatação pode ter mais de um sentido: "se mero **entrecruzamento de estruturas distintas** ou se **partes de uma mesma totalidade**".

Angela Davis é comumente inserida no campo do feminismo interseccional e coloca-se, diante de tal classificação, de forma ambígua: reconhece a importância teórica e prática do conceito, bem como a radicalidade presente em suas ideias basilares, mas sinaliza sua divergência no que diz respeito à concepção de totalidade social e emancipação política, a qual passa pelo seguinte entendimento, de acordo com Fonseca (2019):

Segundo o argumento de Davis, as mulheres racializadas "confrontam a opressão sexista de um modo que **reflete as interligações objetivas reais e complexas entre a exploração de classe, a opressão racista e a supremacia masculina**", havendo uma interrelação objetiva entre racismo e sexismo no sentido de que "**o contexto geral das duas formas de opressão é a luta de classes que se desenrola entre o capitalismo monopolista e a classe trabalhadora**" (DAVIS, 2017, p. 140). A interrelação existente entre as múltiplas formas de opressão e dominação constituem, assim, **partes de um mesmo contexto geral**, qual seja, **uma sociedade (totalidade) na qual a contradição fundamental está posta entre capital e trabalho**. Não há em Davis nada que nos faça compreender as múltiplas opressões como distintas, **autônomas umas às outras**, ou ainda, **o todo como a soma de partes distintas**. (...) Por fim, Davis não se propõe à análise individual sobre como determinadas formas de opressão atingem determinado grupo específico; sua preocupação é mais ampla: definir, através da análise dialética do processo histórico, como diferentes frações de classe se relacionam e formam sua consciência sob o capitalismo (p. 176, grifos nossos).

Outro ponto de crítica interessante relaciona-se ao próprio significado do termo. Interseccionar, isto é, cruzar, sugere a compreensão de que cada opressão pode ser entendida como um sistema independente, além de manter em aberto a consideração (ou não) de um sistema único. Ademais, ainda para Fonseca (2019), não há ênfase na inclusão da exploração capitalista, a qual, quando considerada, pode ser entendida como *sistema de poder* paralelo e autônomo aos demais. Posto dessa forma, o econômico ressurgiu apartado da dimensão política, armadilha do pensamento liberal e do atravessamento positivista sobre as ideias de Marx, como vimos. Um caminho de retomada da radicalidade da proposta interseccional é, como recupera Fonseca (2019), encará-la pelas lentes da crítica feminista-marxista.

Feminismo Materialista-Francófono

Data da década de 1970 a elaboração dos debates feministas materialistas francófonos sobre o trabalho doméstico, particularmente por Nicole-Claude Mathieu, Christine Delphy e Collete Guillaumin, as quais definiram o modo patriarcal de produção, característico de sociedades pré-capitalistas, como simultâneo ao modo de produção capitalista, premissa que permitiria a identificação de uma *classe das mulheres* (OLIVEIRA, 2021).

Há, entre as influências destas teóricas, ideias marxianas/marxistas – e vice-versa –, mas a perspectiva em questão guarda relação estreita com o estruturalismo do antropólogo Lévi-Strauss, bem como de outros nomes da antropologia estruturalista, em um esforço de qualificar as contribuições desse campo a partir do desenvolvimento da ideia de poder entre homens e mulheres, relações assimétricas que se desdobrariam sobre uma base material: a divisão sexual do trabalho. "Num momento em que o marxismo movimentado politicamente e teoricamente se fechava às questões de gênero e raça, esta foi uma descoberta muito valiosa para a organização das mulheres e da luta de classes, mas hoje é insuficiente" (OLIVEIRA, 2021, p. 139).

Lévi-Strauss estuda as relações de parentesco e as entende como dimensões ordenadoras da economia e da cultura. Para o autor referido, a essência dos sistemas de parentesco localiza-se na troca de mulheres entre homens pertencentes a diferentes agrupamentos para fins de alianças, movimento fundante das redes de parentesco que, conseqüentemente, a partir do tabu do incesto, originam agrupamentos sociais ampliados e diversificados.

Em outras palavras, a sociedade e a cultura começam onde os homens iniciam a troca de mulheres entre si; um homem recebendo uma mulher de outro homem. Esse é o contexto de sua explicação para o tabu do incesto, na medida em que é apenas através da proibição de relações sexuais entre consanguíneos que se pode introduzir a exogamia e, conseqüentemente, a troca de mulheres entre grupos diferentes. A própria divisão sexual do trabalho é um meio de criar um estado de dependência recíproca entre os sexos, a fim de garantir o tabu do incesto e a regulação da troca de mulheres. (ARRUZZA, 2019, p.92 *apud* OLIVEIRA, 2021, p. 140)

O patriarcalismo, compreendido enquanto sistema econômico que organiza o trabalho em uma lógica de exploração de mulheres por homens, seria o fundamento criador das *classes sociais* compostas, cada qual, por um grupo – dessa forma, *relações sociais de sexo* substituem o conceito de *gênero*, ainda que não sejam sinônimos, uma vez que, para as

materialistas francófonas, tal termo sofreria de imprecisão conceitual e neutralidade (OLIVEIRA, 2021).

Um ponto interessante refere-se à elaboração teórica, em língua francesa, de duas expressões para tratar de relações sociais de sexo: *rappports sociaux de sexe* e *relations sociales de sexe*. A primeira abrange as relações sociais estruturais da realidade analisada, fundamentadas no antagonismo das classes, e a segunda está restrita ao campo das relações interpessoais. Também destacamos a ideia de *sexagem*, desenvolvida por Colette Guillaumin. Assumindo a existência das *classes sexuais*, a autora entende a exploração feminina como consequência do fato de que o trabalho reprodutivo e a divisão sexual do trabalho impedem as mulheres de se pertencerem: a via do casamento como forma de roubo da autonomia das mulheres pela imposição do trabalho de cuidado do homem e da prole; a via do trabalho “livre” que, por sua vez, rouba das mesmas a possibilidade de igualdade salarial – “em sua análise, as mulheres vivem a junção da escravidão (ser humano enquanto propriedade) com a servidão (relativa autonomia, mas com servidão intensa), dando origem à *sexagem*”, corroborando a tese de Lévi-Strauss sobre a troca de mulheres pressupor as mesmas enquanto objetos (OLIVEIRA, 2021, p. 146-147,).

Ainda sobre o ponto anterior, a autora francesa localiza a *sexagem* nos discursos e afirma o impacto material destes nas relações sociais ao contribuírem para a associação das mulheres ao âmbito da natureza, em alusão às expressões *natureza das mulheres*, *natureza feminina*. Natureza que seria dominada, domesticada, pelos homens, os quais, por sua vez, apresentariam *natureza* oposta à natureza subalterna das mulheres – “a natureza está para as mulheres assim como **social** está para os **homens**. (...) O que confirmaria a tese de Lévi-Strauss, ao designar a troca de mulheres como um atributo central na criação da cultura protagonizada pelos homens, a partir do domínio das mulheres” (OLIVEIRA, 2021, p. 147, grifos nossos).

Arruzza (2015) pontuou críticas bastante relevantes à perspectiva feminista francófona a partir de sua posição enquanto teórica contemporânea do feminismo da reprodução social. A autora localiza a referida perspectiva nas “teorias dos sistemas duplos e triplos”⁷⁰, nas quais o

⁷⁰ Outra tese trabalhada criticamente pela autora trata do “capitalismo indiferente”: “Opressão de gênero e desigualdade são **reminiscentes de formações sociais e modos de produção prévios, quando o patriarcado diretamente organizava e determinava uma estrita divisão sexual do trabalho**. O capitalismo é em si indiferente às relações de gênero e pode superá-las de tal forma que o patriarcado como sistema seja dissolvido em países capitalistas avançados, na medida em que as relações familiares sejam reestruturadas de formas bastante radicais. Em suma, o capitalismo tem uma **relação essencialmente oportunista** com a desigualdade de gênero (...)” Um exemplo de teórica do sistema triplo seria Danièle Kergoat, bastante mobilizada em trabalhos do Serviço Social devido ao seu conceito de “consustancialidade” das relações patriarcais, raciais e de classe: “três sistemas de

gênero e as relações sexuais formam um sistema independente que, associado ao capitalismo, refunda as relações de classe na mesma medida em que é refundado por ele. Recentemente, a essa teoria têm sido acrescentadas as relações raciais, também constituintes de um sistema autônomo, ainda que em vinculação com as relações de classe e de gênero.

A primeira crítica pontuada pela autora refere-se ao entendimento *economicista* das relações de classe, por parte dos sistemas duplos e triplos, e que apenas no movimento de interação com o patriarcado e com o racismo tais relações ganhariam “um caráter extra-econômico”. Ainda, algumas perspectivas nessa linha apreendem as relações de gênero como problemas culturais remanescentes de formações sociais anteriores ao capitalismo que, combinadas a este, acrescentariam ao mesmo a dimensão de gênero (ARRUZZA, 2015, p. 37).

Para a mesma autora, um dos entraves presentes no debate sobre os sistemas duplos e triplos refere-se à dificuldade em definir **patriarcado**, já que as definições são inúmeras e, por vezes, contraditórias. A autora afirma que, diante da impossibilidade de analisar todas as proposições sobre o termo, concentra sua crítica no entendimento de patriarcado enquanto sistema de relações materiais e culturais envolvendo a dominação e a exploração das mulheres por homens – um "sistema com sua própria lógica, que é ao mesmo tempo maleável a mudanças históricas, em uma relação de continuidade com o capitalismo" (ARRUZZA, 2015, p. 39).

Definir o patriarcado enquanto sistema de exploração tem como premissa a existência de um grupo expropriado e de um grupo expropriador, continua a autora supracitada. O impasse, nesse caso, estaria em responder à pergunta: quem compõe cada uma dessas classes? E as respostas podem fluir desde todas as mulheres e homens até apenas algumas mulheres, as donas de casa, e alguns homens, nesse último caso os homens que formam unidades familiares com as donas de casa citadas. Na esfera pública, o Estado surgiria como possibilidade interpretativa de "expropriador". A autora chama atenção, contudo, para a consequência deste argumento em termos de solidariedade política: sob essa ótica, mulheres pobres e ricas partilhariam o mesmo lado da luta, devido à produção de valores de uso a que

relações baseados na exploração e dominação que se interseccionam e são da mesma substância (exploração e dominação), ao mesmo tempo em que são distintos, como as três pessoas da Santíssima Trindade” (ARRUZZA, 2015, p. 37 e 39, grifos nossos). Concordamos com Fonseca (2019) sobre o Feminismo Interseccional também possuir uma perspectiva dualista, na medida em que raça e gênero também constituem sistemas externos ao capitalismo.

estão submetidas, do que as primeiras com homens trabalhadores e, as segundas, com homens da burguesia.

Mas, se Delphy está errada, devemos negar que os homens ganham e tiram proveito do trabalho não remunerado das mulheres? **Não, porque isso seria um erro simétrico, infelizmente cometido por muitos marxistas que levaram esse raciocínio ao extremo oposto.** É claramente melhor e mais conveniente que alguém cozinhe um prato quente para você à noite do que ter que lidar com a louça depois de um dia longo de trabalho. É muito “natural”, então, que os homens tentem preservar esse privilégio. **Em suma, é inegável que existem relações de dominação e hierarquia social baseadas em gênero e que homens, incluindo os das classes mais baixas, busquem tirar vantagens delas** (ARRUZZA, 2015, p. 42).

O que não significa, porém, que a dominação masculina aí expressa necessite ser analisada nos termos de um sistema próprio de exploração para ser considerada, teórica e politicamente.

Arruzza (2015) questiona, nesse sentido, explicações que dêem conta de responder por que o sistema patriarcal continuaria se reproduzindo em um contexto histórico em que já não organiza diretamente as relações de produção, como permanece realidade em organizações sociais agrárias ainda não inteiramente reestruturadas pela produção capitalista. Qual seria, nas sociedades capitalistas contemporâneas, o motor da (re)produção do modo de produção patriarcal?⁷¹ No modo de produção capitalista, por exemplo, Marx tratou de desvendar que seu motor é o processo de valorização do valor – ainda que esta descoberta analítica central seja insuficiente para abarcar a totalidade das relações sociais que o compõem.

Por fim, Arruzza (2015, p. 45, grifos nossos) argumenta sobre a difusão e influência dos sistemas duplos e triplos como perspectivas de análise. Para a autora, elas parecem responder aos anseios analíticos na medida em que teorizam sobre as dimensões mais aparentes – e, por isso, *gritantes* – da realidade social. Refletem, portanto, a realidade em sua imediaticidade forjada, de forma cotidiana, pelas hierarquias sociais, percepção que fortalece

⁷¹ “Uma hipótese que já foi sugerida no passado é que o **patriarcado seria um sistema ideológico independente**, cujo motor reside no processo de **produção de significantes e interpretações do mundo**. Mas aqui somos levados a outros problemas: se a ideologia é a forma pela qual interpretamos nossas condições de existência e nossas relações com elas, **alguma conexão precisa existir entre ideologia e estas condições sociais de existência; uma conexão que de maneira alguma é mecanicista, automática, ou qualquer coisa do tipo**. Em todo caso, este ainda seria o problema de uma forma determinada de conexão, caso contrário arriscaríamos a cair em uma concepção fetichista e a-histórica da cultura e da ideologia. Ainda menos convincente é a ideia que **o sistema patriarcal seria um sistema ideológico que constantemente se reproduz**, apesar das incríveis mudanças introduzidas pelo capitalismo na vida social e nas relações de produção nos dois últimos séculos. Também a hipótese de que motor seria psicológico se arrisca a cair nesta concepção fetichista e a-histórica da psique humana” (ARRUZZA, 2015, p. 43-44).

sua validade, pois tais perspectivas não teorizam sobre uma falsa consciência da realidade. Contudo, afirma a autora, “não se trata de uma questão de ‘falsa consciência’, mas do modo de **experiência** determinado pelo próprio capital: **a fragmentação de nossa percepção da realidade**” por meio das relações de alienação e dominação produzidas e reproduzidas reiteradamente⁷².

Desse ponto de vista, o desafio deveria ser, segundo a autora, a apreensão das formas pelas quais a dinâmica de acumulação capitalista permanece reproduzindo e transformando as hierarquias de opressão sem incorrer no erro do economicismo – tarefa que vem sendo assumida pelas produções contemporâneas embasadas na Teoria da Reprodução Social (TRS).

Heleieth Saffioti

Em linhas gerais, a autora brasileira dedicou-se à análise das imbricações – formulando a concepção de *nó* ou *novelo* – entre classe, raça, etnia e gênero. Em interlocução com as feministas materialistas francófonas, na medida em que reconheceu que algumas das análises de suas expoentes tendem a separar as opressões, reafirmou a existência de uma estrutura unificadora entre elas e buscou historicizar a ideia de patriarcado. Mesmo aberta ao diálogo plural, manteve-se fiel ao método materialista histórico-dialético, inclusive em um momento histórico em que as obras marxistas traduzidas, no Brasil, eram escassas, assim como as reflexões sobre a condição diferenciada das mulheres (OLIVEIRA, 2021). Cronologicamente, estamos nos referindo ao período entre a década de 1960 e 1980, momento em que se iniciou o processo de intenção de ruptura da profissão, também desafiado pela escassez das obras marxianas em solo brasileiro, como mencionamos.

Por isso e muito mais, consideramos Saffioti como uma das principais autoras brasileiras que adensou a análise acerca da “simbiose” entre classe, raça e gênero, embora tenha os designado como “sistemas de exploração-dominação” (em alguns momentos) fundidos numa unidade contraditória, revelando uma conceituação embasada, explicitamente, na noção das materialistas francófonas. **Ao igualar as dimensões, contribuiu numa análise que pudesse generificar e racializar as classes sociais, afirmando que “não deveríamos buscar a primazia do sexo, da classe ou da raça, nem as isolar como estruturas separadas, já que elas se fundiram historicamente”** (SAFFIOTI, 1992, p. 206). Como dito anteriormente, defendemos que não devemos apreender o racismo e o patriarcado como “sistemas”, **mas entendemos que os estudos de Saffioti**

⁷² Continua a autora: “como Daniel Bensaïd (1995) observou, a crítica da economia política é, antes de tudo, a crítica do fetichismo econômico e da ideologia que nos força a pensar na sombra do capital” (ARRUZZA, 2015, p. 45).

elevaram a apreensão da realidade social, apesar de alguns limites conceituais, encontrados em algumas passagens – o que merece ser melhor analisado (OLIVEIRA, 2021, p. 170).

Oliveira (2021) recupera da autora mais detalhes acerca da formulação sobre o *nó* ou *novelo* e menciona o objetivo de demarcar a simbiose entre as relações de classe, gênero e raça ao mesmo tempo em que desejava preservar a possibilidade de analisar suas especificidades em separado, sem perder de vista a relação intrínseca estabelecida com as demais dimensões.

Também interessava à Saffioti destrinchar as origens do patriarcado, mas a autora não perdeu de vista o compromisso de historicizá-lo, daí seu posicionamento crítico em relação às produções das materialistas francófonas ao separar, por exemplo, os conceitos de *gênero* e de *relações sociais de sexo*, considerando que apenas no segundo haveria uma realidade movimentada por relações, enquanto que, no primeiro, o entendimento do conceito afirmaria, como premissa, uma ordem generificada a-histórica, imutável.

Oliveira (2021) demarca que, nos artigos analisados ao longo de sua pesquisa, as reflexões de Saffioti aparecem mobilizadas em conjunto com as ideias das materialistas francófonas, o que indica, na análise da pesquisadora, que há consideração pela totalidade capitalista em suas opressões de classe, gênero e raça, isto é, há esforço de desenvolver a teoria-método de Marx, mas não sem esbarrar nas opressões como sistemas autônomos. Além disso, estão ausentes mediações históricas que apreendam o racismo e o sexismo como constituintes *do* e constituídos *pelo* capitalismo.

(...) visualizamos no Serviço Social a tendência do uso quase que indiscriminado entre autores marxistas e não marxistas que possuem algum nível de criticidade. Isso revela uma forma eclética de mobilizar autores/as e os seus respectivos métodos, que podem, recorrentemente, se contraporem. José Paulo Netto (2009) já havia notado essa realidade e a categorizado como o **sincretismo** da prática profissional, que tem como contraface o **eclétismo teórico**, presente desde a origem do Serviço Social (OLIVEIRA, 2021, p. 170).

2.3 QUAL MARXISMO QUEREMOS? PISTAS OFERECIDAS PELA TRS

A profissão, em seu percurso de ruptura com o conservadorismo que se estende aos dias atuais, apesar dos avanços mencionados, ainda encontra barreiras na apreensão

teórico-metodológica crítica do marxismo, sobre as relações sociais capitalistas, a partir de um esforço unitário, caminho que apostamos como o mais efetivo para traçar as necessidades e os pontos de solidariedade no interior da classe trabalhadora em toda a sua diversidade de raça, gênero, sexualidade, território, etc., isto é, em toda a sua multiplicidade de formas de resistência.

Para Ruas (2020), a TRS ressurgiu, no final do século passado, como um esforço coletivo e convergente de superação das apreensões deterministas e reducionistas sobre a realidade social, isto é, guiada pelo objetivo de desenvolver a contribuição marxiana através da delimitação e do aprofundamento da conexão entre as relações sociais econômicas e as extraeconômicas. Dessa forma, segundo a autora, está no centro desse esforço a noção de totalidade social desenvolvida por Marx, sobre a qual o autor expõe a vinculação entre aparência (identidade) e essência (diferença), em que "identidade" refere-se à igualdade formal entre trabalhadores/as e capitalistas durante a troca de mercadorias e "diferença" à desigualdade material surgida com a expropriação, dos/as trabalhadores/as, de seus meios de (re)produzir a subsistência.

A captura da totalidade depende da articulação das diferenças de uma unidade que é complexa, que está sempre em movimento e é contraditória. Parte-se das determinações mais simples e gerais para recompor, no plano do pensamento, uma totalidade diversificada em múltiplas determinações e relações. Tem-se, portanto, que a totalidade não pode ser apreendida no real imediato, a partir do que oferece os sentidos, ela é concebida pelo pensamento como concreto pensado, isto é, pressupõe a ultrapassagem daquilo que, de forma fragmentada, é capturada no plano imediato da vida (RUAS, 2020).

Assim, a noção marxiana de totalidade social nos permite *afirmar a distinção de cada relação social específica que constitui o capitalismo* – como a produção e o consumo, o racismo e o sexismo – *sem suprimir a sua unidade e determinação, e nem as homogeneizar* (RUAS, 2020, p. 285, grifos do original).

A recuperação da noção marxiana de totalidade social tem como consequência o entendimento de que as *partes* da realidade social, como as relações de classe, de gênero, de raça, de sexualidade, etc., não podem ser consideradas autonomamente, do ponto de vista ontológico⁷³. Não é que o racismo (ou o sexismo) esteja isento de especificidades –

⁷³ Em contraposição às análises antropológicas presentes nas reflexões materialistas-francófonas, como menciona Moraes (2021).

especificidades que servem de entrada à análise teórica, inclusive – porém, estas só alcançam maior luminosidade quando em relação com as demais totalidades *parciais* do todo – “consequentemente, ninguém pode ser adequadamente compreendido como uma unidade autossuficiente fora de sua condição de membro de um todo vivo” (MCNALLY, 2017, p. 105-106, *apud* RUAS, 2020, p. 287).

É nesse sentido que a TRS se propõe a apreender as interrelações entre as partes e o todo – *o todo contém as partes e as partes contém o todo* – ao invés de operar intersecções e lógicas aditivas entre sistemas de opressão-exploração. Além disso, busca-se ressaltar que as totalidades são forjadas no dinamismo dos processos da vida real, isto é, são gestadas *pela e na* transformação contínua imposta pela reprodução ampliada do capitalismo.

Assim, para a TRS, ainda que se considere que as origens do patriarcado e da supremacia branca possam remontar a períodos históricos nos quais o capitalismo não estivesse ainda consolidado, **fato é que esse sistema, em sua gênese e universalização, reestrutura hierarquias sociais anteriores e se beneficia delas na mesma medida em que elas o constituem enquanto sistema, e, nesse movimento, adquirem novo significado.** Isto é, através de processos históricos complexos e às vezes contraditórios, formas sociais compatíveis com a reprodução privada da força de trabalho foram tanto preservadas quanto adaptadas (RUAS, 2020, p. 288, grifos nossos).

Bannerji (2022 [2020], p. 2084), de acordo com Fonseca (2019), elaborou uma das principais críticas à TRS ao anunciar a ausência, nesta Teoria, da consideração pela **mediação das formas de expressão e consciência como “momentos intrínsecos do ser social”**, o que explicaria, por exemplo, a teorização inexistente nessa perspectiva sobre raça e racismo até o fim da década de 1990. Para a autora crítica da TRS, a influência althusseriana levou a perspectiva da reprodução social desenvolvida por Vogel a considerar a economia como uma *estrutura* e não como uma relação social de produção determinada historicamente, isto é, como resultado de um dado modo de ação, de sujeitos **conscientes**, em seu intercâmbio com a natureza. Essa ideia de *estrutura* enfraqueceria o papel das forças **sociais** no processo econômico de (re)produção da subsistência, já que são consideradas, do ponto de vista analítico,

(...) como portadores [as] **inconscientes de papéis determinados pelas necessidades sistêmicas** das esferas em que operam – perspectiva que reproduz uma dicotomia e hierarquização entre uma base econômica e uma superestrutura política e ideológica, na qual a primeira se sobrepõe e determina a última (FONSECA, 2019, p. 92, grifos nossos).

Como vimos, o Serviço Social também sofreu da redução do marxismo a explicações sobre as leis do desenvolvimento econômico da sociedade, recaindo na valorização excessiva da economia, e o salto teórico reversor deste caminho passou, também, pela consideração das categorias de totalidade social e de mediação entre o desenvolvimento da sociedade capitalista e o surgimento e a institucionalização da profissão, como bem expressam Iamamoto e Carvalho (2014) ao afirmar que a reprodução ampliada do capitalismo, ao atingir a totalidade da vida cotidiana, alcança a profissão e permite que ela seja apreendida sob dois ângulos indissociáveis entre si:

(...) como **realidade vivida e representada na e pela consciência** de seus agentes profissionais expressa pelo discurso teórico-ideológico sobre o exercício profissional; a atuação profissional como **atividade socialmente determinada pelas circunstâncias sociais objetivas** que conferem uma direção social à prática profissional, o que condiciona e mesmo ultrapassa a vontade e/ou consciência de seus agentes individuais (p. 80, grifos nossos).

Ainda, Bannerji (2022 [2020]), ao partir das considerações do historiador marxista E. P. Thompson sobre a experiência, defende que, através dela, os sujeitos preenchem o mundo de sentido, logo se a **experiência vivida** no processo de formação da classe não é levada em consideração diante da sobrevalorização de superestruturas econômicas, a reflexão perde o sentido de história.

Sua proposta [de Bannerji] é a de um novo retorno ao conceito de totalidade social de Marx tal como descrito nos Grundrisse, a partir do qual pode-se teorizar uma leitura mais complexa do “social”, **que considere a realidade em “suas múltiplas mediações de relações e formas sociais”** (ibidem, p.104). Nesta leitura, cada momento ou aspecto da esfera social pode ser demonstrado como refletindo os outros; **aonde cada pequena parte da realidade contém o “macrocosmos” social em seu “microcosmos”** (FONSECA, 2019, p. 93).

Há outras reflexões de Bannerji (2022 [2020]) que consideramos de extrema relevância à luta socialista na atualidade e que, conseqüentemente, ao enriquecerem a TRS, servem ao projeto de profissão atualmente hegemônico.

O primeiro ponto que destacamos é postulado pela autora justamente como “peça básica no quebra-cabeça da construção da democracia social” para além de “uma mera forma constituída por rituais políticos que apenas servem para enraizar o domínio do capital e lançar água benta sobre as desigualdades sociais existentes” (BANNERJI, 2022 [2020], p. 2081).

A autora refere-se à dificuldade de teorizar, a partir de uma perspectiva ontológica, a experiencialidade que conforma o **social** enquanto **formações sociais complexas e contraditórias** – e não como um **exercício aditivo ou interseccional** de raça, gênero, classe, etc., em que seja possível conceber a **combinação** entre as três relações citadas, a **mediação** ou **intensificação** de umas às outras.

Essa combinação de ‘raça’, gênero e classe é frequentemente expressa através do conceito de ‘interseccionalidade’, no qual três vertentes particulares de relações sociais e práticas ideológicas de diferença e poder são interpretadas como que surgindo em seu terreno social específico e, em seguida, cruzando-se ‘inter-seccionalmente’ ou de forma agregada. **Diferentes problemas sociais são reunidos para que se crie, a partir desta reunião, um momento de experiência social** (BANNERJI, 2022 [2020], p. 2080, grifos nossos).

O que a autora argumenta, contudo, é que a *experiência de estar no mundo* se dá, **de forma unitária e sincronizada**, por meio de uma multiplicidade de relações sociais e formas culturais. Em outras palavras:

A presença de uma mulher não-branca da classe trabalhadora (negra, sul-asiática, chinesa, etc.) em seu ambiente habitual racializado **não é divisível, não pode ser separada e seriada. Sua negritude, seu sexo e sua personalidade neutra em termos de gênero enquanto trabalhadora, se misturam simultânea e instantaneamente em algo como uma identidade.** Essa identificação está tanto nos olhos do observador como no próprio sentido de presença social que essa trabalhadora tem sobre si mesma, capturado por aquele olhar. O mesmo se aplica a uma mulher branca (...) (BANNERJI, 2022 [2020], p. 2080-2081, grifos nossos).

Esta questão é particularmente importante em seu esforço de resgate, da tradição marxista, do processo de fragmentação operado pela invasão do positivismo. Na direção contrária, a teorização e a política, tal como defendidas pela autora, ainda que se ocupem de problemas específicos, não perdem de vista a conexão dos problemas particulares com seus contextos ampliados de relações socioeconômicas – “se elas são questões ‘específicas’, temos de perceber que é porque são ‘específicas’ de um conjunto geral, maior, de relações sociais, estruturais e institucionais” (BANNERJI, 2022 [2020], p. 2083).

Para corrigir os erros neste caso, é preciso pensar e investigar para além da situação imediata; é preciso ir acima e por detrás dela. **Também não adiantaria pensar na “pobreza” como uma questão ou um problema por si só (para ser então acrescentada à “raça”, classe ou gênero),** ou concebê-la como sendo exterior ao capital (...) O que temos ao invés disso é uma próspera indústria teórica que **rompe a integridade do social** e orgulhosamente **valoriza os “fragmentos”**, preferindo apresentá-los em uma

incoerência não-relacional, **ou adicioná-los sempre que necessário** (BANNERJI, 2022 [2020], p. 2083, grifos nossos).

Em linhas gerais, a autora busca construir uma concepção ontológica do **social**, através da qual seria possível combater tanto o entendimento da exploração de classe enquanto o verdadeiro motor da sociedade e a ideia de cultura como espelho refletor da base econômica, quanto a tendência inversa de considerar o discurso como força predominante na constituição do social. Neste último caso, argumenta a autora apoiada sobre a Primeira Tese de Marx⁷⁴, o social estaria reduzido a objeto do pensamento, ou seja, a objeto passível de contemplação e não como atividade humana, como *práxis*; observa-se que, por esta última perspectiva, perde força o lado ativo do sujeito que se propõe a conhecer determinada realidade, uma vez que não se reconhece como parte ativa *dela/nela*, apenas como consciência que emprega determinado *modo de conhecê-la, isto é, como consciência preocupada em resolver a questão epistemológica*.

Já vimos como o enfoque cientificista sobre a obra marxiana atingiu o Serviço Social e instalou, na profissão, a preocupação com o método – *a ciência* – de forma **fragmentada** de sua finalidade teleológica de transformação da realidade justamente pela desconsideração do caráter ontológico das ideias de Marx.

Se aceitamos operar por **fragmentações**, posso isolar o gênero e a raça da classe – ou vice-versa, em uma leitura das múltiplas opressões como “contradições secundárias”, mais especificamente em relação ao gênero, ou como “formas ‘culturais’ de desigualdade”, no caso das questões étnico-raciais (BANNERJI, 2022 [2020], p. 2085).

Atualmente, os movimentos de trabalhadores predominantes no Ocidente rejeitam frequentemente as questões de “raça” como políticas de discurso ou de identidade étnica/cultural. Por outro lado, os ativistas da “raça” podem descartar a política de classe ou anti-imperialista como política “dos brancos”. O gênero ou o patriarcado podem ser considerados totalmente

⁷⁴ “O principal defeito de todo o materialismo até aqui (o de Feuerbach incluído) consiste no fato de que a coisa (*Gegenstand*) – a realidade, a sensualidade – apenas é compreendida sob a forma do objeto (*Objekt*) ou da contemplação (*Anschauung*); mas não na condição de *atividade humana sensível*, de *práxis*, não subjetivamente. Daí por que, em oposição ao materialismo, o lado *ativo* foi desenvolvido de modo abstrato pelo idealismo, que, naturalmente, não conhece a atividade real e sensível como tal. Feuerbach quer objetos sensíveis, realmente distintos dos objetos do pensar; mas ele não compreende a atividade humana em si como atividade *objetal* (*gegenständliche Tätigkeit*). Por isso ele contempla, na *Essência do cristianismo*, apenas o comportamento teórico como sendo aquele que é genuinamente humano, ao passo que a *práxis* apenas é compreendida e fixada em sua forma fenomênica judaica e suja. Por isso ele não entende o significado da atividade “revolucionária”, “prático-crítica” (MARX e ENGELS, 2007, p. 27-29 *apud* NETTO, 2012, p. 163).

supérfluos por ambos os grupos, enquanto as feministas que teorizam a comunidade a partir do ponto de vista de seu gênero podem acreditar que a “raça” e a classe são dispensáveis ou não possuem significado intrínseco. Além disso, todos esses grupos podem achar que o que não consideram importante também pode ser desagregador e prejudicial para o avanço dos seus movimentos (BANNERJI, 2022 [2020], p. 2085).

A autora termina a afirmação acima enfatizando seu compromisso com a transformação do conceito **econômico** de classe em um conceito **social**. A corrente de pensamento positivista, base do pensamento científico do século XIX, ao estabelecer o paralelo entre leis sociais e leis naturais, acaba por transformar a economia em ciência. Nesse sentido, aponta a autora, a própria organização da sociedade passa a ser compreendida enquanto expressão da economia, em outras palavras: os sujeitos e suas experiências são submetidos a interpretações sobre as estruturas econômicas (BANNERJI, 2022 [2020], grifos nossos).

A autora menciona que a forma fragmentada de pensar inaugura esferas que são, em essência, inseparáveis. Uma leitura de mundo fragmentada é particularmente necessária à ordem vigente na medida em que, sob a economia burguesa fundada na desigualdade, valores como liberdade e universalidade, impossíveis de se materializarem na prática, só existem do ponto de vista formal – isto é, no âmbito jurídico, acrescentamos. Partindo dessa afirmação da autora, pensamos que determinado raciocínio abre precedentes para que determinada prática política se fragmente e exerça pressão sobre determinada esfera, ou seja, sobre determinada frente/demanda/pauta em desconsideração da complexidade da totalidade capitalista. Dessa forma, pode-se pensar, como exemplo, a própria tensão histórica existente entre feminismo e marxismo no campo da esquerda (ARRUZA, 2019).

O que a autora objetiva é construir uma crítica marxista que contenha uma interpretação **social** da diferença. Para tanto, reafirma que a realização do capital não ocorre em abstrato, é sempre uma **prática** forjada por relações que carregam formas de **consciência**. Se o concreto é o ponto de partida, resgata a autora apoiada em Marx, ponto de partida da intuição em contato com o mundo, e é também o ponto de chegada, visto que é a síntese das múltiplas determinações no pensamento, o concreto, na apreensão marxiana, **é uma categoria mental/conceitual e igualmente uma formação social posta na realidade**. Pode-se dizer, portanto, que o concreto é forjado por relações sociais que são, ao mesmo tempo, **práticas-objetivas** e **formas de consciência**. Em síntese, as atividades humanas são atividades práticas, humana-sensíveis, materializadas por sujeitos que agem e pensam

simultaneamente – a consciência não é posterior à existência (BANNERJI, 2022 [2020], grifos nossos).

Firmar este raciocínio permite pensar que, segundo a autora, o espraiamento da propriedade privada, e as diferenças reais que derivam desse processo, efetivam-se **através** de atos **práticos e culturais** – de racialização, de generificação, por exemplo, que não têm uma lógica independente por si só. Nas palavras da autora:

(...) ao empregar a noção de mediação entre as relações sociais e as formas de consciência – ambas práticas e ideológicas – ele [Marx] mostra como **todo um conjunto social expressivo e significativo/comunicativo deve existir para que uma dada economia ou política funcionem e sejam eficazes**. Vista assim ‘socialmente’, a classe não pode existir sem gênero ou sem cultura, nem pode a cultura existir sem gênero e sem classe (BANNERJI, 2022 [2020], p. 2093).

A autora recupera, ainda, a noção marxiana de sociedade civil e ressalta que, para Marx, a classe *é uma categoria da sociedade civil*: na medida em que o capital é uma prática **social**, a sua reprodução ampliada (que abrange desde a produção propriamente dita, incluindo a instância política, o sistema jurídico, educacional, etc.) concretiza-se no terreno *cultural* da sociedade civil. Marx, em sua análise, mais especificamente em *A Ideologia Alemã*, desprende-se da separação existente entre

a sociedade civil e o Estado, a economia e a cultura, e entre esfera política e pública e a privada e familiar, ele apresenta neste texto um espaço histórico/social integrado e em constante elaboração. É o cenário da luta de classes e da revolução. Esse movimento histórico e social não é apresentado como evolucionista e teleológico, e é atravessado tanto por formas de consciência resistentes como dominantes⁷⁵ (BANNERJI, 2022 [2020], p. 2091).

O que a autora devolve ao social é o seu aspecto dinâmico e a sua natureza processual, chamando atenção para a impossibilidade de analisar as relações e formas de consciência que o constituem de forma apartada, aditiva ou interseccionada – “não se pode separar essa forma social viva do ser e seu percurso formativo em partes componentes e ainda assim esperar que ela permaneça viva e se mova” (BANNERJI, 2022 [2020], p. 2091).

Se a integralidade do social defendida pela autora é rompida, o que surge em seu lugar são formas ou objetos do pensamento desconectados de suas determinações concretas e a

⁷⁵ Para Marx, a “sociedade civil é o verdadeiro foco e cenário de toda a história, e quão absurda é a concepção histórica anterior que descuidava das relações reais, limitando-se às pomposas ações dos príncipes e dos Estados” (MARX; ENGELS, 2007, p. 39). Ele também trata a sociedade civil como “a organização social (...) que constitui em todos os tempos a base do Estado e da restante superestrutura idealista” (Ibid., p. 74)” (BANNERJI, 2022 [2020], p. 2091).

autora chama atenção para a frequência desse desvio nas leituras de mundo produzidas pelo marxismo *positivista*.

Tentativas de separar determinações mutuamente constitutivas e diversas para apresentar o resultado como realidade conduzem ao tipo de problema que acomete os movimentos sociais, que, para sua eficácia, deveriam integrar “raça”, gênero e classe. De maneira não intencional, produzimos objetos de pensamento reificados que desafiam a compreensão do social e são obstrutivos ou truncados. Confundimos a especificidade das formas ou figurações sociais com particularidades desconexas. Dessa forma, **a cultura torna-se não-material, não-social, exclusivamente discursiva, enquanto a economia ou a política carecem de formas mediadoras de consciência.** Como já foi apontado anteriormente, essa leitura fraturada resulta em ideologia, na pretensão da democracia burguesa de oferecer igualdade de cidadania ou de direitos, preservando e aperfeiçoando legalmente relações sociais reais de desigualdade e de dominação. É na crítica a essa economia política burguesa que Marx elabora reiteradamente sua teoria de um modo (como estilo, forma, combinação) de produção. Em oposição ao pensamento liberal/burguês, **ele mostra como cada forma social específica serve como o microcosmo do macrocosmo social, assim como cada célula física do corpo contém todo o código genético.** Tal modo de entendimento é antidualista e antipositivista (BANNERJI, 2022 [2020], p. 2092-2093).

Ao final de seu texto, a autora recupera a importância das contribuições marxianas sobre a ideologia. Para ela, a ideologia não deve ser considerada apenas como conteúdo de determinado pensamento, mas como uma forma própria de pensamento que descontextualiza a compreensão sobre o social, já que, segundo o próprio Marx, as ideias dominantes são a expressão, no plano ideal, das relações objetivas, materiais, dominantes. E ressalta: quando discursos sobre raça ou gênero, ou “natureza humana”, são postos em ação, soltos das relações concretas nas quais se constituíram, para explicar certos fenômenos culturais, o que ocorre é a manutenção da dominação – “conhecemos bem a quantidade de trabalho filosófico, ‘científico’ e cultural despendida na produção da ‘raça’, além das práticas despendidas na racialização de sistemas legais e políticos inteiros”, menciona a autora em um exemplo de ruptura da **integridade** do social (BANNERJI, 2022 [2020], p. 2096).

A leitura economicista (portanto, ideológica) de classe, ao marginalizar as relações de gênero e de raça, entre outras, produziu consequências políticas de impacto negativo no avanço das lutas anticapitalistas: “ao tratar a questão da “raça” como uma questão alheia à classe ou até anticlassista, eles marginalizaram aqueles setores da população que são os mais despossuídos e que mais fornecem combustível ao capital, tanto no Ocidente como em outros

lugares”. E contribuíram para arremessar na política liberal⁷⁶ os segmentos dessa população dispostos à luta. Nesse sentido, os movimentos sociais anticapitalistas estariam, na opinião da autora, **incompletos**, portanto enfraquecidos (BANNERJI, 2022 [2020], p. 2097).

O objetivo de nossa pesquisa envolve reconhecer esse *lugar* teórico estreito e politicamente estéril, ainda que crítico, que atravança a compreensão do social como uma totalidade pulsante e complexa, tal como defendida por Bannerji. *Lugar* do qual a profissão historicamente vem buscando construir saídas para avançar. Objetivamos, assim, a partir da TRS em suas elaborações contemporâneas⁷⁷, propor reflexões para uma análise integrativa do trabalho profissional que seja capaz de romper com a dissociação ideológica entre as múltiplas relações que estão a serviço da acumulação capitalista. Em síntese, objetivamos colaborar para uma prática profissional “informada socialmente de maneira integral” (BANNERJI, 2022 [2020], p. 2097).

Para tal, retomamos as reflexões pioneiras de Yamamoto e Carvalho (2014) por entendermos que, no processo de aproximação da profissão com as ideias de Marx, a dupla de autores realiza um salto qualitativo ao não distinguir, em sua análise, a estrutura lógica do capital e a dimensão histórica. O que significa dizer que parte-se da extração da mais-valia, reconhecendo que ela se dá sob a premissa da existência de relações entre sujeitos formalmente livres e iguais – ou seja, a obra localiza a estrutura lógica do capitalismo – sem abandonar as dinâmicas históricas específicas do Brasil, solo da onde se pretende capturar o significado **social** da profissão.

Além disso, a obra carrega o mérito de situar a profissão como partícipe da reprodução ampliada do modo de produção capitalista, na perspectiva do capital e do trabalho. Em outras

⁷⁶ A autora menciona, sobre esse ponto, as lutas identitárias, já tratadas por nós em nota de rodapé anterior. Na mesma linha do que já observamos anteriormente, a autora menciona que o problema dos debates sobre a identidade é justamente a ausência do debate crítico sobre a realidade sócio-histórica: “tanto no nível da sociedade civil como no do Estado, elas ressurgem em formas ideológicas e reificadas da ‘raça’ e de identidades étnicas nacionalistas ou em atos de simples desesperança e decepção. O ponto principal é avaliar de que ponto de vista essa chamada ‘identidade’ é elaborada, e que culturas, histórias e relações sociais ela evoca”. E continua: “de quem é a identidade da qual estamos falando – dos opressores ou dos oprimidos? Os teóricos da esquerda ou os marxistas não têm motivos para temer a ‘identidade’, porque há espaço suficiente nas obras do próprio Marx para criar movimentos sociais que não precisam escolher entre cultura, economia e sociedade ou ‘raça’, classe e gênero, a fim de organizar as políticas de revolução social. Indo além de gestos de interseccionalidade, coalizão e coesão social, os marxistas dispõem de uma compreensão não fragmentária do social que pode mudar o mundo tal como o conhecemos” (BANNERJI, 2022 [2020], p. 2099).

⁷⁷ E também de seus/suas críticos/as, como é o caso da própria Bannerji (2022 [2020]).

palavras: as reflexões presentes na obra reconhecem que uma dada forma de economia se reproduz no terreno cultural da sociedade civil, como apontou Bannerji (2022 [2020]).

Dentro da referência analítica adotada, cabe reafirmar que a reprodução das relações sociais não se restringe à reprodução da força viva de trabalho e dos meios objetivos de produção (instrumentos de produção e matérias-primas). A noção de reprodução engloba-os, enquanto elementos substanciais do processo de trabalho, mas, também, os ultrapassa. **Não se trata apenas de reprodução material no seu sentido amplo, englobando produção, consumo, distribuição e troca de mercadorias. Refere-se à reprodução das forças produtivas e das relações de produção na sua globalidade, envolvendo, também, a reprodução da relação espiritual, isto é, das formas de consciência social: jurídicas, religiosas, artísticas ou filosóficas, através das quais se toma consciência das mudanças ocorridas nas condições materiais de produção.** Nesse processo são gestadas e recriadas as lutas sociais entre os agentes sociais envolvidos na produção, que expressam a luta pelo poder, pela hegemonia das diferentes classes sociais sobre o conjunto da sociedade (IAMAMOTO e CARVALHO, 2014, p. 78, grifos nossos).

Como já observamos, a obra leva em consideração a busca por mediações⁷⁸ integrantes da complexidade do social e, por isso, não escapa de seu conteúdo as **formas de consciência** – que não são situadas, do ponto de vista analítico, como elementos **extra econômicos**.

Nossas aproximações com a TRS têm nos provocado a pensar nos desdobramentos teórico-metodológicos, e políticos, que podem surgir quando centralizamos a reprodução da força de trabalho na análise sobre o trabalho profissional e sobre o perfil da força de trabalho que compõe a categoria.

Ainda que Iamamoto e Carvalho (2014) avancem na teorização integrada entre lógica e história, o que permitiu a ultrapassagem do conceito economicista de **social**, apoiadas na TRS, acreditamos que seja possível adensar tal concepção ao jogar luz na multiplicidade de corpos, de práticas e de discursos que dão vida à concretude do nível histórico de análise.

Em outras palavras: ao posicionar no centro a reprodução da força de trabalho, fazendo perguntas e buscando respostas para as quais Marx ofereceu pistas, a TRS encontra um caminho teórico-metodológico crítico, marxiano, de apreender que a opressão racial e de

⁷⁸ Trabalhar com mediações é partir do pressuposto teórico-metodológico de que nossa vivência imediata no mundo transcorre no interior de relações fetichizadas, alienadas. Ultrapassar a imediatividade dos fenômenos em busca de sua essência é uma exigência posta à categoria profissional vinculada ao projeto crítico de profissão. As demandas profissionais chegam à mesa de assistentes sociais como um fim em si mesmas, isto é, “despidas de mediações que lhe dêem um sentido mais totalizante” e, para evitar a transposição mecânica, as categorias de mediação auxiliam justamente a localizar, na singularidade dos problemas cotidianos enfrentados pela população e transformados em demandas à profissão pelas classes dominantes, as determinações mais universais do modo de produção capitalista (PONTES, 2000, p. 45 *apud* MARTINELLI e MORAES, 2012, p. 7-8).

gênero, assim como as demais, não carregam ontologias particulares, mas são antes partes constituintes e constituídas da reprodução ampliada do capital – “uma totalidade viva de relações sociais” (ARRUZZA, 2015, p. 58).

O capitalismo não é um Moloch, um Deus escondido, um marionetista ou uma máquina: é uma totalidade viva de relações sociais. Nela, encontramos relações de poder conectadas a gênero, orientação sexual, raça, nacionalidade, e religião, e todas estão a serviço da acumulação de capital e sua reprodução, ainda que frequentemente de formas variadas, imprevisíveis e contraditórias (ARRUZZA, 2015, p. 48).

Embora Iamamoto e Carvalho (2014, p. 79) postulem que seu trabalho analítico objetiva buscar os nexos entre a profissão e a “reprodução da totalidade do processo social”, consideramos que a obra oferece reflexões valiosas justamente sobre o papel do Serviço Social na reprodução da força de trabalho, desvelando as formas com que o capitalismo, para preservar seus interesses em determinada quadra histórica, organiza a vida da classe trabalhadora, do ponto de vista objetivo e subjetivo, em uma dada direção, mesmo sob pressão da própria classe trabalhadora organizada politicamente por melhores condições de vida.

Ora, o alvo predominante do exercício profissional é **o trabalhador e sua família**, elemento mais vital e significativo do processo de produção (...). Uma vez que o exercício do Serviço Social está circunscrito dentro do contexto referente às **condições e situação de vida da classe trabalhadora**, encontra-se integrado ao **processo de criação de condições indispensáveis ao funcionamento da força de trabalho, à extração da mais-valia** (IAMAMOTO e CARVALHO, 2014, p. 92-93, grifos nossos).

Mas a organização da produção não supõe apenas um controle do trabalhador no interior da fábrica. *Implica um novo tipo de socialização do trabalhador e de sua família, que afeta todo seu cotidiano, de modo a adaptá-lo ao novo modo de vida e aos métodos do trabalho industrial.* O capital busca estabelecer meios de tutela e normatização da vida do trabalhador fora da fábrica, invadindo sua vida privada. Procura não apenas conservar um certo equilíbrio psicofísico do trabalhador, visto que não devem ser avariadas em demasia as peças de uma máquina coletiva de trabalho, mas ampliar a interferência moral e política por parte do capital sobre o conjunto da sua vida particular. Nesse sentido tem à sua disposição o aparato de Estado, além das próprias iniciativas benemerentes levadas a efeito pela classe patronal. *Aí, a coerção social deve ser habilmente articulada com a persuasão e o consenso, que dão a forma exterior ao uso intrínseco da força* (IAMAMOTO e CARVALHO, 2014, p. 127, grifos do original).

Arruzza (2015) menciona a dificuldade em demonstrar, do ponto de vista lógico, a indissociação entre as opressões e o funcionamento do capitalismo. Ao nível da concretude, contudo, partindo da premissa de que o capitalismo só existe em uma dada conformação social com suas especificidades próprias, **a presença das opressões salta aos olhos atentos**.

Dessa forma, a autora recupera que, em sociedades nas quais o capitalismo dizimou o precedente modo de produção da subsistência para o processo de acumulação primitiva, é possível observar a transformação radical operada nos arranjos sociais e familiares⁷⁹, suprimidos pelo avanço da urbanização e expropriados de suas práticas produtivas domésticas. Surge, como apontamos no início de nossa pesquisa, a cisão espacial e temporal entre produção de mais-valor e a reprodução da vida, que passa a ser garantida gratuitamente pelo **trabalho majoritário de mulheres** (mas também de homens) nos lares e nas comunidades (BHATTACHARYA, 2019, grifos nossos). Nesse momento, continua Arruzza (2015), relações sociais que antes eram organizadas pelo gênero perdem a autonomia frente aos processos capitalistas em curso e **se transformam**. O gênero deixa de formar um sistema independente na medida em que passa a ser determinante para a reprodução da força de trabalho. Na concretude, portanto, uma conformação capitalista jamais existiu sem as múltiplas relações de opressão, dominação e expropriação.

Iamamoto e Carvalho (2014), ao afirmar que a profissão foi chamada, pelas classes dominantes, a intervir nas formas de pensar do conjunto da classe trabalhadora, buscando a produção de consensos (em outras palavras, objetivando o *adestramento*) em torno da ordem dominante, nos mostram que as relações de exploração, que ocorrem no âmbito estritamente produtivo, não estão apartadas ou possuem uma relação de complementariedade com as opressões e dominações que ocorrem no espaço reprodutivo, pelo contrário: não estão em níveis separados, não são contingentes, **são antes fundamentais**⁸⁰.

⁷⁹ “Isso não vale para países com estruturas de produção que não foram inteiramente transformadas e que permanecem na periferia da economia capitalista global. Claude Meillassoux (1992) documentou a persistência do “modo de produção doméstico” em muitos países africanos, nos quais o processo de proletarianização (ou seja, a separação do camponês de sua terra) permaneceu muito limitado. No entanto, mesmo em países onde o modo de produção doméstico permanece em seu lugar, a pressão é intensa para a integração no sistema capitalista mundial. Os efeitos do colonialismo, do imperialismo, da pilhagem de recursos naturais por parte dos países capitalistas avançados, das pressões objetivas da economia de mercado global, etc., tem um impacto significativo nas relações sociais e familiares que organizam a produção e distribuição de bens, frequentemente exacerbando a exploração das mulheres e a violência de gênero (ARRUZZA, 2015, p. 47).

⁸⁰ De fato, se Marx entende a sociedade capitalista como uma totalidade, não a entende, entretanto, como uma totalidade “expressiva”: colocado de outra forma, não existe uma relação automática ou de “reflexo” direito entre os diferentes momentos desta totalidade ou entre um momento particular e a totalidade como um todo. Uma análise do capitalismo que não entenda essa unidade entre produção e

A princípio, tais intervenções foram baseadas na perspectiva reformista conservadora, de cunho cristão⁸¹, e almejavam amortizar os conflitos entre capital e trabalho – almejavam, portanto, a “superação de classe” no sentido da harmonização⁸².

Pede-se-lhe “que remova obstáculos à plena expansão das personalidades, que corrija más formações individuais, **familiares** ou sociais, que reajuste, que constitua quadros sociais úteis ou necessários ao homem” (Luis Carlos Mancini. Revista Serviço Social, 1940, n. 13, p.02). Pede ao assistente social que leve a bom porto os “desajustados” (FERREIRA, 2010, s.p.).

Observa-se que, mesmo fora do âmbito da produção, as intervenções da profissão, forjadas pelas linhas de opressão de gênero, de sexualidade (por meio da heteronormatividade) e étnico-racial, como demonstraremos, estavam a serviço da manutenção do capitalismo por desempenhar papel policaresco sobre os processos de reprodução da força de trabalho – a mercadoria especial do capital – no interior das famílias⁸³. Nos trechos a seguir, Ferreira (2010) exemplifica nosso argumento:

De certo a contribuição dos primeiros profissionais do Serviço Social no processo de transfiguração do “homem brasileiro” em trabalhador não consistiu em forjar tais ideologias, mas em difundir-las, **objetivando-as no**

reprodução retrocede ao materialismo vulgar ou economicismo, e Marx não comete esse erro. (...) se pode ver claramente que a coerção, a intervenção ativa do Estado, e a luta de classes são, de fato, componentes constitutivos de uma relação de exploração que não é determinada apenas por leis econômicas e mecânicas. Estas observações permitem que destaquemos como a ideia de que Marx concebe o capitalismo apenas em termos econômicos é insustentável (ARRUZZA, 2015, p. 54).

⁸¹ Relações de opressão travadas com a população trabalhadora, baseadas na ideologia cristã, estavam amalgamadas (e assim permanecem) às relações de exploração administradas pelo Estado capitalista, como demonstra Ferreira (2010, s.p.) ao apontar, em sua pesquisa, a parceria, ainda que tensa, entre Igreja e Estado no período pós proclamação da República e instauração da laicidade do Estado: “na liquidação do antigo sindicalismo e na decapitação de suas lideranças, abre o Estado um espaço para a atuação da Igreja, tanto mais que sua doutrina só favorecia as concepções que o Estado tentava implantar no campo social”.

⁸² “A superação de classes é uma idéia força nas fontes primárias do Serviço Social em sua gênese. Tal superação seria alcançada pela colaboração entre as classes (o pressuposto é a harmonia social): os trabalhadores se deixam explorar e as classes dominantes “fazem sua parte” melhorando as condições existenciais dos primeiros” (FERREIRA, 2010, s.p.).

⁸³ Mencionamos, neste ponto, o caráter histórico *familista* da política social brasileira, tema desenvolvido principalmente pela pesquisadora e professora da área de Serviço Social, Regina Célia Tamasso Miotto. Essa discussão problematiza a responsabilização das famílias pela reprodução da vida de seus membros diante de um Estado que, historicamente, nunca chegou a assumir plenamente a provisão social e que, nas últimas décadas, vem seguindo a cartilha liberal de Estado *mínimo* e de maior presença do mercado nas instâncias de regulação da reprodução da vida, ao mesmo tempo em que sua dimensão coercitiva se intensifica em territórios atravessados pela presença da população negra e originária. Não foi possível aprofundar tais questões no escopo desta dissertação, mas elas certamente guardam contribuições à análise da reprodução social no capitalismo dependente.

sentido de tornar pobres em trabalhadores, já que aos assistentes sociais “se alocam funções executivas na implementação de políticas sociais setoriais” (NETTO, 2007, p. 80). **Por isso, a formação do assistente social estava prioritariamente direcionada para o que os trabalhadores deveriam ser, não para o que eram** (FERREIRA, 2010, s.p., grifos nossos).

A política direcionada aos trabalhadores, personificada no preito extremado com a família era, por assim dizer, a menina dos olhos do Serviço Social tradicional: “Talvez não haja assunto mais importante sobre o qual se possa falar do que o da família. **No dia em que a família fosse definitivamente conquistada para o mal tudo estaria perdido**” (Roberto Saboia de Medeiros S.J. Revista Serviço Social, 1946, n. 44, p. 36 *apud* FERREIRA, 2010, s.p., grifos nossos).

Inimigos da família logo eram inimigos do Serviço Social, posto que obstavam ou inviabilizavam a correção de “anormalidades” de sua “clientela”. Eis alguns desses inimigos declarados: “Ora, o que pode destruir ou abalar a família? Em primeiro lugar, **o divórcio a vínculo; em seguida, a chamada emancipação da mulher, ou seja, o feminismo; o trabalho da mulher fora do lar;** o abandono da família; todos os maus costumes, notadamente a licenciosidade e o alcoolismo. Contra todos esses inimigos da família pregam incansavelmente as Encíclicas” (A. F. Cesarino Júnior. Primeira Semana de Ação Social, 1936, p. 44 *apud* FERREIRA, 2010, s.p., grifos nossos).

Nesse sentido, o combate à ignorância precisava ser realizado principalmente **junto às famílias (à mãe especialmente)** e à escola. É fundamental dizer que a “ignorância” e a “falta de preparação” atribuída à classe operária são a justificativa para a tutela, vigilância e controle que o assistente social deverá exercer sobre esta (CARVALHO, 2000 *apud* FERREIRA, 2010, s.p., grifos nossos).

É nessas condições que a “questão social” é fragmentada e parcializada, convertidas suas refrações, no capitalismo monopolista, em problemas sociais – “a infância abandonada, **a mulher que trabalha**, a falta de organização profissional, **a vida familiar ameaçada por tantas deficiências**” (Helena Iracy Junqueira. Revista Serviço Social, 1939, n.12, p.12 *apud* FERREIRA, 2010, s.p., grifos nossos).

No campo moral, os assistentes sociais, ainda inoculando a imagem do bom trabalhador, encampam uma cruzada contra o botequim, **mobilizando para isso a “guardiã do lar”**: “a luta contra o botequim, o álcool e o jogo, exige **a cooperação das mulheres no seu fundamental papel de donas de casa**” (Ruy de Azevedo Sodré. Revista Serviço Social, 1944, n. 32, p. 150 *apud* FERREIRA, 2010, s.p., grifos nossos).

Reforçamos que a lógica do capital não se faz presente apenas na produção de mercadorias. A busca constante por valorização igualmente “depende de um contínuo processo de expropriação e de subsunção do trabalho humano,” logo **“o capital opera e depende de outras relações sociais** que viabilizem um tipo específico de produção e

exploração *diferencial* da força de trabalho", por onde se viabiliza a acumulação capitalista (RUAS, 2020a, p. 182).

Em outras palavras: a reprodução ampliada do capital é garantida pela exploração *diferencial* do conjunto diversificado de trabalhadores/as em termos de salários e de acessos. Por conseguinte, pode-se afirmar que as opressões, sustentadas pela classe dominante, garantem as hierarquias e diferenças que concretizam, de forma diversa, a degradação dos corpos que trabalham.

(...) as relações sociais de gênero, raça ou status de cidadania não só permitem produzir a desvalorização constante de certos grupos sociais (mantendo os custos da reprodução baixos e garantindo um exército de reserva seguro e disciplinado), mas também garantem a reprodução de forças entrelaçadas de exploração e expropriação/desposseção; organizam as relações de trabalho e propriedade; enquadram as formas concretas de competição capitalista e acumulação; e estabelecem um código cultural para a sociedade como um todo que compreende formas de consciência e institucionalização (BANNERJI, 2005 *apud* RUAS, 2020a, p. 184).

Os trechos de Ferreira (2010) servem de ilustração a essa reflexão na medida em que desvelam os processos diferenciados de reprodução da força de trabalho da população negra. Processos reprodutivos efetivados, nesse caso, pelas assistentes sociais atuantes na gênese da profissão. Inclusive, no primeiro trecho destacado, a autora ressalta o lugar destinado ao trabalhador negro (“trabalhador nacional”) em atividades consideradas, pelo segmento imigrante, indignas de sua realização, mas que, por sua imprescindibilidade ao capital, foram renegadas à população racializada como não-branca pela ideologia racista. Ideologia que criava uma imagem dos/as trabalhadores/as negros/as associada à preguiça e à baixa confiabilidade.

Ao lado do imigrante, o “agente por excelência do trabalho livre” (FERNANDES, 1978b) – ou melhor, abaixo deste – o trabalhador nacional foi reabilitado para executar tarefas que os imigrantes recusavam. Com essa conjugação – intenso incentivo à imigração e utilização da mão-de-obra nacional –, o **“problema do trabalho” encontrara solução**. A mais clara razão para tal proletarização desigual, no entanto, é que, embora o capitalismo postule uma igualdade formal, há uma desigualdade real, mesmo na seleção da força de trabalho (FERREIRA, 2010, s.p.).

A mesma autora recupera fontes que afirmam a forte presença da população negra entre o público *desajustado* dos serviços assistenciais no início do século XX, período de nascimento e institucionalização da profissão no Brasil, o que se justifica pelas dificuldades

de sobrevivência a que estava submetido esse segmento – e assim ainda permanece.

Contudo, Ferreira (2010) revela que a incidência de negros e negras no cotidiano de trabalho de assistentes sociais foi apreendida por um viés racista moralizante e naturalizante das dificuldades vivenciadas, isto é, as condições degradantes de vida da população negra estavam embasadas pela associação desse quadro a um suposto padrão de moralidade *duvidoso* inerente à *raça*, direcionando as intervenções profissionais para **a adesão do homem negro aos valores dominantes que o levariam à ascensão social** (leia-se: ao patamar moral e econômico do homem branco):

A proposta era a “**reabilitação do negro no conceito nacional**” (O Clarim da Alvorada, 1929 apud FERRARA, 1986, p. 58). Para tanto, foram exaltados **os valores máximos do ideário burguês**: “a importância da economia, **do trabalho, do convívio familiar**, da caridade, para se conseguir uma posição estável na vida” (PINTO, 1993, p. 229). A citação seguinte sintetiza esses objetos de valorização que incluem o **repouso orientado, a manutenção da saúde, o provimento da família**, a poupança e a imagem do **bom trabalhador, aquele que trabalha duro e sem reclamar** (...) (FERREIRA, 2010, s.p.).

As mulheres negras também não escapavam às intervenções profissionais na perspectiva ideopolítica mencionada. Pelo contrário: eram consideradas peças essenciais no *reajustamento* das famílias negras – contrapostas ao modelo branco de família burguesa ideal, pois eram forjadas por relações não legalizadas pelo casamento, alto número de filhos/as e de membros desempregados, mulheres com jornadas de trabalho fora do lar e que residiam em habitações coletivas, os chamados cortiços⁸⁴, espaços considerados insalubres e propícios à promiscuidade. Além disso, a *reforma íntima* dos traços *libertinos das mulheres negras* era entendida como estratégia de proteção da *moral* das famílias brancas para as quais elas realizavam o trabalho reprodutivo (e ainda o fazem):

[As] domésticas, as nossas colaboradoras do lar na maioria pretas ou mestiças, às quais devemos pagar uma dívida de honra: torná-las livres, no bom sentido da palavra, por uma formação moral e profissional adequada, para resgatar o pecado da escravidão negra cometido por nossos antepassados” (Heloisa C. R. Werneck. Segunda Semana de Ação Social, 1937, p. 178, *itálico nosso*). Em primeiro lugar, segundo essa perspectiva, **se as negras não abandonassem suas vicissitudes de origem, os lares das famílias modelares é que seriam ameaçados por sua presença perniciosa.**

⁸⁴ “O choque entre uma e outras famílias é exatamente o objeto do ajustamento levado a termo pelos assistentes sociais. O importante dessa convergência, no entanto, é que o que os assistentes sociais em tela entendiam por padrão familiar apropriado ou ajustado (pai provedor, mãe dona de casa, filhos legítimos) nunca chegou a se generalizar no Brasil” (FERREIRA, 2010, s.p.).

Atente-se que a frase “torná-las livres, no bom sentido da palavra” opõe liberdade (no sentido profissional, de trabalhadoras livres assalariadas mas também religioso, livres do pecado pela boa formação moral) e libertinagem (comumente associada às mulheres negras). Por outro lado, **ainda que essas mulheres não correspondessem ao padrão exato da rainha e guardiã do lar, eram elementos protagônicos no seio das famílias negras, a mais provável porta de entrada para o reajustamento que propunham os assistentes sociais.** (FERREIRA, 2010, s.p., grifos nossos).

Mas pode-se presumir, novamente, que a clientela do “problema” habitacional era majoritariamente negra. Pois, em São Paulo, “o cortiço desponta e expande-se em decorrência de uma nova relação de exploração, na qual o trabalhador precisa adquirir, com o salário que auferir, os meios de vida para sobreviver. Mão-de-obra livre, não pode mais viver acorrentada em senzalas (...). Mão-de-obra sub-remunerada, não tem condições de adquirir ou alugar uma casa, pois o custo da mercadoria habitação transcende em muito o preço da força trabalho” (KOWARICK & ANT, 1994, p.74 *apud* FERREIRA, 2010, s.p.)

Entendemos que os trechos resgatados da pesquisa documental de Ferreira (2010) sobre as primeiras relações do Serviço Social com a população negra, quando lidos a partir das contribuições contemporâneas da TRS, permitem vislumbrar “exatamente o que a ‘teoria unitária’ tenta alcançar: ser capaz de **interpretar as relações de poder** baseadas no gênero [na raça] ou orientação sexual **como momentos concretos** daquela totalidade articulada, complexa e contraditória que é o **capitalismo contemporâneo**”, sem que se perca de vista a possibilidade de analisar tais relações em suas especificidades próprias (ARRUZZA, 2015, p. 57, grifos nossos)

E isso importa ao trabalho profissional na medida em que o cenário em que ele se desdobra, na atualidade, é de crise estrutural do capital nas mais agudas expressões: fome, guerras, desemprego, trabalhos análogos à escravidão, endividamento, destruição dos ecossistemas e aquecimento global, recuo dos acessos à educação, saúde e previdência social, desmatamento e uso indiscriminado de agrotóxicos, assassinato de mulheres, da população negra nas periferias, das pessoas LGBTQIA+, entre outras formas de aniquilamento da diversidade da existência humana que refletem, direta ou indiretamente, no trabalho de assistentes sociais pelo Brasil afora – e que, com igual (ou maior intensidade), atingem a própria categoria enquanto parte da classe que só possui a sua força de trabalho, em sua maioria genericada e racializada, como estratégia de sobrevivência.

Nota-se que, em nossa pesquisa, reivindicamos uma interpretação sócio-histórica sobre a gênese e o desenvolvimento do Serviço Social, especialmente em terras brasileiras, onde estão circunscritas nossa formação acadêmica e nossas experiências concretas de assalariamento como profissional da área. A perspectiva de profissão adotada, construída a

partir da teoria e do método marxianos, apreende a profissão como uma especialização do trabalho⁸⁵ coletivo e a partir de sua inserção no processo de reprodução ampliada do capitalismo, na etapa monopolista de seu desenvolvimento.

Entende-se, em linhas gerais, que o trabalho de assistentes sociais constitui e é constituído pelas contradições que conformam o modo de produção atualmente em vigência: ao mesmo tempo em que o surgimento e a existência da profissão devem-se à necessidade do Estado capitalista em contemplar as pautas de sobrevivência da classe trabalhadora, impostas politicamente através de uma agenda de lutas – trama que vincula a razão de ser da profissão às aspirações da classe dominante – o trabalho desses/as profissionais também garante, através da viabilização de direitos sociais, a manutenção da vida dos sujeitos que vivem da venda de sua força de trabalho.

Quando Yamamoto e Carvalho (2014) afirmam o esforço de apreender a profissão como uma especialização do trabalho coletivo, evidencia-se a premissa teórica marxiana em que o trabalho concreto especializado de assistentes sociais, dotado de características que o particularizam e que respondem a necessidades sociais específicas – ou seja, *os valores de uso da nossa força de trabalho* – também sofre a subordinação e indiferenciação imposta pelo capital.

Isso significa que nós, assistentes sociais, também temos a qualidade particular da nossa força de trabalho abstraída, dissolvida, pela mercantilização, ou seja, pela necessidade de subordinação à oferta de respostas às requisições institucionais, sejam elas provenientes do poder público ou do mundo privado; ou seja, trocamos tempo de trabalho necessário por um **salário**.

Posto isto, o trabalho abstrato da/o assistente social é “uma fração do trabalho social total pensado em sua quantidade, como dispêndio de força humana de trabalho”, isto é, como uma parcela do trabalho social coletivo. Assim, estamos implicadas, de forma combinada e cooperativa, no desenvolvimento do trabalho socialmente necessário, descrito pelo pensador alemão como “o tempo de trabalho requerido para produzir-se um valor de uso qualquer, nas condições de produção socialmente normais, existentes, e com grau social médio de destreza e intensidade do trabalho”, dimensão que só pode ser analisada, contudo, a partir das relações sociais concretas nas quais assistentes sociais se inserem, configurando sua forma social

⁸⁵ É importante demarcar que não há consenso absoluto, na profissão, em relação à interpretação do Serviço Social como trabalho especializado. Arelados/as à perspectiva crítica marxiana e marxista, também encontramos autores/as que defendem a profissão como ideologia ou práxis social, como é o caso de Sérgio Lessa, por exemplo.

(MARX, 1968, p. 46 *apud* RAICHELIS, 2018, p. 156).

Reafirmar o interesse em estudar o Serviço Social na história e não a história do Serviço Social, seguindo os passos de Marx e os caminhos abertos por Yamamoto e Carvalho (2014), é perseguir a relação contraditória entre as classes sociais, através da qual a profissão se situa e é situada, estrutura e é estruturada, conforma e é conformada.

Essa relação não está dada no imediatismo da vida cotidiana, basta lembrarmos que para Marx o capital despontava (desponta), na superfície, apenas como produção em massa de mercadorias, daí a importância atribuída ao método marxiano, para a compreensão da profissão, durante o movimento de ruptura com o conservadorismo: tal como o pensador alemão fez em relação à mercadoria, para apreender a profissão em sua essência, também é preciso ultrapassar o nível de análise que se limita ao estudo de sua expressão fenomênica: a apreensão do Serviço Social enquanto parte integrante e integrada da dinâmica de reprodução ampliada do capital exige mais do olhar que captura apenas o conjunto de elementos que tornam a profissão socialmente útil.

Por conseguinte, o Serviço Social, fruto de sua dimensão contraditória, é uma profissão participe do processo de viabilização de direitos sociais, materializados através de políticas sociais, em resposta às **necessidades reprodutivas** de sujeitos, famílias e comunidades. Atuamos, dessa forma, tanto na formulação e planejamento, quanto na gestão e execução direta de serviços sociais.

O/a assistente social exerce seu trabalho na condição de assalariado/a de instituições públicas ou privadas, traço que confere à sua autonomia profissional um caráter relativo. Raichelis (2020, p. 15) chama atenção para o caráter relativo da autonomia estatal também: embora o domínio geral do Estado, no capitalismo, seja da burguesia, esse processo não se dá sem disputas, inclusive, entre os próprios grupos dominantes. Nessa direção, a condução do Estado – e também o surgimento e permanente oferta de políticas sociais – é forjado por contradições:

(...) embora o Estado capitalista sirva amplamente aos interesses gerais da burguesia e de suas frações hegemônicas, a dominação exercida pelo Estado é atravessada pelas contradições expressas pela luta de classes. Como analisa Kowarick (1985, p. 7), a dominação é contraditória também e fundamentalmente porque, se o Estado exclui as chamadas classes dominadas, tem, em certa medida, que incluir alguns de seus interesses (RAICHELIS, 2020, p. 15).

E a autora acrescenta também:

Como adverte Netto (1982, p. 22), “no capitalismo monopolista a preservação e o controle contínuos da força de trabalho, ocupada e excedente, é uma função estatal de primeira ordem”. E para isso, o Estado capturado pela ordem monopólica ao buscar legitimação política dentro do jogo democrático, “é permeável a demandas das classes subalternas, que podem fazer incidir nele seus interesses e suas reivindicações imediatas”. (idem, p. 25) É nesse contexto que as sequelas da questão social transformam-se em objeto de uma intervenção contínua e sistemática do Estado, por meio das políticas sociais, situação que possibilita a emergência do Serviço Social como profissão e a constituição de seus agentes como trabalhadores/as assalariados/as. Portanto, reafirma-se o caminho da profissionalização do Serviço Social como o processo pelo qual seus agentes se inserem em atividades laborais cuja dinâmica, organização, recursos e objetivos são determinados para além do seu controle, isto é, pelos empregadores dessa força de trabalho (IAMAMOTO, 1982; NETTO, 1992) (RAICHELIS, 2020, p. 15-16).

Dessa forma, o surgimento e a institucionalização do Serviço Social brasileiro, a partir de 1930, são apreendidos como parte das estratégias estatais capitalistas de enfrentamento às expressões da questão social. Pressionado pela mobilização política da classe trabalhadora por “reconhecimento de sua cidadania social”, o Estado, em busca de coesão e consenso, desenvolve alternativas às soluções violentas para a desigualdade social gritante da época.

Ainda por essa perspectiva, o produto das intervenções profissionais possui uma natureza material: através de serviços, programas e benefícios contribui para a reprodução material daqueles/as que vivem apenas da venda de sua força de trabalho, mas por meio da dimensão socioeducativa intrínseca ao trabalho profissional, surgem também produtos de natureza reflexiva por sua capacidade de reafirmar e/ou questionar as subjetividades da população atendida, no geral formas de pensar e agir reprodutoras da cultura dominante.

Embora o trabalho reprodutivo ocorra majoritariamente no âmbito doméstico, como foi afirmado, outras relações e instituições sociais podem assumir essa tarefa primordial à reprodução ampliada do capital – “como a educação pública e os sistemas de saúde, instalações de lazer nas comunidades, benefícios sociais e pensões para idosos”. Ademais, a reposição geracional pode se dar por meio da imigração e escravidão – e não apenas por processos de lactação e parto no interior dos agrupamentos familiares, reflexões que se desdobram na consideração do papel crucial do Estado (e do fundo público) como operador de políticas sociais e criminais responsáveis por reproduzir as formas de vida mais adequadas à exploração da força de trabalho (RUAS, 2020, p. 190; FONSECA e ALENCAR, 2021; BHATTACHARYA, 2019, grifos nossos).

Posto isto, propomos os seguintes pontos à reflexão, com base nas possíveis contribuições da TRS, objeto da presente dissertação:

i) a razão de ser da profissão de Serviço Social está atrelada à contradição, inerente ao capitalismo, entre produção e (re)produção da existência, vinculando organicamente nossas intervenções à reprodução material e espiritual da mercadoria extraordinária do capitalismo: a força de trabalho, a qual o capital não pode renunciar, mas cuja existência o ímpeto da valorização mantém sempre subvalorizada, frustrada em relação às suas potencialidades. Assim, o trabalho [reprodutivo] que realizamos, sob a ordem do capital, é apreendido, ao mesmo tempo, como condição de possibilidade tanto do seu oposto, a força de trabalho, quanto da manutenção do sistema que perpetua as próprias formas subdesenvolvidas de viver. Esse paradoxo, segundo Fonseca (2019, p. 407), “é um desdobramento da contradição fundamental entre capital e trabalho”;

ii) nossos processos de trabalho também não escapam da relação *contraditória-porém-necessária* entre produção e reprodução (FRASER, 2019 [2016], grifos nossos). Embora não possa abrir mão do trabalho reprodutivo no processo de exploração do trabalho assalariado, pois o primeiro é condição de possibilidade para o segundo, o capitalismo operacionaliza **de forma precarizada** a reprodução social, sempre **alguém** das reais necessidades e possibilidades da classe trabalhadora⁸⁶, na medida em que o lucro subordina a vida na lógica vigente, independente da forma historicamente assumida pelo capitalismo.

Essa relação é um desdobramento da contradição fundamental entre capital e

⁸⁶ Mencionamos, neste ponto, a Teoria Marxista da Dependência (TMD) que desvela os processos desiguais e combinados do desenvolvimento capitalista nos países periféricos. A parcela do mais-valor produzido nestes países é apropriado pelos países de capitalismo central. Dessa forma, o que ocorre é que os capitalistas periféricos compensam essa perda por meio da superexploração da sua força de trabalho. Dessa forma, nos países dependentes, **a remuneração da força de trabalho permanece abaixo do seu valor real, ao/à trabalhador/a não está garantido o que é necessário para repor o desgaste advindo de sua atividade laborativa. É negado, inclusive, o básico para manter a força de trabalho em seu estado “normal” (dentro do padrão histórico de cada sociedade), sem mencionar o desgaste precoce gerado pelo dispêndio maior de força de trabalho através da intensificação e prolongamento da jornada.** Todos esses aspectos são importantes na medida em que auxiliam na compreensão das formas pelas quais o capital avança sobre o “fundo de consumo do trabalhador, deslocando-o para o fundo de acumulação; ou arrebatando anos futuros do trabalhador, apropriando-se de seu fundo de vida (...)”, ou seja, a superexploração da força de trabalho é uma importante chave explicativa para compreender a histórica remuneração da força de trabalho abaixo de um valor que possa cobrir, de forma efetiva, as necessidades de reprodução da vida da classe trabalhadora no Sul Global (LUCÉ, 2028, p. 178 *apud* FONSECA e ALENCAR, 2021, p. 325, grifos nossos).

trabalho. O trabalho reprodutivo é então determinado e constringido pela própria produção capitalista: enquanto, de um lado, a reprodução social é a condição da acumulação sustentada de capital; por outro lado, a compressão dela é um meio de aumentar a mais-valia extraída. Assim, para produzir cada vez mais valor, o capital tende a precarizar as condições de reprodução da vida, restringindo, progressivamente o acesso dos trabalhadores aos meios necessários à sua subsistência (FRASER, 2017, p. 22). Há uma tendência ao empobrecimento da classe trabalhadora e à crise do cuidado, a partir de uma pressão constante para que a esfera da reprodução social seja cada vez mais reduzida pelos proprietários do capital e através do Estado. Assim, o capitalismo gera um cenário no qual duas relações opostas são contraditoriamente unificadas (BHATTACHARYA, 2017, p.11). Há uma permanente crise reprodutiva-social (RUAS, 2020, p. 407, grifos nossos).

Posto isto, as linhas de opressão – apreendidas enquanto dimensões sem as quais rompe-se a **integralidade da sociabilidade capitalista**, como defende Bannerji (2022 [2020]) – são localizadas na base organizativa dos processos mais primários de socialização impostos à classe trabalhadora, gerando a diferenciação necessária ao valor maior ou menor da força de trabalho que chega/chegará ao mercado. Como exemplo, basta pensarmos na qualidade inferior das escolas, serviços de saúde, lazer e cultura, condições de habitação e infraestrutura urbana, condições da água e do ar, etc. presentes nos territórios periféricos onde há maior predominância da população não-branca. A TRS considera, portanto, que as múltiplas opressões garantem a reprodução de formas de vida adequadas aos diferentes níveis necessários de exploração da força de trabalho e a permanente existência de pessoas necessitadas de vendê-la para garantir a sobrevivência (ARRUZZA e BHATTACHARYA, 2020; FRASER, 2019 [2016]; RUAS, 2020; FONSECA e ALENCAR, 2021).

Ainda, a partir da premissa de que o capitalismo é um sistema em crise reprodutiva permanente e que a saída para a queda na taxa de lucros passa pela reformulação do âmbito reprodutivo, como aponta Bhattacharya (2019), evidencia-se o nexos entre as determinações da esfera macro e as dificuldades e constringimentos históricos que atravessam o trabalho profissional no âmbito cotidiano, mesmo que de forma heterogênea. Em outras palavras: ao centralizarmos a reprodução da força de trabalho na análise do trabalho contemporâneo de assistentes sociais, buscando as consequências teórico-metodológicas e políticas desse reposicionamento, **ampliamos a apreensão da natureza da profissão e de seu significado social**, abrindo novas pistas que permitam detectar como a profissão está inserida no contínuo processo contraditório de reprodução das relações sociais, trilha aberta por Iamamoto e Carvalho (2014) – e desenvolvida por Marilda Villela Iamamoto em seus escritos posteriores.

Consideramos bastante pertinentes, nesse sentido, as reflexões de Fraser (2016) em

seu artigo *Contradictions of Capital and Care* [Contradições entre Capital e Cuidado]⁸⁷. Este trabalho da autora nos interessa pelo seu esforço em demarcar e detalhar as formas pelas quais o capitalismo e o Estado a seu serviço trataram de organizar a reprodução social da vida em cada regime específico de acumulação, movimento que não ocorreu sem a mobilização de forças políticas contestadoras.

Logo de início, a autora reforça o papel central do trabalho reprodutivo para a existência de toda e qualquer sociedade. Sem reprodução social, ela diz, sem “as capacidades sociais disponíveis para dar à luz e criar crianças, cuidar de amigos e familiares, manter lares e comunidades mais amplas e, de modo mais amplo, sustentar conexões”, “não poderia haver cultura, qualquer economia, qualquer organização política” (FRASER, 2019 [2016], p. 261-262), embora o que estejamos vivenciando, na atualidade, seja justamente o espraiamento veloz de uma dada conformação capitalista que, contraditoriamente, ataca o trabalho reprodutivo de forma sistemática e sistêmica.

A esse fenômeno muitos autores têm se referido como “crise do cuidado”, em um movimento de teorização que isola o problema das bases materiais organizativas de nossa sociabilidade. Na contramão disso, o que a autora objetiva é demonstrar que não há qualquer espontaneísmo na posição desfavorável em que o trabalho reprodutivo se encontra atualmente, pelo contrário: sua condição desqualificada e rebaixada tem origem na própria organização do modo de produção capitalista e, portanto, independe da forma historicamente assumida pelo mesmo (FRASER, 2019 [2016]).

O que defendo é que toda forma de sociedade capitalista incuba uma “tendência de crise” (**ou contradição**) sociorreprodutiva profundamente arraigada: de um lado, a reprodução social é uma **condição de possibilidade**⁸⁸ da acumulação de capital continuada; de outro, a orientação do capitalismo para a acumulação ilimitada tende a desestabilizar os próprios processos de reprodução social dos quais ele depende (FRASER, 2019 [2016], p. 262-263, grifos nossos).

A contradição entre produção econômica e reprodução da vida, inerente à reprodução ampliada do capitalismo, está no centro das análises elaboradas pelas teóricas da TRS, como

⁸⁷ O artigo em questão já apresenta tradução publicada no Brasil, no ano de 2020, pela revista *Princípios: Revista de Filosofia*, sob o título “Contradições entre Capital e Cuidado”. O tradutor é José Ivan Rodrigues de Sousa Filho (PPGFil/UFSC).

⁸⁸ A autora menciona, ainda, outras condições de possibilidade necessárias à manutenção do capitalismo, como as funções sociais exercidas pelo aparato estatal, processo que será melhor detalhado, e a natureza como fonte inesgotável de insumos e de depósito para os resíduos dos processos de produção (FRASER, 2019 [2016]).

já demonstrado na seção anterior. Não há, para essa perspectiva adotada, trabalho assalariado sem trabalho reprodutivo, seja na sua forma remunerada ou gratuita. Ao inaugurar a dicotomização temporal e espacial das tarefas de cuidado, atrelando a maior parte de sua realização às mulheres no âmbito privado dos lares em troca da baixa ou de nenhuma remuneração, sem mencionar a desvalorização engendrada ideologicamente, as sociedades capitalistas operam o apagamento do prestígio e da importância social que o trabalho feminino de reprodução gozava no período anterior ao processo de industrialização.

(...) nesse mundo novo [capitalista], no qual o dinheiro se tornou um primordial veículo de poder, o fato de ele não ser pago selou a questão: as que desempenham esse trabalho estão estruturalmente subordinadas aos que auferem remunerações em espécie, ao mesmo tempo que o trabalho delas fornece uma precondição necessária para o trabalho remunerado – e ao mesmo tempo que o trabalho delas também se torna saturado de e mistificado por novos ideais domésticos de feminilidade (FRASER, 2019 [2016], p. 265).

Para além da produção e manutenção orgânica dos corpos que detêm a força produtiva de trabalho, as atividades reprodutivas são responsáveis pela educação integradora, principalmente dos novos sujeitos, à ordem cultural e moral vigente. A passagem a seguir resume bem a importância da diversidade dos processos reprodutivos para a reprodução ampliada do capital enquanto totalidade:

O trabalho de dar à luz e socializar as crianças é central para esse processo, assim como cuidar dos idosos, manter lares, construir comunidades e sustentar os sentidos compartilhados, as disposições afetivas e os horizontes de valor que dão suporte à cooperação social. Em sociedades capitalistas, muito dessa atividade, embora não toda ela, prossegue fora do mercado – em lares, bairros, associações da sociedade civil, redes informais e instituições públicas, tais como as escolas; e relativamente pouco dela toma a forma de trabalho remunerado. A atividade socio-reprodutiva não remunerada é necessária para a existência do trabalho remunerado, para a acumulação de mais-valor e para o funcionamento do capitalismo enquanto tal (FRASER, 2019 [2016], p. 264).

Davis (2016, p. 44), embora tomando como contexto histórico de sua análise os Estados Unidos do século XIX, utiliza a palavra “metamorfose” ao tratar das mudanças operadas pela Revolução Industrial na sociedade estadunidense. Ela menciona o fato do sistema fabril apropriar-se das atividades de subsistência que estavam sob a autonomia de mulheres na esfera privada, organização que resguardava a importância social das figuras femininas. Em uma passagem de seu famoso livro *Mulheres, Raça e Classe*, a autora refere-se à vida das mulheres brancas provenientes das classes trabalhadoras do norte do país, num exemplo ilustrativo da dicotomia entre produção e reprodução operada pelo enraizamento do

processo industrial, bem como da ordem de gênero à serviço dos interesses dominantes:

Em 1831, quando a indústria têxtil ainda era o principal setor da nova Revolução Industrial, as mulheres constituíam a maioria do operariado. Nas fábricas de tecidos, espalhadas por toda a Inglaterra, havia 38.927 mulheres operárias e 18.539 homens. **As primeiras jovens operárias [“mill girls”] haviam sido recrutadas nas famílias de agricultores locais.** Em busca de lucro, os proprietários das indústrias apresentavam a vida nas fábricas como um prelúdio atraente e instrutivo para o casamento. Os sistemas Waltham e Lowell⁸⁹ eram retratados como “famílias substitutas”, em que as jovens agricultoras seriam rigorosamente supervisionadas por mulheres mais velhas em um ambiente semelhante ao de uma escola de boas maneiras. Mas qual era a realidade da vida nas fábricas? (...) (DAVIS, 2016, p. 64-65, grifos nossos).

Retomando Fraser (2019 [2016], p. 267), a autora enfatiza que a sociedade capitalista só existe em formas historicamente específicas – em outras palavras: em regimes particulares de acumulação. Partindo dessa premissa, a autora pretende analisar tais formas/regimes a partir das diferentes organizações capitalistas da reprodução social, fruto da correlação de forças em disputa, em especial da luta travada pela classe trabalhadora, a qual, em momentos de crise, realizou verdadeiras “viradas históricas” no campo da reprodução da vida. Segundo a autora, trabalhar com essa perspectiva permitiu a identificação de três regimes de reprodução social ao longo da existência do capitalismo, cada qual com sua configuração institucional e seu conjunto particular de expressões da crise reprodutiva inerente.

O primeiro regime é identificado no capitalismo liberal concorrencial, marcado pela exploração industrial nos países de capitalismo central e, concomitantemente, pela expropriação colonial na periferia, movimentos interdependentes e necessários à reprodução societal capitalista. Diante das condições altamente insalubres de trabalho, incorporando crianças e mulheres ao ritmo desenfreado de trabalho nas fábricas, nessa quadra histórica, os/as trabalhadores/as foram responsabilizados integralmente por sua reprodução social, na medida em que o Estado limitou sua intervenção, diante das expressões da questão social, à *produção* da figura da dona de casa através da ideologia burguesa de separação das esferas produtiva e reprodutiva, renegando às famílias, em especial às suas mulheres, as tarefas de cuidado. Importante mencionar que a saída proposta pelo Estado capitalista nem de longe abarcou os interesses das mulheres racializadas, por exemplo, entre outras minorias políticas

⁸⁹ Segundo Davis (2016), Waltham e Lowell foram sistemas utilizados nas primeiras indústrias têxteis estadunidenses, principalmente na região da Nova Inglaterra. Registros históricos mostram que a principal mão de obra empregada provinha de jovens solteiras, na faixa dos 15 aos 30 anos (mas há relatos da presença de meninas de 10 anos de idade) e advindas de famílias regionais. Essas trabalhadoras eram alocadas nos alojamentos das fábricas, sob a supervisão de uma responsável, e submetidas a regras rígidas de comportamento, além da jornada esgotante de trabalho.

que não contavam com a blindagem material gerada pelo salário de um homem provedor. Entre as próprias famílias brancas da classe trabalhadora e da classe média, tal regime reprodutivo se mostrou insustentável, reflexos dessa insatisfação foram a organização dos trabalhadores/as em sindicatos e partidos políticos de esquerda e a luta das mulheres contra os valores burgueses vitorianos que sufocavam as possibilidades de autonomia política e econômica (FRASER, (2019 [2016])).

O segundo regime, ainda segundo Fraser (2019 [2016]), ganha materialidade no capitalismo administrado pelo Estado, no século XX, após a segunda grande guerra, segundo a mesma autora. Para ela, suas principais bases são a produção industrial em grande escala (Fordismo) e o incentivo ao consumo, além da permanência das expropriações colonial e pós-colonial nas periferias do mundo, necessárias ao funcionamento da ordem capitalista no centro. Nesse momento, a reprodução social foi cooptada pelo estado capitalista (Estados de Bem-Estar Social) com objetivos neutralizadores sobre a mobilização trabalhista e sobre a tendência de crise intrínseca ao sistema, questões que interessavam economicamente à burguesia. Assim, as relações capitalistas penetraram por completo a sociabilidade das classes trabalhadoras a partir da captura de suas necessidades reprodutivas pelo Estado, o qual buscava moldar as subjetividades da força de trabalho a um perfil *ajustado* ao meio. O lar renasce como destino final, através do consumo familiar, dos produtos produzidos na linha de montagem fordista: para a autora, esse regime reprodutivo opera uma síntese entre mercadorização e proteção social, além de reforçar a autoridade masculina. A reprodução social privatizada, em suma, foi o preço pago pela classe trabalhadora ao frear a exploração até então ilimitada sobre a vida. É preciso ressaltar, novamente, que estavam excluídos do pacto social-democrata trabalhadores/as domésticos, camponeses/as e racializados/as – no caso estadunidense, para citar o exemplo oferecido pela autora, as mulheres negras recém libertas da escravidão, em sua maioria, encontraram no trabalho reprodutivo mal remunerado no interior das famílias brancas a sua única via de subsistência. Nos países do Sul Global, numa conjuntura pós-colonial e na condição de dependência, os recursos nacionais que poderiam ter sido destinados a investimentos no regime interno de reprodução social da classe trabalhadora, foram, na verdade, destinados para fins desenvolvimentistas impostos pelos países de capitalismo central, processo que está na base da institucionalização do Serviço Social brasileiro, como foi brevemente mencionado na seção inicial nesse primeiro momento.

Do ponto de vista político, a social-democracia começa a ruir, nos anos de 1960, como resultado de uma nova onda de mobilizações à esquerda questionadoras da política imperialista e das hierarquias de gênero e raça; da perspectiva econômica, é nos anos de 1970

que as taxas de lucro apresentam tendência de queda, impulsionando a emergência “do capitalismo financeirizado do tempo presente. Globalizador e neoliberal (...)” (FRASER, (2019 [2016], p. 277).

A tônica do regime de acumulação neoliberal, configuração político-econômica operante na atualidade, é a redução dos investimentos do poder público no bem-estar social e o recrutamento em massa das mulheres para a venda de sua força de trabalho. Portanto, o cenário reprodutivo contemporâneo – e aqui é importante frisar que Fraser (2020) tem como foco o centro do capitalismo mundial, apesar de menção constante aos impactos desse regime no Sul Global e de seu compromisso com a dimensão racial-generificada dos processos em curso – é marcado pela absorção, por parte do mercado de trabalho, das figuras historicamente forjadas como responsáveis pelo trabalho de cuidado, as mulheres, ao mesmo tempo em que são mitigadas as capacidades das famílias e comunidades de assumir o trabalho de reprodução da vida.

O resultado é uma organização nova, dualizada, da reprodução social, mercadorizada para quem pode pagar para dela usufruir e privatizada para quem não o pode, tendo em conta que alguns da segunda categoria proveem os da primeira com trabalho de cuidado em troca de (baixas) remunerações. Enquanto isso, a dupla bordoadada desferida pela crítica feminista e pela desindustrialização despojou, definitivamente, o “salário com que se consegue manter uma família” de toda credibilidade. Esse ideal deu lugar à norma hodierna da “família de dois ganhadores de dinheiro” (FRASER, 2019 [2016], p. 277, grifos nossos)

A autora menciona o papel central desempenhado pela endividamento nesse processo, espinha dorsal do capital financeiro. É ela o mecanismo responsável por pressionar os Estados na execução da austeridade fiscal sobre suas políticas sociais e o objetivo final por trás da oferta de crédito fácil a juros abusivos, em especial aos segmentos da população mais atingidos nas suas formas de subsistência. Merece destaque, como a própria autora menciona, a relação entre o endividamento e a crescente despossessão entre os povos originários do Sul Global, capturados pelo empresariado dos setores de energia que objetivam dominar, em troca de empréstimos a juros exorbitantes, terras, minérios e corpos d’água.

Fraser (2019 [2016], p. 278) cita o aumento da “**economia de bicos**” ao tratar da crescente precarização do trabalho no **centro do capitalismo**, na medida em que o setor de serviços com baixa remuneração passa a ser a instância produtiva de maior absorção da força de trabalho em detrimento do trabalho industrial sindicalizado. Irrompe, nesse cenário, um desequilíbrio entre o valor das remunerações e o custo de reprodução da vida, socialmente

determinado.

Destacamos, neste ponto, as reflexões de Abílio, Amorim e Grohmann (2021). Os autores, em suas pesquisas sobre a uberização e a plataformização⁹⁰ do trabalho no Brasil, chamam atenção para o uso de categorias de análise, sobre o mundo do trabalho, que desconsideram o fato de que processos de precarização, degradação e flexibilização são fenômenos **historicamente constitutivos** do mercado de trabalho na periferia do mundo – o próprio termo “economia de bicos”, *gig economy* em inglês, utilizado por Fraser (2019 [2016], p. 278), remete ao alastramento de uma dada relação de trabalho precarizada no centro do capitalismo que, em termos de economia nacional, não se apresenta como novidade:

(...) o trabalhador periférico percorre diferentes atividades: por exemplo, ser metalúrgico, feirante, contador, ascensorista, para então trabalhar em uma cooperativa de marmitex fruto de um programa social de geração de emprego e renda (Abílio, 2005). Ser vendedor ambulante e motoboy ao mesmo tempo. Ser vigia, segurança, repositor em supermercado, técnico em telefonia para então virar entregador por aplicativo (Abílio, 2021). **Trajetórias que exprimem modos de vida periféricos, feitos por esse constante aproveitar e gerenciar oportunidades quando muito pouco está garantido** (ABÍLIO, AMORIM e GROHMANN, 2021, p. 42)

Posto isto, os autores defendem a ideia de que, nas conformações sociais de capitalismo central, o que vem ocorrendo é justamente a generalização de processos de precarização e informalidade, nas relações de trabalho, tipicamente periféricos⁹¹, embora essa tese não seja simples – “de alguma forma [ela] nos aproxima e ao mesmo tempo nos afasta – já que os contextos sociais, políticos e econômicos são sempre distintos – dos países do Norte” (ABÍLIO, AMORIM e GROHMANN, 2021, p. 31).

⁹⁰ O termo “plataformização”, para os autores, representa o “(...) **processo de dependência de plataformas digitais para execução de atividades de trabalho**, e as implicações disso em distintas dimensões, tais como processos de extração de valor (Sadowski, 2019, 2020), mudanças no controle e organização do trabalho com dataficação e gerenciamento algorítmico (Moore; Woodcock, 2021; Crawford, 2021), o papel de materialidades e infraestruturas das plataformas (data centers, cabos submarinos) (Plantin; Punathambekar, 2019), e as plataformas de vigilância sobre trabalhadores (Manokha, 2020). Envolve, também, compreender as condições de trabalho subordinadas por meio das mais distintas plataformas – por diversos setores e tipos de plataformas. Isso pode ser considerado um olhar mais detido nas relações entre plataformas digitais – enquanto empresas, tecnologias, infraestruturas e mecanismos – e trabalho/trabalhadores, sem ser dualista ou determinista. **Enquanto isso, a uberização pode ser considerada um processo mais amplo, para além das plataformas digitais, inclusive historicamente – enquanto processo de informalização e consolidação do trabalhador sob demanda** (Abílio, 2020a)” (ABÍLIO, AMORIM e GROHMANN, 2021, p. 36, grifos nossos).

⁹¹ “Nesse sentido, ao partir da periferia, somos forçados a interrogar: como tratar o processo de informalização quando a informalidade é regra?” (*ibid.*, p. 31).

Interessa-nos demarcar, a partir do trabalho dos autores, a conexão intrínseca (e a dependência mútua) entre os âmbitos produtivo e reprodutivo – localizando as determinações que incidem, atualmente, sobre o trabalho profissional.

Dessa forma, destacamos que a uberização e a plataformização, processos através dos quais vem se transformando o mundo do trabalho como estratégia de recomposição do padrão de acumulação capitalista⁹², ao se estabelecerem na dinâmica social brasileira, reatualizam e aprofundam a informalidade, o trabalho desprotegido e o desemprego históricos por serem acompanhadas, politicamente, de mudanças no que se refere à perda de “formas estáveis, contratualmente estabelecidas, socialmente acordadas sobre as regras que regem o trabalho”⁹³. As Tecnologias da Informação (TICs), nesse sentido, através dos algoritmos, intensificam a extração de mais-valia ao radicalizar os ritmos do trabalho e ao diluir a demarcação dos espaços geográficos em que ele ocorre e os processos nele envolvidos. Estrutura-se, como apontam os autores, um novo perfil de trabalhador/a

que se fundamenta nas práticas da autotaylorização, do autogerenciamento, do autocontrole, da autoeficiência, da autoeficácia, de **responsabilização individual** por sua qualificação profissional, por sua remuneração e, também, por sua **saúde, moradia e aposentadoria**. (...) Pode-se afirmar que nessas décadas de flexibilização do trabalho e políticas neoliberais, o trabalhador vai se tornando **solitariamente responsável pela gestão de sua própria reprodução social** (Abílio, 2020a), ao mesmo tempo em que se aprimoram os meios técnico-políticos para o uso eficiente e informalizado da força de trabalho. As garantias e limites socialmente estabelecidos e

⁹² A estratégia de recomposição mencionada é uma reação capitalista “(...) ao movimento estrutural de superprodução de mercadorias e subconsumo, centralização e superacumulação de capitais, aumento do poder dos monopólios e financeirização da economia. (...) O domínio do capital financeiro e o impacto das biotecnologias sob o manto da maximização do lucro resultaram, desde o final da década de 1970, num movimento crescente de aquisições e fusões em larga escala, transformando a geografia histórica do capitalismo (Harvey, 2011), que se agrava com a crise econômica mundial de 2008/2009. Gigantescos oligopólios transnacionais controlam a produção de alimentos, sementes, fertilizantes, agrotóxicos, mas também a de produtos farmacêuticos, dos derivados do petróleo e da produção vinculada ao desenvolvimento de biotecnologias e sistemas informacionais (WALLACE, 2020 *apud* RAICHELIS, 2022, p. 34, grifos nossos).

⁹³ “Tal quadro sofre o impacto das múltiplas formas de flexibilização dos vínculos contratuais, impulsionadas pela contrarreforma trabalhista de 2017, como observado e, ainda pela Emenda Constitucional (EC) 95 de 2016, que estabeleceu teto para os gastos sociais públicos com as despesas primárias por 20 anos (exceto para despesas obrigatórias e pagamento de juros e amortizações da dívida pública), servindo de justificativa para o arrocho salarial de trabalhadoras/es do Estado e para o desfinanciamento das políticas sociais. Tudo isso acrescido da contrarreforma administrativa, em tramitação na Câmara Federal, por meio da PEC 32/2020, que prevê, entre outros retrocessos, o fim do regime jurídico único dos servidores, a extinção da estabilidade, a possibilidade de redução da jornada e de salários, a declaração de desnecessidade ou obsolescência do cargo, entre outras medidas destrutivas do aparelho do Estado (...)” (CFESS, 2022, p. 107).

regulados, que operam na determinação do tempo de trabalho, do salário, da saúde e segurança, vão cedendo espaço a uma **gestão individualizada da sobrevivência**, que hoje aparece como o **empreendedorismo de si**. (...) Trata-se de um trânsito permanente, para o qual não há nem mesmo uma construção de dados que o expresse. **Esse trânsito envolve um engajamento de si, num constante aproveitar de acessos e oportunidades que se abrem na relação com o Estado, nas redes de sociabilidade locais, na igreja, nos empreendimentos familiares, nos circuitos ilegais** (ABÍLIO, AMORIM e GROHMANN, 2021, p. 41)

Ressaltam os autores que o *autogerenciamento subordinado*⁹⁴ é um processo que antecede a criação das plataformas, já que ele está no centro dos arranjos políticos neoliberais e, como foi mencionado, é um elemento estruturante da vida no capitalismo periférico. O *gerenciamento de si* pressupõe o apoio estatal mínimo, por vezes inexistente, à reprodução da subsistência, conformando um **regime reprodutivo** que garanta a **radicalização da subordinação do trabalho** ao capital.

De que forma se materializa o cenário exposto, no cotidiano contemporâneo do trabalho profissional, tendo em vista a nossa inserção histórica no âmbito que reproduz, justamente, a força de trabalho necessária aos interesses capitalistas?

O tripé terceirização⁹⁵, flexibilização⁹⁶ e precarização, expressões da nova morfologia do trabalho, encontrou nas TICs - Tecnologias da Informação e Comunicação⁹⁷ (e, mais

⁹⁴ “(...) pois é transferido para o trabalhador um gerenciamento de si, que se faz na relação com regras que se informalizaram, e que regem ferrenhamente o trabalho” (ABÍLIO, AMORIM e GROHMANN, 2021, p. 42)

⁹⁵ Raichelis (2020 *apud* Marcelino, 2015, p. 113, grifos nossos) traz os seguintes apontamentos: “(...) no Brasil, a terceirização, ou seja, a interposição de uma outra empresa na contratação de trabalhadores/as, se transformou no mais importante recurso estratégico para a redução dos custos do trabalho e, portanto, poderosa alavanca de recomposição das taxas de lucro. Ao mesmo tempo, pela externalização dos conflitos trabalhistas, a terceirização atua também como poderoso instrumento de desarticulação política dos/as trabalhadores/as”. O fato de se dar nos serviços de responsabilidade do Estado não altera as características estruturais acima, a autora também afirma, “pois, mesmo que não ocorra um lucro imediato, há uma economia de gastos com a força de trabalho, que é drenada para outros fins que não a ampliação do fundo público para melhoria da qualidade da prestação de serviços públicos à população” (RAICHELIS, 2020, p. 24). O trabalho de assistentes sociais, exercido sob essa lógica, sofre modificações em sua forma e conteúdo, já que passa a prevalecer a mercantilização e a financeirização dos direitos sociais sobre a perspectiva da luta popular por sua universalização (IAMAMOTO, 2015).

⁹⁶ A “pejotização” dos/as profissionais é um exemplo da flexibilização em curso, trazendo como consequências a desregulamentação dos contratos de trabalho e a perda de direitos trabalhistas; a contratação de assistentes sociais sob cargos genéricos também se enquadra no fenômeno da flexibilização, sendo mais uma das muitas formas de driblar as garantias sociais da legislação que protege o trabalho (RAICHELIS, 2022).

⁹⁷ Raichelis (2022) faz importante ressalva: é preciso considerar as TICs em sua dimensão contraditória. Se elas contribuem para subsumir a dimensão criativa e pedagógica do trabalho

recentemente, na conjuntura pandêmica⁹⁸), impulsos objetivos para avançar sobre todos os setores, inclusive sobre a categoria profissional, diversificando suas formas de contratação, organização e seus processos de trabalho.

O que era residual e embrionário, como o trabalho remoto ou o teletrabalho, generalizou-se no contexto da pandemia, quadro que não é possível naturalizar. São dinâmicas que exigem acompanhamento crítico, pois certamente muitas dessas modalidades de trabalho, adotadas na situação de excepcionalidade, tendem a permanecer mesmo após a pandemia, como podemos constatar atualmente por ocasião do retorno ao trabalho presencial combinado com formas remotas de trabalho e de ensino, configurando-se a assim chamada modalidade híbrida no que se refere ao uso das TICs (RAICHELIS, 2022, p. 45, grifos nossos).

Além disso, a ideologia gerencialista, imposta pelas políticas ultraneoliberais facilitadas pelas TICs, submete processos e dinâmicas a metas a serem alcançadas. Nesse sentido, ressalta Raichelis (2020), atribuições e competências profissionais são ameaçadas pela crescente rotinização das atividades, a padronização dos processos de trabalho, a normatização das tarefas e atividades, a produção manualesca, a quantificação de intervenções (através de preenchimento massivo de planilhas e formulários), o controle sobre os benefícios e a vida das pessoas atendidas, o registro de bases de dados sem posterior análise qualitativa que venha a aprofundar conhecimentos sobre a população referenciada, sem contar o adoecimento gerado pela impotência de não conseguir oferecer respostas mínimas às demandas que se acumulam na mesa de trabalho.

Ainda, os dispositivos digitais e informacionais, que já eram parte do cotidiano de trabalho de muitos/as profissionais, ganham a cena durante a pandemia, assim como o trabalho remoto e híbrido, e operam a indiferenciação que acompanha essas modalidades de trabalho em relação aos tempos destinados ao empregador e à vida pessoal⁹⁹.

profissional aos ditames da produtividade, do controle e da redução de investimentos no trabalho, entre outras finalidades classistas, elas também guardam potencial de qualificar e facilitar os registros, as atividades de pesquisa, a coleta, sistematização e estudo dos dados, por exemplo, além da aproximação com a população atendida.

⁹⁸ Referência à pandemia de Covid-19 iniciada em 2020.

⁹⁹ Raichelis (2022) menciona que a reforma trabalhista de 2017, a “contrarreforma” trabalhista, inaugurou na CLT a possibilidade de realização de trabalho remoto por tempo determinado ou indeterminado, sob a especificidade de que ele deve ser realizado fora do espaço físico da empresa e com apoio tecnológico sem, contudo, explicitar a duração da jornada de trabalho e a parte responsável pela compra e manutenção dos equipamentos tecnológicos, assim como pela infraestrutura necessária e pelo estabelecimento de trabalho preventivo contra doenças e acidentes relacionados à atividade laboral. “O que se pode concluir”, a autora acrescenta, “é que todos esses itens terão de ser negociados entre empregadores e trabalhadores (prevalecendo “o negociado sobre o legislado”), em um contexto

Dessa forma, a mesma autora supracitada, apoiada no pensamento marxiano, reitera que as inovações tecnológicas e científicas têm como objetivo ampliar a produtividade do trabalho a partir do aumento do capital constante e da redução do capital variável¹⁰⁰, esforço concebido por meio da introdução, em larga escala, do sistema maquínico-digital-informacional e da conseqüente redução de trabalhadores/as envolvidos/as no processo produtivo, forçados/as a compor (e a diversificar cada vez mais) o exército industrial de reserva. O avanço da automatização e da digitalização das cadeias produtivas globais está, portanto, diretamente vinculado à “reedição de formas de trabalho análogas à escravidão e à devastação do trabalho e dos direitos dele derivados, bem como desarticulando sindicatos e formas de associação e representação coletivas¹⁰¹” (RAICHELIS, 2022, p. 34).

As tendências apontadas contam, ainda, com o agravante da polivalência e da rotatividade de funções, características da nova morfologia do trabalho. Segundo a autora, essas expressões contribuem para a diluição das particularidades profissionais no interior de atividades simplificadas e comuns a um grupo de trabalhadores/as.

Em suma, chama atenção Raichelis (2020, p. 16; 2022), os desafios postos ao trabalho profissional contemporâneo vêm gerando ameaças à execução das atribuições e competências profissionais, **com conseqüências diretas na autonomia relativa**¹⁰². Em outras palavras: as imposições do capital, e do Estado a serviço da acumulação capitalista, na quadra histórica presente, **colocam em risco justamente as prerrogativas que caracterizam o trabalho**

de fragilidade sindical e da organização coletiva das/os trabalhadoras/os, tanto do setor privado quanto do setor público” (p. 46).

¹⁰⁰ Para Marx (2017), capital constante é o capital investido em maquinário e em matérias primas, por exemplo, elementos imprescindíveis à produção, mas que não guardam potencial de alterar a grandeza do valor. Capital variável, por sua vez, é a parte do capital constituída de força de trabalho, a mercadoria especial do capitalismo por sua capacidade de reproduzir seu próprio valor e ainda gerar valor excedente.

¹⁰¹ Apesar de estar em nota de rodapé, o comentário a seguir traz elementos centrais ao entendimento da natureza multifacetada e da gravidade da crise capitalista na atualidade: Raichelis (2022, p. 34) ressalta que não são poucos os/as estudiosos/as que evidenciam os nexos entre o agronegócio, pilar econômico baseado na exploração e expropriação massiva de força de trabalho e de recursos naturais, elemento estrutural da economia de muitos países do Sul Global, como o Brasil, “e padrões produtivos e de consumo impostos pelo capitalismo predatório neoliberal e sua racionalidade fundada no imperativo categórico da ordem do mercado concorrencial”.

¹⁰² Considerar a autonomia como relativa – nem absoluta, nem nula – é reconhecê-la, antes de tudo, como existente. Ainda que caiba ao empregador a organização dos processos de trabalho, distribuindo e redistribuindo as funções profissionais segundo seus interesses e finalidades, é por essa mesma via que o/a assistente social, recorrendo ao seu acúmulo teórico-metodológico, técnico-operativo e ético-político, pode transcender, em algum nível, os limites institucionalmente impostos no sentido dos interesses dos/as usuários/as.

profissional como liberal e que estão na base da efetivação de um trabalho social qualificado, intelectual e complexo, preenchido de conteúdos políticos, capaz de executar propostas criativas, alternativas ao instituído e na direção do projeto ético-político, com força e embasamento legal, portanto, para “negociar com os contratantes institucionais, privados ou estatais, suas atribuições e prerrogativas profissionais, os objetos sobre os quais recai sua atividade profissional e seus próprios direitos como trabalhador/a assalariado/a”.

Quanto mais rotineiras e padronizadas as tarefas desempenhadas por assistentes sociais nos espaços ocupacionais em que se inserem, mais facilmente poderão ser substituídas por sistemas informatizados conduzidos por pessoal treinado, com menor nível de qualificação e salários mais baixos. rebatimentos nos conteúdos, significados e organização do trabalho, que, nesses casos, passam a suprimir aquilo que é parte da natureza do trabalho de assistentes sociais, ou seja, a relação direta, dialógica e político-pedagógica com os sujeitos para os quais presta serviços profissionais (RAICHELIS, 2022, p. 54-55).

Se a autonomia relativa, instância velada de possibilidades de trabalho inscrita no real e que ganha forma a partir da identificação dos rebatimentos da condição de assalariamento, é posta em xeque, **está diretamente em risco o caminho de resistência profissional à subsunção real do trabalho ao capital.**

CONCLUSÃO

Ao final do percurso analítico desenvolvido, convém retomar os objetivos desta dissertação, a qual buscou perscrutar (no sentido de examinar com rigor, conhecer, penetrar nos meandros) as contribuições da Teoria da Reprodução Social (TRS) à análise do trabalho de assistentes sociais e problematizar o significado do trabalho profissional de assistentes sociais no âmbito da reprodução da força de trabalho – e das condições de sobrevivência da classe trabalhadora, à luz da TRS.

Tendo em vista que a perspectiva em questão integra a esteira do pensamento feminista-marxista – e que as suas elaborações contemporâneas buscam oxigenar o pensamento de Marx, inclusive com o objetivo de superar os limites presentes na obra referencial de Lise Vogel –, recuperou-se o encontro da profissão com a teoria social do pensador alemão, no início do processo de intenção de ruptura com o conservadorismo, demarcando sua natureza incipiente pela relação ideologizada, economicista e simplificadora travada com suas ideias naquele momento histórico.

Como visto, no pós-1964, período em que se inicia a renovação das bases conservadoras do Serviço Social brasileiro, as ideias de Marx circulavam na ilegalidade e chegavam pela via da militância político-partidária, atravessadas pela leitura estruturalista *althusseriana* que contaminava o marxismo com interpretações positivistas.

Pontuou-se que este atravessamento transcendeu o Movimento de Reconceitualização latinoamericano do Serviço Social, inclusive em sua processualidade brasileira. Em síntese, os desvios na obra marxiana são inaugurados na II Internacional, entre o final do século XIX e início do século XX. São, portanto, posteriores ao falecimento de Marx. Buscou-se demonstrar, ainda, que os mesmos desvios alcançaram a obra *Marxismo e a opressão às mulheres: rumo a uma teoria unitária*, de Lise Vogel, escrita na mesma época em que se processava o referido Movimento latinoamericano na profissão.

Buscou-se sinalizar os efeitos prático-políticos, para a profissão, da incorporação de um horizonte teórico forjado por uma concepção reducionista de marxismo: foram mencionados a supervalorização das determinações econômicas, apartadas do movimento da história, e a conseqüente desconexão, da teoria-método marxianos, da sua finalidade revolucionária.

Nesse sentido, pode-se pensar que a profissão logrou êxito em romper, politicamente, com a visão tradicionalista de mundo, permitindo ao Serviço Social posicionar-se ao lado da

classe trabalhadora, contudo, a dimensão teórico-metodológica permaneceu frágil, suscetível ao retorno do conservadorismo e a *outras invasões* – como a pós-moderna (OLIVEIRA, 2021).

As décadas de 1980 e 1990 marcam o adensamento do referencial marxiano no campo teórico-político e na prática profissional. Destacou-se, nesse sentido, a categoria marxiana de **mediação** na análise pioneira de Yamamoto e Carvalho (2014), em que a profissão passa a ser apreendida no campo das relações entre as classes sociais, assim como a categoria de **totalidade social**, na medida em que a profissão passa a ser localizada enquanto partícipe da reprodução ampliada do capitalismo.

Ainda, o adensamento do referencial marxiano possibilitou à profissão a elaboração de seu projeto profissional de natureza histórico-crítica, comprometido com o combate à exploração e às opressões, bem como com a construção de uma ordem societária pautada pela liberdade e autonomia plenas dos sujeitos. Para tanto, as pesquisas de Vitorio (2019) e Oliveira (2021) serviram à ilustração da aproximação, ainda que tardia, da profissão, com os debates sobre as opressões.

Todavia, com base na pesquisa de Oliveira (2021), evidenciou-se a dificuldade ainda presente em consolidar, na profissão, uma fundamentação teórica de base marxiana/marxista que apreenda as relações generificadas e racializadas do capitalismo de forma integrada.

Na perspectiva de contribuir com avanços neste processo, apresentamos, por meio das reflexões em torno da ontologia integrativa, afinada com as elaborações contemporâneas da TRS, uma proposta crítica de análise da realidade social enquanto *experiência de estar no mundo*, **entendendo que esta se dá de forma unitária e sincronizada, por meio de uma multiplicidade de relações sociais e formas culturais.**

Além disso, conferimos visibilidade analítica à centralidade da categoria de **reprodução da força de trabalho** nas análises teóricas e pontuamos que esse reposicionamento pode inaugurar, justamente, um caminho teórico-metodológico que busca apreender a integralidade do ser social, isto é, a realidade social enquanto uma totalidade dialética de relações que permanecem vivas.

Para ilustrar a concepção marxiana de *concreto* enquanto *relações sociais* que são, ao mesmo tempo, **práticas-objetivas** e **formas de consciência**, lançamos mão da pesquisa de Ferreira (2010), cujos achados permitem observar a **relação histórica da profissão com a reprodução da força de trabalho** e ainda evidenciam que as intervenções profissionais tradicionalistas, na quadra histórica estudada, operavam a reprodução da força de trabalho a

partir de uma **prática** constituída *por* e constituinte *de* uma **cultura** generificada e racializada a serviço do *status quo*.

Tais reflexões levantadas, a partir da autora, vão ao encontro do esforço unitário de pautar a inexistência de uma lógica autônoma entre as opressões, tendo em vista que, como demonstra a pesquisa referida, as intervenções racistas e favorecedoras da dominação masculina desdobram-se em conexão estrutural com a necessidade capitalista de garantir que a força de trabalho, sua mercadoria especial, seja **reproduzida** para fins de exploração – e não da vida.

O avanço teórico-metodológico almejado, a partir da centralidade da força de trabalho, pode se concretizar, justamente, na possibilidade de romper com posturas analíticas fragmentadas que hierarquizam certas relações em detrimento de outras, mesmo que, do ponto de vista político, esteja garantido o posicionamento *crítico*, com todas as ambiguidades que esse termo envolve por não ser auto-explicativo e estar em disputa, já que pode servir a projetos societários distintos e, por vezes, antagônicos.

Ainda, a centralidade da reprodução da força de trabalho permite o entendimento de que o capitalismo é um sistema em crise reprodutiva permanentemente atualizada. Buscou-se evidenciar, nessa direção, a conexão intrínseca (e a dependência mútua) entre os âmbitos produtivo e reprodutivo a partir da localização das determinações da esfera macro que incidem, no tempo presente, sobre o trabalho profissional, de forma a reforçar e aprofundar os caminhos abertos pela tese de Iamamoto e Carvalho (2014) – obra que marcou a maioria intelectual do processo de intenção de ruptura e pavimentou a construção do projeto ético-político hegemônico no Serviço Social brasileiro.

Em outras palavras: enfatizou-se a conexão estruturante entre os processos de trabalho profissional, ligados à reprodução da vida da classe trabalhadora, e as determinações capitalistas, traduzidas pelo mercado e pelo Estado a seu serviço, no que diz respeito à manutenção de uma dada forma de vida que melhor atende aos interesses do capital.

Observa-se, assim, que a produção (de bens e serviços) e a produção da existência humana são faces da mesma processualidade capitalista, como nos lembra Bhattacharya (2019) ao discutir a tese central da perspectiva que entra para a história do feminismo-marxista como Teoria da Reprodução Social (TRS). E a mesma autora continua: “se a economia formal é o local de produção de bens e serviços, as pessoas que produzem tais coisas são, elas mesmas, produzidas fora do âmbito da economia formal a um custo bem baixo para o capital” (p. 103).

Disto apreende-se, ainda, que não só as pessoas economicamente produtivas são reproduzidas pelo trabalho gratuito operado no interior dos domicílios, mas sobretudo aquelas ausentes do âmbito formal da economia por idade avançada, dificuldades de saúde física e/ou mental e aquelas que precisam ser educadas para integrar a classe trabalhadora do futuro, isto é, as próximas gerações de trabalhadores/as.

Estamos tratando, portanto, de um sistema que deve conjugar, para sua perpetuação, ambas as esferas – “mudanças em uma esfera, então, reverberam na outra. Salários baixos e cortes neoliberais no trabalho podem produzir despejos e violência doméstica no lar” (BHATTACHARYA, 2019, p. 104).

Como foi possível observar através de Fraser (2016, [2019]), a principal tônica do regime reprodutivo que acompanha (e garante as condições de possibilidade) da acumulação neoliberal, vigente no tempo presente, é a redução dos investimentos do poder público na provisão social, movimento que implica na escalada do processo de responsabilização das famílias e comunidades, na figura histórica das mulheres, pelo trabalho de reprodução da vida ao mesmo tempo em que se observa a maior participação do mercado na regulação da vida social.

Em síntese, sob este contexto político-econômico, assistimos, no caso brasileiro, mas também a nível mundial, ao desmonte da dimensão social do Estado que, na década de 1980, mais precisamente em 1988 como resultado das intensas e múltiplas lutas da classe trabalhadora, travou “ao menos a **promessa** de afirmação e extensão dos direitos sociais em nosso país, em consonância com as transformações sociopolíticas e o agravamento da crise social que exigiam respostas públicas do Estado” (RAICHELIS e VICENTE, 2020a, p. 59, grifos nossos).

Explicita-se, por conseguinte, que a menor participação do poder público nos processos garantidores da força de trabalho guarda relação intrínseca com a maior parcela de trabalho gratuito, generificado e racializado, destinado à reprodução da vida da classe trabalhadora¹⁰³. Tal estado de coisas vem forjando limites e impondo novos desafios aos/às assistentes sociais, cuja mediação fundamental do trabalho são as políticas sociais – *focalizadas no alívio da pobreza extrema*.

¹⁰³ Sobre este ponto, sugerimos a leitura da premiada tese de doutorado de Ferreira (2017), trabalho que trata justamente da apropriação do tempo das mulheres da classe trabalhadora pelo Estado capitalista, na particularidade da precarização da política de saúde da cidade de Recife. A pesquisadora conclui que o Estado, nas economias capitalistas dependentes, captura o tempo das mulheres e suas práticas como condição estruturante de seu *modus operandi*, garantindo a reprodução ampliada do sistema.

Porém, os limites e desafios não se esgotam no aumento e na complexidade das demandas trazidas pela população usuária dos serviços e programas, também afetam as formas de contratação, organização e os processos de trabalho da categoria profissional, submetida à nova morfologia do trabalho facilitada pelas TICs e à ideologia gerencialista da lógica ultraneoliberal, como objetivou-se demonstrar na última seção desta dissertação. E, em última instância, afetam os conteúdos e significados do trabalho, bem como a direção social estratégica do projeto profissional.

Ao considerar os impactos sociais da retração do poder público na reprodução da vida da classe trabalhadora, ao mesmo tempo em que se identificam os impactos da materialização do regime reprodutivo em questão no cotidiano de trabalho de assistentes sociais, nota-se que a separação do âmbito reprodutivo (esfera privada) e do produtivo (esfera pública) não sobrevive ao esforço analítico que pretende alcançar a essência dos fenômenos, como nos ensinou Marx por meio de sua teoria-método e como vêm defendendo autores/as contemporâneos/as da TRS.

Dessa forma, em suma, quais lições teórico-metodológicas e políticas a categoria profissional pode apreender dos argumentos desenvolvidos pela TRS?

i) em primeiro lugar, a reafirmação de que nossas condições de trabalho dependem do aprofundamento das conquistas democráticas da sociedade brasileira, isto é, do avanço da universalização de direitos que figurava no horizonte político, em especial a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988. Depende, em última instância, da implicação cada vez mais ampla e efetiva do Estado e do fundo público na reprodução da vida da classe trabalhadora em toda a sua diversidade. Acreditamos, portanto, que o ganho teórico e político reside no aprofundamento da apreensão da natureza profissional nos marcos do processo contraditório de reprodução das classes sociais, trilha aberta por Iamamoto e Carvalho (2014), no âmbito da virada crítica da profissão no Brasil.

Corroborando, com nossa reflexão, Netto (2015), segundo o qual a continuidade do processo de intenção de ruptura, em constante luta para manter-se hegemônico perante os demais projetos de profissão em disputa,

está hipotecado ao alargamento e ao aprofundamento da democracia na sociedade e no Estado brasileiros – pelos seus enlaces teórico-culturais e pelos seus compromissos cívico-políticos, a perspectiva de intenção de ruptura depende, mais que as outras tendências (...), de um clima de **liberdades democráticas** para avançar no seu processamento (p. 317, grifos nossos).

ii) do reconhecimento, como central, do fato de que a classe trabalhadora trabalha para além do seu local de trabalho – e de que o regime reprodutivo atualmente em vigência vem intensificando a carga de trabalho reprodutivo realizado gratuitamente nos domicílios – pode-se pensar no valor político das lutas travadas na esfera reprodutiva, isto é, passam a ser consideradas lutas de teor revolucionário aquelas que demandam, do Estado capitalista, a abertura de creches, a presença de mais profissionais da saúde na atenção básica dos bairros periféricos, a implementação de água encanada, sistema de luz e infraestrutura de saneamento básico nas comunidades, entre outras pautas que, apenas na aparência, escondem suas conexões com a manutenção dos lucros capitalistas – reiterando: mudanças em uma esfera reverberam nas demais... Ainda, passa-se a considerar politicamente, enquanto parte da classe com potencial revolucionário, toda e qualquer pessoa que necessita (já necessitou ou necessitará) vender sua força de trabalho para sobreviver. Espera-se enterrar, de vez, o estereótipo de trabalhador do século XIX que ainda insiste em habitar o imaginário marxista: homem branco, de macacão e chave inglesa (BHATTACHARYA, 2019, p. 105).

Entendemos como extremamente relevante a contribuição acima, na medida em que assistentes sociais, historicamente em seus espaços de trabalho, vêm travando relações, em sua maioria, com os segmentos da população marginalizados dos processos de trabalho protegidos, como demonstra, por exemplo, a pesquisa de Ferreira (2010) sobre a presença da população negra na gênese do Serviço Social, mobilizada ao longo desta dissertação. Corroboramos para esta afirmação, a qual merece aprofundamento em pesquisas futuras, inclusive as considerações de Abílio, Amorim e Grohmann (2021) sobre o fato de que processos de precarização, degradação e flexibilização são fenômenos **historicamente constitutivos** do mercado de trabalho na periferia do mundo.

Queremos com isso dizer que serve ao projeto ético-político hegemônico da profissão, em especial ao seu compromisso com a construção de uma nova ordem social, uma abordagem sobre a composição da classe trabalhadora que, ao evitar fragmentações que enfraquecem a força política, reconheça seus desafios atuais de sobrevivência, em toda a sua multiplicidade, assim como as diferentes formas de resistência forjadas historicamente: a classe trabalhadora não existe em abstrato.

O enraizamento do processo de ruptura com o conservadorismo na atualidade, ou melhor, a adesão qualificada ao projeto ético-político, tal como se deu o seu florescimento a partir da sintonia com as lutas políticas no período de redemocratização brasileira, depende da consonância com as **demandas reais** da classe trabalhadora. Nesse ponto, encontra eco no Serviço Social o esforço da TRS em levar em consideração as subjetividades e as experiências

desiguais, da classe trabalhadora, **ao focar nos múltiplos processos reprodutivos que desumanamente a forjam**, como também buscamos tratar nesta dissertação.

Acrescentamos, também, a urgência de nos auto-reconhecemos enquanto parte da classe trabalhadora marcada por processos diferenciados (e rebaixados) de reprodução da vida a partir das relações de opressão, base da heterogeneidade das relações de trabalho precarizadas que vêm se impondo ao conjunto de assistentes sociais na contemporaneidade, impactando na formação de hierarquias e de subjetividades políticas mais distantes do projeto ético-político da profissão. Abre-se, aqui, uma agenda de pesquisas futuras que devem levar em consideração, inclusive, os dados coletados pela última pesquisa do CFESS em relação ao perfil de assistentes sociais brasileiros/as¹⁰⁴.

A título de ilustração, a pesquisa demonstra que a categoria permanece majoritariamente feminina. Em relação ao rendimento bruto, 24,52% da categoria profissional que respondeu ao questionário recebe como remuneração salários entre R\$2001,00 a R\$3000,00, seguidos de 18,05% com rendimentos entre R\$1001,00 e R\$2000,00, retrato da desvalorização salarial marcante dos trabalhos remunerados de reprodução da vida que integram o setor de serviços e, apontam as autoras que analisaram qualitativamente os dados coletados, do empobrecimento da categoria, composta majoritariamente por mulheres autodeclaradas pretas/pardas/negras.

A pesquisa indica ainda que, embora a forma predominante de ingresso no mercado de trabalho na área seja por meio de concursos públicos e processos seletivos, também se observa uma multiplicidade de vínculos contratuais no acesso ao trabalho. Isso reflete o processo mais amplo de desregulamentação trabalhista mencionado. Neste sentido, é preocupante constatar que, de acordo com a pesquisa, as assistentes sociais pretas/negras/pardas são as que possuem menor acesso a postos de trabalho por meio de concursos públicos. Esse dado evidencia uma desigualdade racial significativa no acesso a empregos estáveis e com melhores condições de trabalho. Além disso, é alarmante constatar que essas profissionais são maioria entre aquelas que possuem mais de um vínculo empregatício, resultando em jornadas de trabalho extenuantes que podem ultrapassar 60 horas semanais. Outro aspecto preocupante é o fato de as assistentes sociais pretas/negras/pardas predominarem nas faixas de renda mais baixas da categoria.

¹⁰⁴ O documento pode ser encontrado na íntegra através do link a seguir: <http://www.cfess.org.br/arquivos/2022Cfess-PerfilAssistentesSociais-Ebook.pdf>. Acesso em agosto de 2023.

Esses dados evidenciam, portanto, que a profissão, inserida nos processos de reprodução força de trabalho, na mediação entre o Estado e as políticas sociais, também sofre os impactos experimentados por toda a classe trabalhadora ao ter as condições para a reprodução de suas vidas sempre abaixo das necessidades de subsistência. Tendo em vista o exposto, também apontamos para uma agenda futura de pesquisas que investigue as contribuições da TRS à análise das profissões historicamente compostas em sua maioria por mulheres, voltadas à reprodução da vida e atravessadas por múltiplas desvalorizações.

Por fim, espera-se ter somado o esforço teórico desta pesquisa à tarefa política de contribuir para o maior entendimento sobre as especificidades do trabalho profissional hoje, fundamental ao avanço da luta profissional, mas, principalmente, de fortalecer “a reconstrução de pontes transnacionais de solidariedade que possibilitem à classe trabalhadora uma compreensão universal da condição humana e ofereçam alternativas concretas de emancipação” (RUAS, 2020, p. 405).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABÍLIO, C. L.; AMORIM, H.; GROHMANN, R. **Uberização e plataformização do trabalho no Brasil: conceitos, processos e formas**. In: Revista Sociologias, Porto Alegre/RS, ano 23, n. 57, mai/ago, 2021.

ALMEIDA, S. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Jandaíra, 2020.

ARRUZZA, C. **Considerações sobre gênero: reabrindo o debate sobre patriarcado e/ou capitalismo**. Tradução de Camila Massaro de Góes. In: Revista Outubro, n. 23, 2015.

_____. **Funcionalista, determinista e reducionista: o feminismo da reprodução social e seus críticos**. Tradução de Murillo van der Laan. In: Cadernos Cemarx, Campinas, SP, n. 10, 2017.

_____. **Ligações perigosas: casamentos e divórcios entre marxismo e feminismo**. Tradução de Nina Jacomini. São Paulo: Usina Editorial, 2019.

_____; BHATTACHARYA, T.; FRASER, N. **Feminismo para os 99%: um manifesto**. São Paulo: Boitempo, 2019.

_____; BHATTACHARYA, T. **Teoría de la Reproducción Social. Elementos fundamentales para un feminismo marxista**. In: Revista Archivos, n. 16, ano VIII, mar/ago 2020.

ASSIS, E. S.; **A fundamental radicalização e racialização da questão social para um projeto profissional antirracista no serviço social**. Tese (Doutorado em Serviço Social). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2022.

BANNERJI, H. **Construindo a partir de Marx: reflexões sobre “raça”, gênero e classe / Building from Marx: reflections on ‘race’, gender and class**. Tradução de Thiago Romão de Alencar e Rhaysa Ruas. Revista Direito e Práxis, Rio de Janeiro, v. 13, n. 3, 2022 [2020].

BARROCO, M. L. **Ética: fundamentos sócio-históricos**. São Paulo: Cortez, 2010.

BATISTONI, M. R. **Aproximações à tradição marxista no projeto da Escola de Serviço Social de Belo Horizonte: problematizações necessárias**. In: IAMAMOTO, M. V.; SANTOS, C. M. (Orgs.). A História pelo Averso: A reconceituação do Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais. São Paulo: Cortez, 2021.

BEHRING, E. R. **Mobilizar as armas da crítica para que elas continuem pujantes e afiadas**. In: IAMAMOTO, M. V.; SANTOS, C. M. (Orgs.). A História pelo Averso: A reconceituação do Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais. São Paulo: Cortez, 2021.

BHATTACHARYA, T. **How Not to Skip Class: Social Reproduction of Labor and the Global Working Class**. In BHATTACHARYA, Tithi (Org.). Social Reproduction Theory: Remapping Class, Recentering Oppression. London: Pluto Press, 2017.

_____. **Como Não Pular a Classe: Reprodução Social da Força de Trabalho e Classe Trabalhadora Global.** Feminismo com Classe, 2018. <https://medium.com/feminismo-com-classe/como-n%C3%A3o-pular-a-classe-reprodu%C3%A7%C3%A3o-social-da-for%C3%A7a-de-trabalho-e-classe-de-trabalho-global-bcea36904835>. Acesso em julho de 2023.

_____. **O que é a teoria da reprodução social?** Tradução de Máira Mee Silva e revisão técnica de Mariana Luppi. In: Revista Outubro, n. 32, 2019.

_____. **Explicando a violência de gênero no neoliberalismo.** Tradução de Laura Viríssimo. Revista Marx e o Marxismo, v.7, n.12, jan/jun 2019

BLANCO, L. M.; DI BENEDETTO, S. D; FARIAS, T. S. **A dimensão socioeducativa do trabalho profissional movido pelo projeto ético-político.** Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social). Departamento de Serviço Social da Faculdade de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2020.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Código de Ética do/a Assistente Social e Lei 8.662/1993 de Regulamentação da Profissão.** Brasília, DF, 2012 [1993].

_____. **Perfil de assistentes sociais no Brasil: formação, condições de trabalho e exercício profissional.** Brasília, DF, 2022.

DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe.** São Paulo: Boitempo, 2016.

EIRAS, A. A. L. T. S.; MOLJO, C. B.; DURIGUETTO, M. L. **Perspectivas histórico-críticas no Serviço Social.** Juiz de Fora: Editora UFJF, 2022.

FERGUSON, S.; MCNALLY, D. **Capital, força de trabalho e relações de gênero.** Revista Outubro, n. 29, nov. 2017.

FERREIRA, C. M. **O negro na gênese do Serviço Social (Brasil, 1936-1947).** Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010.

FERREIRA, V. M. **Apropriação do tempo de trabalho das mulheres nas políticas de saúde e reprodução social: uma análise de suas tendências.** Tese de Doutorado (Doutorado em Serviço Social). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco, 2017.

FIGUEIRA, G. S. **Produzir na reprodução: um olhar sobre a renovação da força de trabalho escrava no Brasil oitocentista.** Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, USP, São Paulo, v. 28.2, jul/dez, 2021.

FRASER, N. **Contradições entre capital e cuidado / Contradictions of capital and care.** Tradução de José Ivan Rodrigues de Sousa Filho. Princípios: Revista de Filosofia, Natal, v. 27, n. 53, mai/ago 2019 [2016].

FONSECA, R, S, R. **Unidade, diversidade, totalidade: a Teoria da Reprodução Social e**

seus contrastes. Dissertação (Mestrado em Direito). Faculdade de Direito, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2019.

_____; ALENCAR, T. R. **Para uma análise inicial dos impactos do ultraneoliberalismo brasileiro sobre a reprodução social**. Revista Trabalho Política e Sociedade, UFRRJ, Rio de Janeiro, v. 6, n. 10, jan/jul, 2021.

HAIDER, A. **Armadilha da Identidade: raça e classe nos dias de hoje**. São Paulo: Veneta, 2019.

IAMAMOTO, M. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 2008.

_____; CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. São Paulo: Cortez, 2014.

KOSIK, K. **Dialética do Concreto**. São Paulo: Paz e Terra, 1976.

MARTINELLI, M. L.; MORAES, J. **A importância da categoria mediação para o Serviço Social**. In: Anais do XX Seminário Latinoamericano de Escuela de Trabajo Social, 2012, Brasil. Disponível em: <https://www.cressrn.org.br/files/arquivos/Y6O09Vi7X17oOE584R0e.pdf>. Acesso em agosto de 2023.

MARX, K. **O Capital: crítica da economia política: livro I**. São Paulo: Boitempo, 2017.

MENESES, J. P. D. **O Movimento de Educação de Base no período 1961-1964: qual a perspectiva de direitos humanos?** Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos). Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos da Universidade Federal de Pernambuco, 2017.

MORAES, L. C. G.; **Relação entre universal, particular e singular em análises feministas marxistas: por uma ontologia integrativa**. In: Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, São Paulo, v. 28.2, jul/dez, 2021.

MOREIRA, T. W. F. **Serviço social e luta antirracista: contribuição das entidades da categoria no combate ao racismo**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2019.

NETTO, J. P. **Cinco notas a propósito da “questão social”**. In: Revista Temporalis, Brasília, n. 3, ano 2, 2001.

_____. **A construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social**. In: MOTA, Ana Elizabete (Orgs.). Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. **O leitor de Marx**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

_____; BRAZ, M. **Economia Política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2012.

_____. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social pós-64**. São Paulo: Cortez, 2015.

OLIVEIRA, R. **Serviço Social, Classe, Gênero e Raça: tendências teórico-metodológicas e as possíveis contribuições da Teoria Unitária**. Tese de Doutorado (Doutorado em Serviço Social). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2021.

QUIROGA, C. **Invasão Positivista no marxismo: manifestações no ensino da Metodologia no Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1991.

RAICHELIS, R. D. **O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações e de seus direitos**. In: Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 107, 2011.

_____. **Polêmicas teóricas da análise marxiana do trabalho no Serviço Social**. In: Revista Em Pauta, UERJ, Rio de Janeiro, v. 16, n. 41, 2018.

_____. **Atribuições e competências profissionais revisitadas: a nova morfologia do trabalho no Serviço Social**. In: Atribuições privativas do/a assistente social em questão. Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), Brasília, 2020.

_____; VICENTE, D. **Contrarreforma trabalhista no Brasil: desproteção da classe trabalhadora e desmanche de direitos**. In: SILVA, A. A.; PAZ, R. D. O. (Orgs.). Políticas Públicas e Direitos Sociais: no contexto da crise capitalista contemporânea. São Paulo: Paulinas, 2020a.

_____. **Serviço Social, trabalho e tecnologia - o trabalho profissional em tempos pandêmicos**. In: SILVA, A.; RAICHELIS, R. (Orgs.). Nova-velha morfologia do trabalho no Serviço Social. São Paulo: Educ, 2022.

ROCHA, C. C., Benitez, C., Saraiva, C., Azevedo, G., Moraes, L.C. G., Roncato, M. S., . . . Ruas, R. **Apresentação das tradutoras**. In: VOGEL, L. Marxismo e a opressão das mulheres: rumo a uma teoria unitária. São Paulo: Expressão Popular, 2022.

RUAS, R. **Teoria da Reprodução Social: apontamentos para uma perspectiva unitária das relações sociais capitalistas**. In: Revista Direito e Práxis, UERJ, Rio de Janeiro, v.12, n. 01, 2020.

_____. **A crise da Covid-19 e o desvelamento das dinâmicas de produção da vida no capitalismo: um comentário à Tithi Bhattacharya**. In: Revista Direito e Práxis, UERJ, Rio de Janeiro, jun., 2020a.

TONET, I. **Educação e ontologia marxiana**. Disponível em: https://ivotonet.xp3.biz/arquivos/EDUCACAO_E_ONTOLOGIA_MARXIANA.pdf. Acesso em agosto de 2023.

VITORIO, K. L. **O debate racial na agenda política do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS)**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Políticas Sociais). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Políticas Sociais da Universidade Federal de São Paulo, Campus Baixada Santista, Santos/SP, 2019.

VOGEL, L. **Marxismo e a opressão às mulheres: rumo a uma teoria unitária**. São Paulo: Expressão Popular, 2022.

YAZBEK, C. **Os fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade**. In: CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília, DF, 2009.